

**VEREDAS PARA A HISTÓRIA TERRITORIAL BRASILEIRA: PRÁTICAS  
QUE CRIAM O PARANÁ.**

PRESIDENTE DA REPÚBLICA: Dilma Vana Rousseff

MINISTRO DA EDUCAÇÃO: Fernando Haddad

**SISTEMA UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL  
DIRETORIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA DA COORDENAÇÃO DE  
APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR - CAPES**

João Carlos Teatini de Souza Clímaco

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE  
UNICENTRO**

REITOR: Aldo Nelson Bona

VICE-REITOR: Osmar Ambrósio de Souza

PRÓ-REITORA DE ENSINO: Márcia Tembil

COORDENADORA UAB/UNICENTRO: Maria Aparecida Crissi Knüppel

COORDENADORA ADJUNTA UAB/UNICENTRO: Margareth Maciel

SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES

DIRETOR: Carlos Eduardo Schipanski

VICE-DIRETOR: Adnilson José da Silva

**COMITÊ EDITORIAL DA UAB**

Aldo Bona, Edelcio Stroparo, Edgar Gandra, Klevi Mary Reali, Margareth de Fátima Maciel, Maria Aparecida Crissi Knüppel, Maria de Fátima Rodrigues, Ruth Rieth Leonhardt.

**EQUIPE RESPONSÁVEL PELA IMPLANTAÇÃO DO CURSO DE  
GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA LICENCIATURA PLENA A DISTÂNCIA**

COORDENADOR DO CURSO: Carlos Eduardo Schipanski

COMISSÃO DE ELABORAÇÃO: Carlos Eduardo Schipanski, Ariel José Pires,  
Maria Aparecida Crissi Knüppel, Milton Stanczyk Filho.

**LILIANE DA COSTA FREITAG**

**VEREDAS PARA A HISTÓRIA TERRITORIAL BRASILEIRA: PRÁTICAS  
QUE CRIAM O PARANÁ.**

COMISSÃO CIENTÍFICA: Ariel José Pires, Carlos Eduardo Schipanski,  
Flamarion Laba da Costa, Maria Aparecida Crissi Knüppel, Milton Stanczyk Filho,  
Raphael Nunes Nicoletti Sebrian, Vanessa Moro Kukul.

PROJETO GRÁFICO E EDITORAÇÃO

Andressa Rickli  
Espencer Ávila Gandra  
Natacha Jordão

Gráfica Unicentro  
336 exemplares

Catologação na Publicação  
Biblioteca Central da UNICENTRO, Campus Guarapuava  
Bibliotecária responsável: Vânia Jacó da Silva CRB 1544-9

Freitag, Liliane da Costa

F866v Veredas para a história territorial brasileira: práticas que criam o Paraná /  
Liliane da Costa Freitag.– Guarapuava: UNICENTRO, 2012.

203 p. (Coleção História em Construção, 3)

Bibliografia

1. Paraná. 2. História. 3. Território. 4. Espaço Geográfico. I. Título.

CDD 20. ed. 918.98162

Nota: O conteúdo da obra é de exclusiva responsabilidade do autor.

## SUMÁRIO

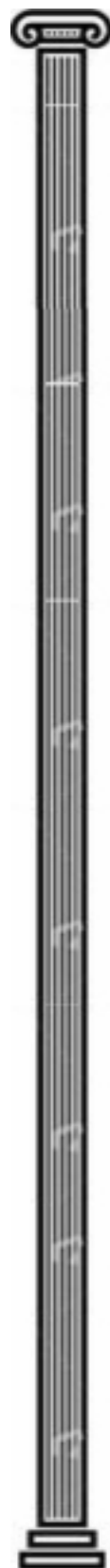
<b>Introdução</b>	7
<b>Recolocando a Região: Paraná e os Contornos Físicos da Nação</b>	17
<b>Pelos Interiores do Paraná: Estrangeirismos, Políticas e os Discursos sobre o Oeste</b>	43
<b>Conceituação de Território na Definição de Sertão</b>	69
<b>O Século XX e o Discurso Regionalista como Lugar de Significação</b>	87
<b>Extremo-Oeste Paranaense: Região e Caminhos para (Re) Ocupação</b>	107
<b>Fabricações da Paisagem Tecendo a História</b>	139
<b>Conclusões</b>	175
<b>Referências bibliográficas</b>	183

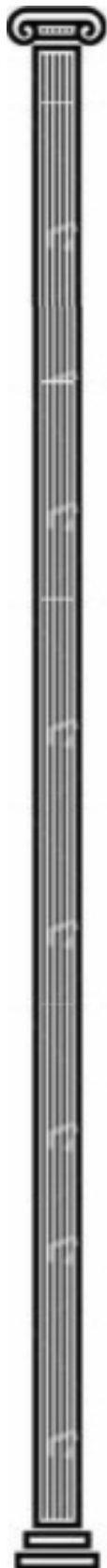


## INTRODUÇÃO

A proposta desse livro é levar os leitores a conhecer um dos caminhos pelos quais o Paraná foi criado para o conjunto da nação brasileira e que hoje tem sua longevidade assegurada por um coletivo de discursos de região. Destarte, recuperar uma das possibilidades de ler a região é o desafio que rege esse livro. Para tanto, problematizaremos certas vozes e projetos que teceram algumas representações que ensejam regionalidade para o Paraná e apontar esforços para que fossem criados espaços, sobretudo, aqueles reconhecidos como fronteiras abertas ou, ainda, aqueles vistos como vazios de nacionalidade e, portanto, que não abrigavam o Brasil.

Fronteira, conceito polissêmico, ainda é hoje um desafio e que, como tal, alimenta investigações de historiadores, sociólogos e demais homens e mulheres da ciência. O texto que segue é uma provocação para que o leitor adentre nesse espaço de investigação. Para tanto, iniciamos essa obra dizendo que esse não é um livro que pretende reiterar que existe uma história do Paraná construída a priori da narrativa historiográfica. Ao contrário, esse é um texto que quer desnaturalizar o termo e discursos que concorreram ao longo do tempo para inferir verdades acerca do Paraná como uma área de unidade político-administrativa do Brasil. No entanto, essa tarefa de desmontagem de verdades não é um trabalho fácil. Dessa forma resolvemos estabelecer alguns recortes. Em primeiro lugar, optamos em percorrer determinados processos de cunho político de criação do Paraná como um Estado que nascera quando da emancipação administrativa da Província de São Paulo, no século XIX. Lançaremos mão desses dados a fim de informar ao leitor aspectos conjunturais que cercam esse evento. Problematicaremos as verdades entabuladas por um





número específico, porém significativo, de autores que são importantes na edificação da propalada história do Paraná. Com isso, destacaremos conceitos elaborados no campo da escrita da história e no interior de espaços geográficos de conhecimento, a exemplo dos Institutos Históricos e Geográficos. Visamos, a partir desse expediente, adentrar nos argumentos presentes nas obras os quais revelam certa região política, administrativa e simbólica.

Queremos demonstrar que, a despeito dos avanços historiográficos que temos vivenciado, ainda hoje algumas argumentações são recorrentes e, em grande parte, infelizmente, marcam forte presença em teses, dissertações e obras cujo recorte é o Estado do Paraná. Dessas análises depreendem-se aquelas que inferem que o Paraná em seu período provincial era considerado pelas autoridades uma área geográfica vazia de nacionalidade e de civilidade por um lado e, por outro, povoada por estrangeirismos.

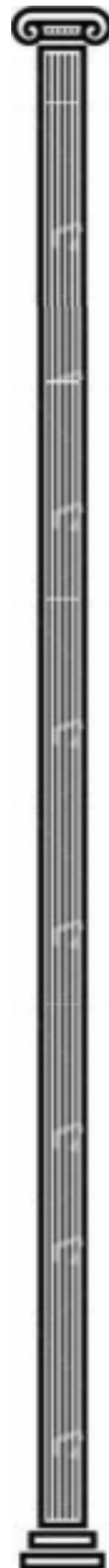
Estas atribuições de sentido são conceituação de região e, pretendemos destacar, ao longo do livro, que elas possuem uma dinâmica identitária e podem apresentar-se concomitantemente através de práticas discursivas negativas ou sob forma positivada. À medida que dadas práticas de reorganização ou de re-ocupação da terra vão sendo elaboradas, a região física será palco de interpretação historiográfica. Essa atitude é por nós reconhecida como historiografia regionalista, ou seja, aquela historiografia que tece discursos para esses eventos como sendo uma necessidade para o progresso. A emergência da República encerra novas atitudes circunscritas para o território brasileiro (e por sua vez, paranaense), e concorrerá para transformar aquelas imagens que propalavam a existência de extensões de terras vazias e, por sua vez, sem brasilidade, em territórios-mercadoria e o que reconhecemos como uma sendo uma escrita da história pautada na ideia de progresso.

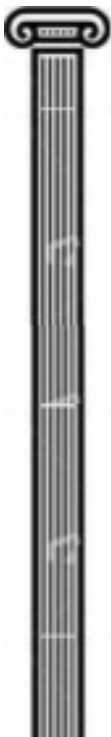


Essas colocações querem destacar a tese de que a região, em suas dimensões materiais e simbólicas, apresenta-se historicamente assentada em representações identitárias de cunho imagético. Essas estiveram presentes, quer seja na cartografia do Estado, desde a emancipação da Província de São Paulo no final do século XIX, no início das primeiras décadas do século XX, quer seja em diferentes enunciados ou, ainda, nas falas tecidas pela coletividade sobre múltiplos processos.

O pressuposto que acabamos de destacar será compreendido à medida que argumentaremos que aquelas terras chamadas de oeste-paranaense, consistem, assim como aquelas batizadas como Paraná, em conceitos construídos socialmente. Para tanto, abordaremos o Paraná como sendo um espaço sedimentado por territorialidades. Territorialidade é a expressão que vincula lugares a identidades ou vice-versa. Essa ideia está vinculada a uma vertente cultural-simbólica, a qual compreende que a categoria espaço e, por extensão, região, não pode ser reduzida a uma expressão material pois deve ser entendida como um lugar subjetivo, passível, portanto, assim como a história, de re-invenção contínua.

Contudo, essa leitura ou paradigma interpretativo, advindo da chamada geografia cultural, ao privilegiar interpretações dos espaços a partir do campo das representações, encerrando questões sócio-culturais e identidades sociais, não nega que a materialidade do espaço também cria a região. Com esse encaminhamento teórico, queremos destacar que tanto as múltiplas práticas, referentes à apropriação, valorização ou construção simbólica, quanto as atitudes interpretativas de região, consistem em propósitos que criam os sujeitos e também os meios geográficos em que habitam. Em outras palavras, as regiões de si e dos outros. Dito isso, reiteramos que nossa reflexão (ao beber de uma vertente humanística da geografia), não excluirá das





análises os referências espaciais. Ao contrário, reafirmará o território como uma materialidade, pois a região é uma construção multifacetada da coletividade. Nela os sujeitos não vivem mas delegam vida a região. Na região a história não acontece pois, assim como a segunda, a primeira também é uma fabricação. A região é criada à medida que é alimentada pelas experiências da historiografia, da memória, da cultura, das relações de poderes, dos saberes, da vida e da morte. Por um lado, qualquer leitura acerca do regional e seus processos identitários, reduzida aos princípios de identificação e pertencimento dos sujeitos ao espaço, estaria, no entanto, fadada à morte. Negar relações entre os sujeitos e os lugares geográficos, por outro, concorreria para a negação das sensações de pertença. Infelizmente, essa abordagem é, pouco difundida pois o que impera é a tradição que privilegia ora processos econômicos na construção de regiões.

Para o senso comum, a ideia recorrente é aquela que entende uma área territorial como um espaço delimitado jurídica e politicamente. Um lugar que delinea limites entre os espaços geográficos, enfim, fronteiras políticas que separam nações e sujeitos. Nessa linha de análise Bourdieu (1989) destaca o vínculo existente entre região e identidade e tece críticas ao que considera interpretações objetivas e simplistas do espaço, tais como aquelas advindas da geografia descritiva que, segundo seu entendimento, ao preocupar-se sobremaneira em descrições de fenômenos físicos, não dá conta de entender os diferentes processos na construção dos espaços regionais (estados nacionais, capital e os interesses de grupos).


Identidade, por sua vez, é um tema ambivalente. Temos consciência de que o sentimento de pertencimento e, por extensão a identidade, não possuem a resistência de uma rocha. Bauman (2005), com propriedade destaca que tais sentimentos “[...] não são garantidos por toda a vida,

Nas últimas décadas o campo da antropologia cultural, na mesma linha de análise da sociologia interpretativa de Bourdieu (1989) vem se preocupando com a construção de uma leitura simbólica do espaço. Essa abordagem destaca que não são as características físicas de um território que o determinam enquanto tal, mas sim seus significados. Segundo essa análise, território é um espaço socializado e culturalizado. A fronteira, por sua vez, deixa de ser uma linha de fratura, que separa identidades, para se transformar em espaço híbrido pela imbricação de culturas. (HAESBAERT, 2006; ALMEIDA; RATTIS, 2003; SACK, 1986)

são bastante negociáveis e revogáveis e, de que as decisões que o próprio indivíduo toma, os caminhos que percorre, a maneira como age [...] são fatores cruciais tanto para o pertencimento quanto para a identidade” (BAUMAN, 2005, p. 19). A reflexão do autor ressalta que, enquanto o sentimento de pertencimento for um destino para os indivíduos, a identidade - sentimento de pertencimento a um grupo que o defina - não vai ocorrer. Segundo essa linha de pensamento, as identidades, portanto, podem flutuar no ar, conforme algumas de nossas escolhas. Outras, no entanto, podem ser lançadas a nossa volta por ter encontrado ali um terreno fértil para levar a cabo tal tarefa. As identidades, portanto, se revelam quando inventadas pelos sujeitos, como construções dinâmicas de resultado transitório que se dá do encontro entre as diferenças, conforme também destaca Santos (1997). A referida questão também é igualmente válida para a problematização da ideia de identidade oeste ou extremo-oeste paranaense, pauta do último capítulo desta obra, haja vista que, segundo nosso entendimento, o regional não existe *a priori*. Sua existência se dá, conforme já expusemos, a partir do momento em que é construída por agentes coletivos em uma dinâmica constante.

Assim entendidas, as identidades constroem-se, re-afirmam-se, re-significam-se. Configuram-se, como constructo de práticas sociais que atribuem sentidos a indivíduos e grupos. Tal dimensão atribuída a questões identitárias, autoriza-nos a interpretar o conceito Paraná como um caso particular de identidade social, ainda em edificação ou em artifício. Assim sendo, nossa investigação encaminha-se ao encontro de diferentes formas de identificação (discursivas e empiricamente dadas), demonstrando a existência de um espaço que se circunscreve em uma rede de significados os quais, em última instância, resultam de práticas.

Além da interpretação de proposta por Bauman (2005), convém ressaltar as contribuições de Ricoeur (1991), bem como reiterar que Bourdieu (1989) também se dedica ao tema identidade e as relações que essa possui com a construção de representações como porta de reflexão em discussões que envolvem o regional. Referimo-nos ao capítulo V da obra *O poder simbólico*.



Deste entendimento, as significações ou os significados de região traduzem um trabalho discursivo. Esse empreendimento é denominado por Orlandi (1993) como discurso ou discursos fundadores no sentido em que o coletivo das representações detêm uma origem. Em outros termos, expressa uma ascendência, uma tradição, pertencimentos e por fim, sentidos. Tais homilias, que elaboram passados (in)precisos e vislumbram futuros, são enunciados que retumbam e reverberam efeitos no cotidiano e nas identidades históricas. Por sua vez, as enunciações possuem eficácia na construção do real, bem como as demonstrações empíricas do social.

Muito embora concordando com Marc Bloch a respeito das críticas tecidas em torno das origens e suas limitações na compreensão dos processos, o ponto de origem e sua importância, segundo postulados de Orlandi (1993), permitem-nos vislumbrar um importante aspecto da edificação do termo extremo-oeste paranaense.

O referendado discurso cria, assim, referenciais de pertencimento e tradições no interior do grupo que o recebe. Ele poderá tornar-se fundador à medida que sua eficácia simbólica não produz imagens que se enraízam na memória e na escrita da história de um grupo. Tais sentimentos, segundo a autora, só serão acolhidos pelo grupo, se existir um terreno fértil para tal.

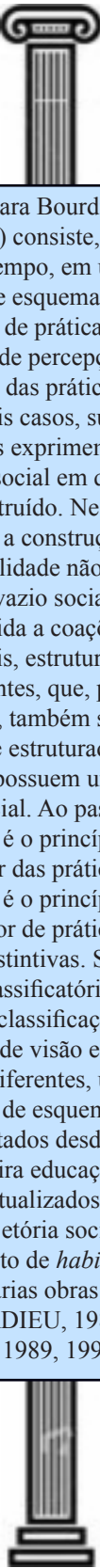
Concordamos com as colocações da autora em certos aspectos. As narrações, que seguirão ao longo do livro, - preocupações político-governamentais, relatos de viagens, discurso empresarial e historiográfico - não serão analisadas, como um discurso fundante e unívoco que foi aceito por determinado grupo, mas como uma dentre inúmeras possibilidades de interpretar a região (Paraná, oeste-paranaense, Brasil, sudoeste brasileiro, nordeste brasileiro, por exemplo). As regiões são, pois, nascidas da relação entre sujeitos e suas práticas sociais (discursivas, simbólicas, econômicas, sociais, dentre outras.)

Nossa proposta quer evidenciar, sobretudo, que as identidades regionais são historicamente construídas pela sociedade e permeiam o conteúdo de projetos políticos, da produção histórica, e o modo como os indivíduos reconhecem e fazem reconhecer a sua própria região. O conceito região,


assim colocado de forma flexível, refere-se à existência de uma comunidade de sentido, uma particularidade estabelecida a partir de códigos comuns por intermédio de construções simbólicas. Espaço social, conforme propalado por Bourdieu (1996) congrega sujeitos “[...] *homogêneos, o quanto possível, não apenas do ponto de vista de suas condições de existência, mas também do ponto de vista de suas práticas culturais, [...] de suas opiniões políticas etc.*” (BORDIEU, 1996, p.30). Para o pesquisador, o conceito de região passa pelas representações que o mundo social constrói. Cabe referendar que tais considerações também são válidas para o conceito de fronteira. Uma fronteira, limite político, produto de um ato jurídico de delimitação, não consiste em um mero recorte que separa culturas, nem tampouco é um espaço onde termina uma nação e começa outra. É, sobretudo, algo produzido e onde os homens produzem-se a si e às suas culturas em transição.

Os importantes conceitos de *habitus* e campo, centrais no pensamento de Pierre Bourdieu serão importantes para entender as relações entre ações, representações e realidade social. Dessa forma, tem-se ciência de que as representações dos agentes sobre o espaço variam segundo sua posição (e os interesses que estão associados a ela) e segundo seu *habitus* como sistema de percepção e apreensão do real. A sociologia interpretativa de Pierre Bourdieu contribuirá ainda para nortear as discussões sobre os processos de construção regional que serão apresentados no decorrer do texto. Entretanto, não respondem a todas as questões. Outras vertentes interpretativas, a exemplo da proposta de Roger Chartier (1990) serão fundamentais.

A definição de história cultural pode, nesse contexto, encontrar-se alterada. Por um lado é preciso pensá-la como a análise do trabalho de representação, isto é das classificações e das exclusões



O *habitus*, para Bourdieu (1987) consiste, ao mesmo tempo, em um sistema de esquema de produção de práticas e um sistema de percepção e apreciação das práticas. Nos dois casos, suas operações exprimem a posição social em que foi construído. Nesse sentido, a construção dessa realidade não se opera num vazio social e está submetida a coações estruturais, estruturas/estruturantes, que, por sua vez, também são socialmente estruturadas porque possuem uma gênese social. Ao passo que o *habitus* é o princípio mediador das práticas sociais, ele é o princípio gerador de práticas distintas e distintivas. São esquemas classificatórios, princípios de classificação, princípios de visão e de gostos diferentes, um conjunto de esquemas implantados desde a primeira educação, repostos e reatualizados ao longo da trajetória social. O conceito de *habitus* permeia várias obras do autor. (BOURDIEU, 1987, 1989, 1996).



que constituem na sua diferença radical, as configurações sociais próprias de um tempo ou de um espaço. As estruturas do mundo social não são umas dadas objetivas [...] são historicamente produzidas pelas práticas articuladas (políticas, sociais, discursivas) que constroem as suas figuras. Por outro lado, esta história deve ser entendida como o estudo dos processos com os quais se constrói um sentido. (destaque do autor) (CHARTIER, 1990, p. 27)

O enfoque da chamada história cultural contribui para compreendermos a temática das representações sociais. As representações sofrem constantes mudanças. Se entendermos que enunciados tais como vazio demográfico ou colonização são olhares sobre o real, esse caminho nos levará a compreendermos que os discursos que emergem dos processos de identificação são parte do imaginário social. Reconhecemos portanto, como Baczko (1985) que “[...] *as funções múltiplas e complexas que competem ao imaginário na vida coletiva e, em especial, no exercício do poder.*” (BACZKO, 1985, p.297-98). Do referido autor, adotaremos ainda o conceito de representação pelo fato de estar próximo às concepções utilizadas por Chartier (1990) e Bourdieu (1988, 1989), autores que definem representação como algo que mantém um intenso movimento com o real. Conforme tal percepção, o real torna-se inteligível a partir de relações estabelecidas junto ao campo das representações que o constituem. Ou seja, real e representação do real são indissociáveis. As representações do social são elaboradas em um campo de lutas simbólicas. Essas, para Chartier (1990):

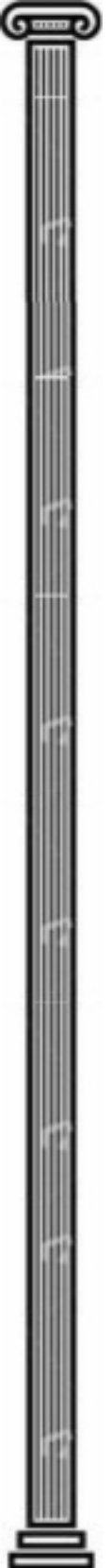
[...] têm tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua

Cf. Bourdieu (1989) e, do mesmo autor, o capítulo “Linguagem e poder simbólico ...”, o qual consta na obra *Economia das trocas linguísticas*, publicada no ano de 1998. Contudo, para Roger Chartier, as percepções do social não são discursos neutros: produzem estratégias e práticas que tendem a impor uma autoridade às custas de outros.

concepção do mundo social, os valores que são seus, e seu domínio. Ocupar-se dos conflitos de classificação ou de delimitações não é, portanto, afastar-se do social [...] muito pelo contrário, consiste em localizar os pontos de afrontamento tanto mais decisivo quanto menos imediatamente materiais. (CHARTIER, 1990, p. 17)

Concordamos com as colocações do autor porque entendemos que as representações discursivas tomadas nas nossas reflexões possuem uma importante função criadora, extraída de materiais de fundo simbólico. As representações são, portanto, segundo nosso entendimento concebidas em relação ao real, pois dele não se separa, conforme também evidenciado por Baczko (1985). Diante de tais considerações, a contribuição teórica da análise do discurso, será de fundamental importância para compreendermos as significações dos discursos identitários entabulados sobre o Paraná no final do século XIX e seus desdobres. A análise do discurso, como seu próprio nome indica, trata de mensagens que carregam em si a ideia de percurso. O termo discurso, nesse caso, sugere uma palavra em movimento, repleta de significados com sujeitos falando, considerando a produção de sentidos em uma determinada forma de sociedade.

Enfim, estes são alguns fundamentos que regem o livro que ora vem a público. Boa leitura.





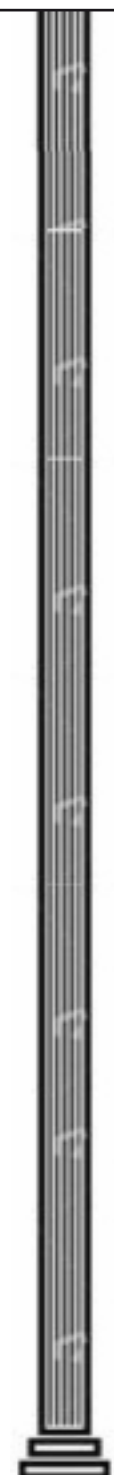


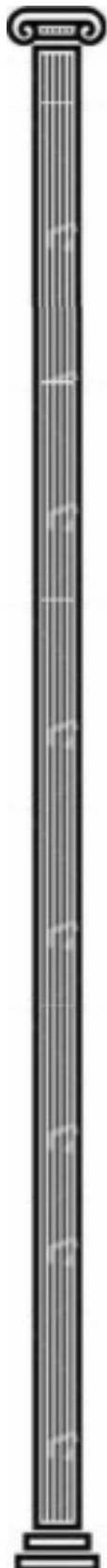


# RECOLOCANDO A REGIÃO: PARANÁ E OS CONTORNOS FÍSICOS DA NAÇÃO

O presente capítulo nos colocará diante da formação de um acervo de representações a respeito do processo de criação político-territorial paranaense e cartográfico. Essa colocação é justificável, pois consideramos que diferentes recursos e formas de linguagens devem ser consideradas na produção do conceito região. As linguagens são ações ou práticas inseparáveis que concorrem à formação da materialidade de um lugar cujo conceito é atribuído como região. Para tanto, desdobramentos em torno do conflito Brasil - Argentina serão fundamentais posto que, ao colocar em destaque questões de domínio pelas terras brasileiras, destaca a pertença de sujeitos que, ao ocuparem e produzirem a terra, criam a região. Considerado um vazio demográfico, ou ainda um espaço natural ainda não socializado, uma fronteira internacional encontrava-se pontilhada por estabelecimentos produtivos e extrativistas que se destinavam à exploração de erva-mate e madeira, riquezas naturais abundantes naquela área.

Acreditamos que esse caminho escolhido através do recurso das representações e, por extensão, das práticas, evidenciará componentes portadores de sentidos e significados que envolveram o trabalho de elaboração do regional. Em comum acordo com a edificação da identidade nacional, a pretensa identidade regional teve em suas bases também a natureza, segundo apontado na reportagem do Jornal Oeste, periódico de circulação local durante as primeiras décadas do processo de (re)ocupação do território. (Re)visitar o processo de formação territorial paranaense, e, por extensão, brasileiro, será uma tarefa árdua e exigirá fôlego,





posto que sua construção histórica compreende inúmeros aspectos ainda inexploráveis no campo historiográfico. Da pluralidade de suas histórias, a formação de seu traçado territorial chama a atenção não só pela diversidade dos contornos de suas fronteiras, mas também pelas estratégias utilizadas para sua construção e pelos discursos daí derivados na construção de suas significações. Esse livro não pretende dar conta da totalidade desse processo, e nem é essa a sua intenção, primeiramente, porque um espaço é uma construção que se revela e se elabora em diferentes contextos e escalas temporais, pelos diferentes sujeitos nela envolvidos na composição de seu território. Essa obra quer colocar em evidência tessituras da história territorial paranaense, território esse cuja ocupação e produção não ocorreram de forma aleatória. Ao contrário, houve diversos projetos visando definir sua cartografia, principalmente por parte de setores dirigentes do Estado, principalmente, na segunda metade do século XIX e início do século XX. Embora áreas, tais como aquela conhecida como a região extremo-oeste do Paraná estivessem, aparentemente, fora da área de interesse imediato de governantes paranaense, na época, isto não significou que estivesse relegada ao esquecimento. Ao longo desse período muitos olhares visavam à preservação dessa área para o Estado. Essa região geográfica constituía-se em uma vasta extensão de terras recobertas de ervais e matas. Muito embora fossem apresentadas, ainda no início do século XX, como terras inóspitas, apresentando falta de civilização, muitos sujeitos (estrangeiros e migrantes) lá viviam, produziam, teciam suas relações de sociabilidade e de poderes. Dinâmica que se estabelecia sobretudo no interior de grandes propriedades denominadas pela historiografia paranaense pelo termo *obrage*. Essa ideia, retirada do espanhol, é designada para unidades extrativistas de erva-mate e madeira instaladas em regiões de clima subtropical, na Argentina e no Paraguai.

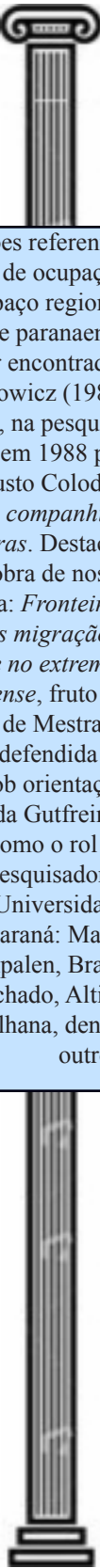
Muitas dessas terras, das quais ainda falaremos adiante, foram adquiridas do Governo Brasileiro ainda no final do período Imperial através de concessões.

Para essa área, lugar em que se propalava avultar riquezas, espaço de terras dadivosas, afluíram no século XX, paranaenses, gaúchos e catarinenses. Foram, no entanto, argentinos provenientes de Corrientes os principais responsáveis pela ocupação do território através do extrativismo desenvolvido pelas *obrages* ao longo das margens do Rio Paraná. Esse processo esteve relacionado

à constituição das fronteiras geográficas paranaenses, formação essa que a partir de agora pretende-se percorrer a fim de compreendermos a formação de sua territorialidade.

O Estado do Paraná tivera suas fronteiras cartográficas delineadas a partir da separação de São Paulo e Minas Gerais da administração do Rio de Janeiro. O traçado de seu território foi, no entanto, entre os anos 1853 e 1920 alterado sistematicamente. Suas primeiras delimitações elaboraram-se a partir de 1853, ano em que o território paranaense deixa para traz o *status* de 5ª Comarca da Província de São Paulo pela via da emancipação. Ianni (1962), por sua vez, destaca que as primeiras delimitações desse território elaboram-se a partir de 1853. No entanto, segundo nosso entendimento, o traçado geográfico contido no Mapa Corográfico da então Província do Paraná, elaborado por Elliot, [1855?] representa marco de relevância para a instauração do território que nascia. (vide mapa 1)

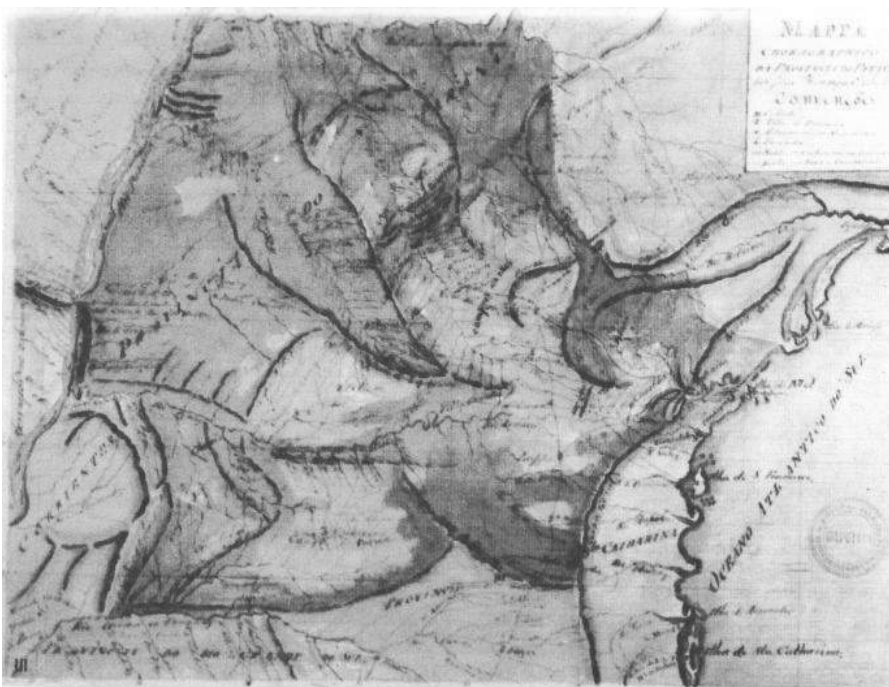
Martins (1994) destaca que, em conformidade ao processo de ocupação determinado pela política mercantilista ultramarina do Estado Português, o litoral norte do Estado do Paraná pertencia à chamada Capitania de São Vicente. O litoral sul, por sua vez, compreenderia as chamadas Terras de Sant'Ana. A ocupação do território litorâneo em decorrência da descoberta de minerais preciosos nos ribeirões que desaguavam na bacia do Paraná



Explicações referentes a esta forma de ocupação do espaço regional extremo-oeste paranaense podem ser encontradas em Wachowicz (1987, 1985), na pesquisa realizada em 1988 por José Augusto Colodel: *Obrages e companhias colonizadoras*. Destaca-se ainda a obra de nossa autoria: *Fronteiras perigosas migração e brasilidade no extremo-oeste paranaense*, fruto da dissertação de Mestrado em história defendida na Unissinos, sob orientação da Dra. Ieda Gutfreind, bem como o rol de textos de pesquisadores vinculados a Universidade Federal do Paraná: Maria Cecília Westhpalen, Brasil Pinheiro Machado, Altiva Pilatti Balhana, dentre outros.

já demarcava as primeiras áreas que posteriormente seriam definidas como território paranaense. Ainda no século XVII, ter-se-iam indícios de mineradores explorando ouro nessa região. Com efeito, segundo as informações de Martins (1994), Curitiba teria sido ocupada por portugueses e demais exploradores de minerais, os quais teriam transposto a Serra do Mar.

De acordo com os estudos do referido autor, o território que atualmente constitui o Estado do Paraná fora um entre os doze setores lineares em que o Brasil foi dividido pelo chamado sistema de capitânicas. Pertencente aos donatários Martim Afonso de Souza e Pero Lopez de Souza, a então capitania de São Vicente teve a faixa litorânea ocupada, definindo assim as primeiras áreas concebidas como parte do território do Paraná. A já reconhecida Vila de Curitiba e parte dos sertões ocupados abrangiam o interior. A marcha de sua ocupação se dera por outros processos vivenciados ainda no final do século IX e início do XX. Cf. Martins (1994).




**MAPA 1** - Mapa Corographico da Provincia do Paraná de [1855 ?]

**Fonte:** ELLIOT, [1855] In: WESTPHALEN ( 1987 ), Prancha II

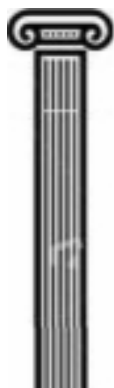
O processo migratório envolvendo a descoberta de minas de ouro concorreu para o surgimento de diversos caminhos, primeiras formas de ligação entre esparsos núcleos populacionais do litoral e primeiro planalto paranaense. A ocupação da área litorânea teve, por sua vez, grande impulso a partir da instituição de São José dos Pinhais, localidade fundada no ano de 1690, seguida pelo evento de oficialização da já existente Vila de Curitiba, em 1693. Segundo constatações de Ianni (1962), seguiram-se *a posteriori*, aperfeiçoamentos em torno da infraestrutura

de espaços, tais como ocorrido na localidade Bairro da Graciosa, em 1714, assim como o povoamento de Antonina, localidade situada na faixa litorânea paranaense. No início do século XVIII, no entanto, época em que o ouro deixa de ser um sonho de riqueza para muitos, vários grupos já haviam se radicado em regiões de fartos minerais, a exemplo de Minas Gerais e Cuiabá. O litoral do atual Estado paranaense e os campos de Curitiba constituíam, nessa ordem, uma única base geográfica para uma mesma comunidade regional. Nessa mesma direção, Westphalen e Cardoso (1986) enfatizam que tal grupo ou comunidade paranaense inicialmente fixada em torno das Vilas de Paranaguá e Curitiba se expandiria em direção aos Campos Gerais, região central do território. Contudo, a Província do Paraná só veio existir como um espaço politicamente emancipado no ano de 1853. Sobretudo durante os anos de 1811 e 1821, houve expressivas tentativas em prol da emancipação política da referida província. Os argumentos pelos quais se fundamentavam as petições em prol desse objetivo destacavam consequências negativas da ausência de um poder governamental para o desenvolvimento da economia local. Apesar dessas questões, o século XIX representou, para a Província do Paraná, um período de férteis atividades vinculadas ao comércio do gado e a exportação de erva-mate e madeira para os mercados do Prata e do Chile. Entretanto, foi, sobretudo, a pecuária a atividade considerada responsável pela emergência de uma elite agrária que expandiria seus domínios territoriais desde a Comarca de Curitiba, até os chamados Campos de Guarapuava, os *Coranbang-Rê* naquele período. Desde o início do século XVIII, esse território central do atual estado do Paraná, hoje reconhecido como região centro-oeste paranaense, representava um espaço desocupado, surgido como passagem entre diferentes regiões e, portanto, deveria ser efetivamente incorporado aos domínios



A Carta Régia de 1º de abril de 1809 destaca os limites geográficos de Curitiba. De acordo com os dados contidos no referido documento, os limites da referida localidade estendiam-se até as áreas de abrangência dos rios Paraná e Uruguai. BRASIL. Carta Régia de 1º de abril de 1809. Dispõe dos limites geográficos da Comarca de Curitiba.

De acordo com as informações de Perrone – Moisés (1992), a 12 de fevereiro de 1772, o governo da Província de São Paulo determinava a ocupação dos chamados Sertões do Tibagy. Tal ordem, conforme destacado em Perrone-Moisés (1992, p. 558), consistia na concessão do perdão a todos os “[...] criminosos de quaisquer crimes”, que reduzissem os gentios. Cf. Cunha (1992). Demais discussões em relação ao tema encontram-se ainda em Fernandes (1988) e Mota (1997).



André de Thevet escreve em 1555 *As singularidades da França Antártida*. Jean de Lery no ano de 1558 destaca-se como narrador de *A história de uma viagem feita a terra do Brasil*. Duas décadas mais tarde, no ano de 1578, tece expressivo relato denominado *O selvagem gentil*. Michel de Montaigne, por sua vez, no ano de 1572 produz *O ensaio sobre os bárbaros canibais*. Cabe destacar que narrativas de viagem, a exemplo das evidenciadas, representam importantes fontes para o historiador. Tal documentação, reconhecida também pelo atributo: literatura de viagem tem sido objeto de discussão por parte de muitos pesquisadores, tais como Leite (1984, 1997a, 1997, 2001); Beluzzo (1996); França (2000); Leite (1996); Lisboa (2000); Mott (1972); Queiróz (1984); Schwarcz (1998); Seixo (1996); Sússekind (1996) e Stols (1996).

do Estado Português. Essa porção do território, assim reconhecida como um espaço desnacionalizado, tornou-se alvo de expedições de reconhecimento. Assim sendo, foram deslocadas iniciativas de exploração para a região do Rio Negro, Iguaçu e Ivaí. Tais empreendimentos pretendiam, contudo, conforme destacado por Franco (1944), dirigir-se “aos sertões do Brasil Meridional, refertos do aborígene hostil e de feras bravias” (FRANCO, 1944, p. 36). O século XVIII, portanto, descobre e explora tal território, até então desconhecido e tece um discurso selvagem, tal como o destacado a cima, sobre os índolas que povoavam a região. A gênese do discurso acerca dos habitantes distantes e suas terras encontrou na literatura de viagem e em relatórios missionários, especialmente nas Relações dos Jesuítas durante o século XVII, um terreno fértil para a propagação de tais ideias.

Duarte (2002) atribui aos relatos em torno das populações autóctones o conceito de representações sociográficas. Tais representações consistem na construção de ideias-imagens sob o ponto de vista da sociedade europeia como um exercício de oposição ao que a coletividade europeia concebia na época como resto do mundo.

Entendemos que as leituras tecidas pelos viajantes que percorreram o espaço paranaense no período estudado retêm, em essência, representações sociográficas enquanto explicações acerca do diferente: do outro. Contudo, as identidades funcionam como um jogo de espelhos em que o sujeito-narrador, ao interpretar o que vê e sente, acaba por elaborar uma interpretação de si. Aliás, as identidades, que se forjam e nascem do encontro de culturas diferentes, dos confrontos visuais entre europeus e povos do chamado novo mundo e também dos confrontos visuais entre viajantes brasileiros, indígenas, trabalhadores paraguaios, caboclos, enfim, populações radicadas no espaço-região em

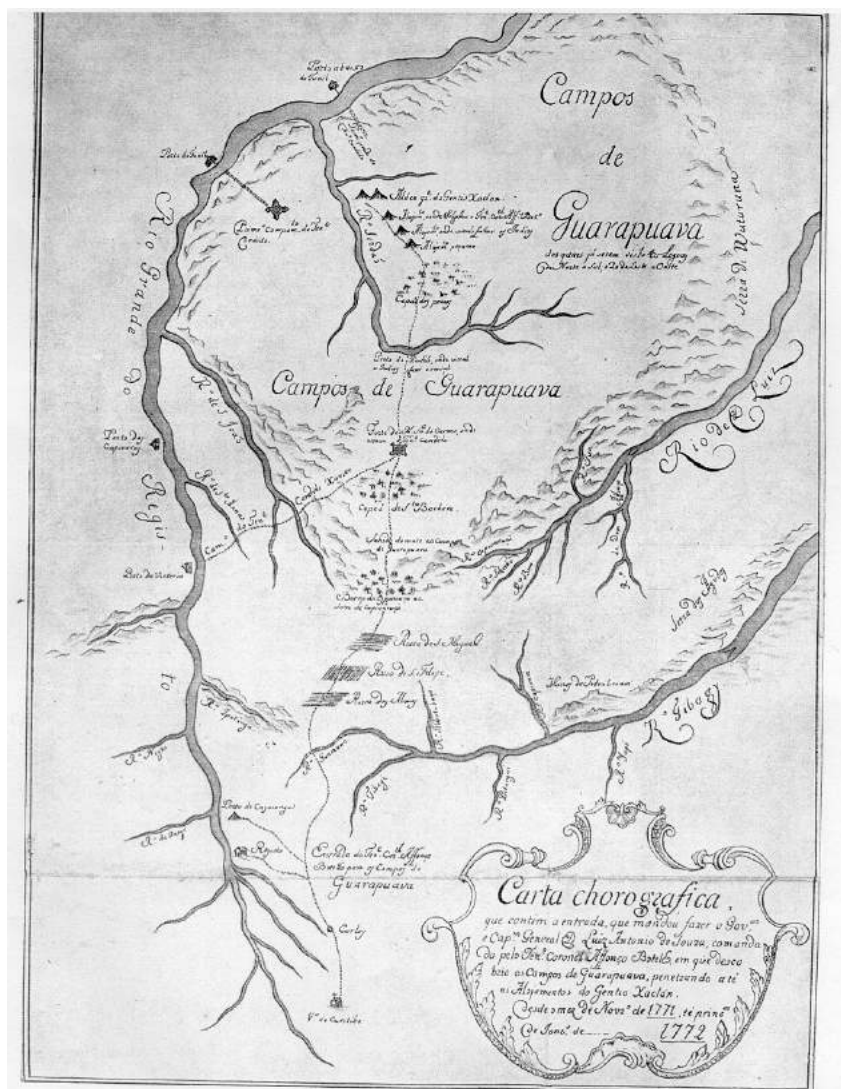
estudo, são construções de mão dupla. Ambos os sujeitos: aquele que está de passagem e aqueles que já estavam lá, ou ambos, estabelecidos e outsiders são agentes desse processo. Optamos em denominar na tese representações etno-sociográficas para as narrativas de viagem de brasileiros que percorreram o extremo-oeste paranaense no final do século XIX e as primeiras décadas do século XX. Essas representações se forjam em reciprocidade, cuja dinâmica se faz e (re)faz: não são rígidas, ao contrário, consistem na consequência sempre efêmera e fugitiva dos diferentes processos de identificação.

Representações etno-sociográficas constituem, para nós, uma leitura ampla. A materialização de códigos culturais, experiências individuais e coletivas, enfim, maneiras de ver e interpretar espaços e de si e do outro, em última instância espaço-nação, estiveram e permanecem presentes no trabalho de invenção extremo-oeste paranaense. Já em relação às terras relativas aos domínios paranaenses, o encontro das diferenças ocorreu concomitante a expedições de exploração no transcorrer de todo o século XVIII, atitudes essas que delegaram ao período a denominação de século da descoberta portuguesa dos sertões meridionais do Brasil.

Para Franco (1943), tais investidas cumpriam, sobretudo, a finalidade de “[...]dilatam os Domínios de S. Mage. Pelos Sertões desse Brazil até o rio da Prata” (FRANCO, 1943, p. 41). O empreendimento de conquista dos Campos de Guarapuava, isto é, de instauração do domínio desse território para o país, se deu, no entanto, com as expedições de Afonso Botelho entre os anos 1768 e 1774. Não obstante, Fernandes (1988), destaca: “[...] estas expedições não conseguiram permanecer na região; foram expulsos pelos *Kaingang*. Entretanto, o reconhecimento destes territórios abriu caminho para iniciativas coloniais do século XIX” (FERNANDES, 1988, p. 53). Acrescenta-

Veja-se esse tipo de abordagem, também em Santos, (1997).

se aos aspectos referendados pelo pesquisador que tais investidas concorreram, também, para a construção do detalhamento cartográfico desse território ainda em 1772, indicando, conforme destacou o mesmo autor, “[...] que os conquistadores portugueses, mesmo expulsos, passaram a conhecer este território e seus moradores tradicionais.” (vide mapa 2)



**MAPA 2** - Carta chorografica da expedição de Afonso Botelho - [1772] identificando os rios Iguaçu [Rio Grande] e Tibagy.

**Fonte:** Franco, 1943, Ed. Museu Paranaense, Curitiba.

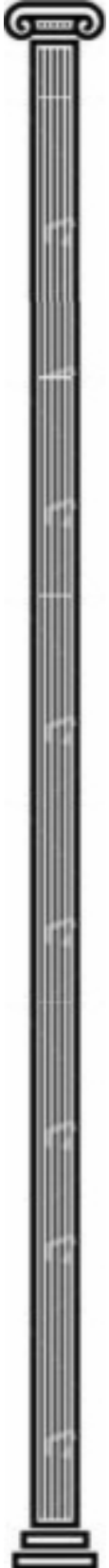


Contudo, Fernandes (1988) destaca que as questões de domínio territorial e o precedente projeto de colonização dos sertões meridionais do território brasileiro tiveram relevo na política Real como consequência da instalação da Coroa Portuguesa no Brasil, em 1808. As fronteiras e as delimitações por extensão foram temas de grande envergadura no período de transição da política do Brasil Metrópole do Reino Unido Português. A Carta Régia de 1º de abril de 1809 determinava a absorção dessa extensão de terras, ante a realização de uma expedição de conquista, que partiu de Santos no ano de 1809, sob comando do então Tenente Coronel Diogo Pinto de Azevedo Portugal. Ato esse que representou um marco decisivo, não só para o alargamento das fronteiras interiores da nação e afirmação dos domínios territoriais do Império sobre uma vasta e rica região, como também uma ação civilizadora sobre as populações indígenas que historicamente povoavam o território e resistiam à ocupação de suas terras.

Cf. Fernandes (1988) e Motta (1997).

A referida Carta, destaque nas páginas da obra de Macedo (1995) revela o triplo caráter da política da Coroa:

Tendo o presente o quase total abandono em que se acham os campos gerais de Curitiba e os de Guarapuava, assim como todos os terrenos que deságuam no Paraná [...] infestados pelos índios denominados bugres, que matam cruelmente todos os fazendeiros e proprietários que nos mesmos países têm procurado tomar sesmarias e cultiva-las em benefício do Estado; de tal maneira que [...] maior parte das fazendas [...] se vão despovoando. Sou servido por estes e outros justos motivos que fazem suspender os efeitos de humanidade que com eles tinha mandado praticar, ordenar-vos. Em primeiro lugar, desde o primeiro momento em que recebeis esta minha



Carta Régia, deixe de considerar principada a guerra contra esses bárbaros índios, [...] Em segundo lugar [...] a porção que fordes libertando não só as estadas de Curitiba, mas dos Campos de Guarapuava, possais ali dar sesmarias, [...] Em terceiro lugar ordeno-vos que assistais com o competente ordenado a João Floriano da Silva a quem encarrego o exame dos mesmos terrenos, e assim a ele, como a seu irmão, [...] darei as sesmarias que puderem cultivar, [...]. (MACEDO, 1995, p. 100)

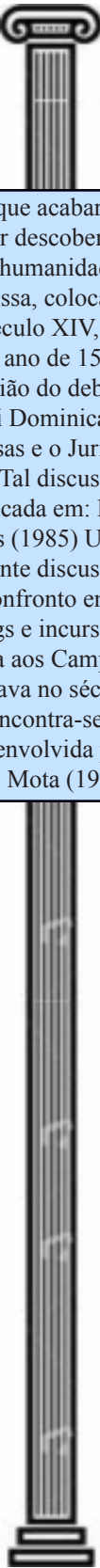
Os aspectos acima referendados sintetizam a determinação com que o governo central tratou a ocupação da região criando, condições necessárias para a propalada conquista dos referidos sertões meridionais do Brasil, e revelam o olhar do Estado diante das populações indígenas. Nesse discurso, expressões tais como bugres ou bárbaros sintetizam a imagem que a sociedade possui em relação às populações indígenas, ou seja, uma organização social cujas práticas de resistência em relação à presença do Homem branco foram interpretadas como desumanas. Atitudes que concorreram para que o Imperador, no uso de suas atribuições legais, destituísse o grupo de humanidade.

Citação extraída da obra *A conquista pacífica de Guarapuava*. Texto parcialmente apresentado em sessão pública no Instituto Histórico e Geográfico Paranaense Francisco Ribeiro Azevedo Macedo, teve como objetivos, segundo as intenções do autor, narrar a história da conquista de Guarapuava (segundo sua visão, devido aos poucos documentos existentes) e, sobretudo defender a imagem de Diogo Pinto de Azevedo Portugal, militar designado ao comando da Real Expedição formada em Curitiba em 1809, a fim de conquistar e povoar os propalados Campos de Guarapuava ou ainda, território boca do sertão. Segundo Azevedo Macedo, várias acusações teriam sido publicadas a fim de depreciar a conduta privada e o exercício da função do referido comandante. Preocupações em torno da reescrita da história desse militar é uma operação perfeitamente compreensível, considerando que Diogo Pinto de Azevedo Portugal é bisavô do referido autor. Reinterpretar tal história significou para Azevedo Macedo, recolocar sua estirpe no rol de heróis da história do Paraná. (apud, MACEDO, 1995, p. 100). O texto encontra-se ainda, encartado na obra “*Diogo Pinto e a conquista de Guarapuava*,” na página 84.

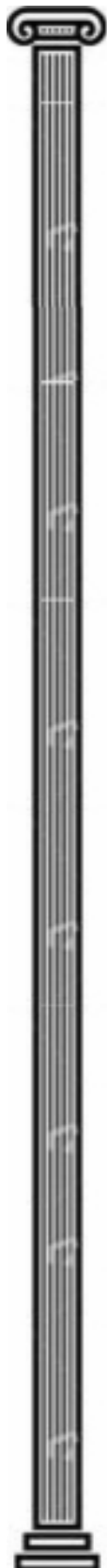
Fica claro que o critério utilizado pelo monarca para destituir o estatuto de humanidade, delegado aos índios desde a controvérsia pública entre Las Casas e Sepúlveda, em meados do século XVI, foram as consecutivas mortes ocorridas em função das guerras que o grupo indígena travou com os colonizadores pela histórica posse de suas terras. Assim, no decorrer dos séculos XVIII e XIX, conforme a linguagem da época, o território paranaense padecia em função da escassa presença de populações brancas e civilizadas.

Contrariando essa constatação, Szesz (1997) infere que, no ano de 1853, na ocasião da emancipação da Província paranaense, o referido espaço regional já se encontrava ocupado. Entretanto, traçados cartográficos, narrativas de viagem, e discursos oficiais, a exemplo dos dados apresentados pelo censo promovido pelo governo provincial no ano de 1854, referendam a existência de áreas insipientemente ocupadas pela nação. Contrariando a assertiva da autora, o referido censo destacava a presença de 62.358 habitantes em território provincial. Ou seja, a província do Paraná representava ainda, aos olhos das autoridades provinciais, um espaço a ser conquistado. Como uma estratégia para solucionar tal problema, o legislativo provincial autorizou o governo a promover a colonização do território via imigrantes estrangeiros. Podemos destacar ainda, a edificação de Colônias militares, tais como a Colônia Militar de Jataí, seguida pela edificação de aldeamentos indígenas.

Westphalen (1968), em oposição aos argumentos de Szesz (1997) considera que inúmeras tentativas de interiorização do território paranaense ocorridas no último quartel do século, a exemplo do estabelecimento das Colônias Militares de Foz do Iguaçu e Chopim, da edificação do Aldeamento de São Pedro de Alcântara no ano de 1855 e a posterior fundação do Aldeamento de São Jerônimo da



Aqueles que acabaram de ser descobertos pertencem à humanidade? Questão essa, colocada no século XIV, foi resolvida no ano de 1555, na ocasião do debate entre o frei Dominicano Las Casas e o Jurista Sepúlveda. Tal discussão está publicada em: Las Casas (1985) Uma interessante discussão acerca do confronto entre Kaingangs e incursões de conquista aos Campos de Guarapuava no século XIX, encontra-se na pesquisa desenvolvida por Mota (1994)



Serra em 1859, como tentativas frustradas de ocupação de populações nacionais para o referido espaço regional. Contudo, para Westphalen (1968), a exploração de ervais e matas de araucária por parte de populações estrangeiras teria preenchido largos espaços vazios existentes na Província. Convém frisar que, apesar do período entre 1840 e 1860 destacar-se como fértil para o estabelecimento de colônias de imigrantes europeus em território paranaense, bem como para explorações hidrográficas e também dos chamados sertões adjacentes, estudos elaborados no início do século XX, evidenciam ainda uma fronteira econômica a ser conquistada a fim de que, no futuro, viesse a coincidir com as fronteiras políticas da nacionalidade.

Arguições contrárias à tese de Czesz (1997) encontram-se, ainda, em uma gama de estudos elaborados na década de 1940 e subsequentes, no campo de conhecimento da Geografia. Como exemplo significativo, destacamos estudo de Bernardes (1951) o qual enfatiza o traçado de linhas fronteiriças que separavam interna e economicamente o Estado paranaense na década de 1950. Conforme propõe Bernardes (1951, p. 57):

[...] no sertão do rio Paraná, até há bem pouco desabitado a não ser nas margens do grande rio e ao longo das vias de penetração. A maior parte da população do Paraná situa-se no planalto, concentrando-se a sudeste, e reduzindo-se consideravelmente para o oeste onde ainda se encontram, atualmente reservas de terras virgens, muitas das quais devolutas.

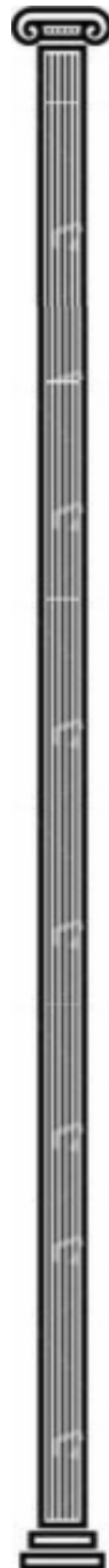
Queremos destacar que alguns textos consagrados junto à historiografia paranaense tais como o artigo de Westphalen (1968), corroboram tais evidências. Ressaltam-se incipientes alterações na imagem do território no

transcorrer do século XIX para os primeiros anos do século XX, que concorreram para colocar em evidência a incongruência destacada pela pesquisadora Cristiane Marques Czesz. A conjuntura entre os anos 1840 e as duas décadas subsequentes assinala, contudo, uma intensa atividade do comércio de muares conduzidas, sobretudo, por tropeiros paranaenses, os quais invernam nos campos do Paraná, com destino às feiras de Sorocaba, no interior paulista.

No entanto, no que tange aos efeitos das atividades do tropeirismo para o processo de ocupação do espaço regional paranaense relacionado em especial ao povoamento da extensão territorial, de alcance dos rios Tibagi e Iguaçu, percebemos um padrão interpretativo. Exponentes significativos que discutiram esse tema entre as décadas de 1950 e 1960, destacaram o surgimento de fazendas de criação e pequenos povoados como consequência das atividades envolvendo o tropeirismo. Tais localidades, segundo esse entendimento, serviam como paradas ou pousos, tal como a explicação tecida por Czesz (1997):

Várias povoações surgiram em função da economia do gado nas expansões através dos rios Iguaçu e Tibagi. Resultante dos caminhos do Peabiru, de Cubatão, do Itapuava e principalmente do Viamão. Ligando os centros criadores - localizados no Rio Grande do Sul - ao principal mercado pecuário da época - Sorocaba - esse [último] caminho atravessou o Paraná, criando condições para o aparecimento de várias povoações como [...] Ponta Grossa, Lapa, Palmeira, Campo Largo, Lages. (CZESZ, 1997, p. 23).

Semelhante à leitura de seus pares, a análise da autora concorre para dar sustentação a uma ideia - imagem muito

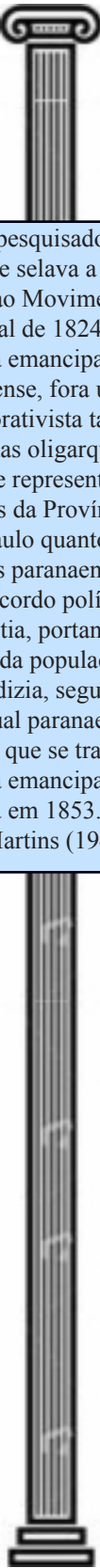




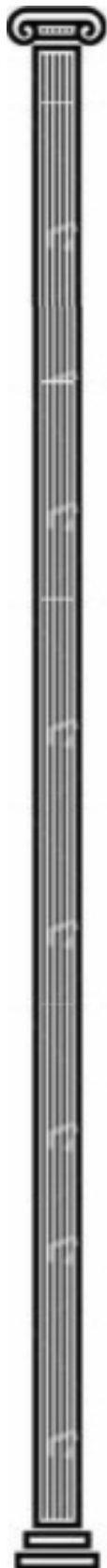
A despeito das tentativas emancipatórias ocorridas entre 1811 a 1822, conforme apontado pelo estudo de Beloto (1979), a Comarca de Curitiba ainda continuaria a integrar a província de São Paulo até o acordo político, entre representantes da oligarquia agrária paranaense, criadora de gado da região de Curitiba e o emissário da Província de São Paulo, Barão de Antonina, personagem que garantiu sua emancipação política no ano de 1853. Contudo, Martins (1944) expoente da historiografia paranaense, destaca que a aliança selada entre elites econômicas paranaenses interessadas na emancipação da Comarca de Curitiba da então Província de São Paulo não era representativa quanto aos interesses da coletividade paranaense. Não obstante a existência de tais debates e tramandas regionais, na data de 29 de agosto de 1853, a unidade política 5ª Comarca da Província de São Paulo, tem seu *status* político elevado à categoria de Província, representando autonomia para grupos políticos locais gerirem os rumos de sua própria territorialidade. Tal objetivo foi assim expresso nas palavras do então presidente Zacaria Goes Vasconcelos, quando da abertura dos trabalhos da Assembleia Legislativa Provincial. Segundo os argumentos de Vasconcelos (1853):

É, pois, não convindo em permanecer por mais tempo na incerteza de tais divisas, vou dirigir-me ao governo imperial, pedindo que haja de autorizar-me o levantamento da planta de todo território [...] a fim de sobre ele, e ante aos estudos profissionais feitos e mais esclarecimentos que se puder colher, traçar a linha divisória entre as províncias limítrofes (VASCONCELOS, 1853, p. 30).

A pretensa territorialidade sofrerá, no entanto, um longo processo de redefinição até a sua efetivação no início



Para o pesquisador, o acordo que selava a não adesão ao Movimento Liberal de 1824 em troca da emancipação paranaense, fora uma atitude corporativista tanto por parte das oligarquias que representava interesses da Província de São Paulo quanto de oligarcas paranaenses. Tal acordo político não refletia, portanto a postura da população. Não condizia, segundo o intelectual paranaense com a luta que se travou em torno da emancipação da Comarca em 1853. Cf. Martins (1944).

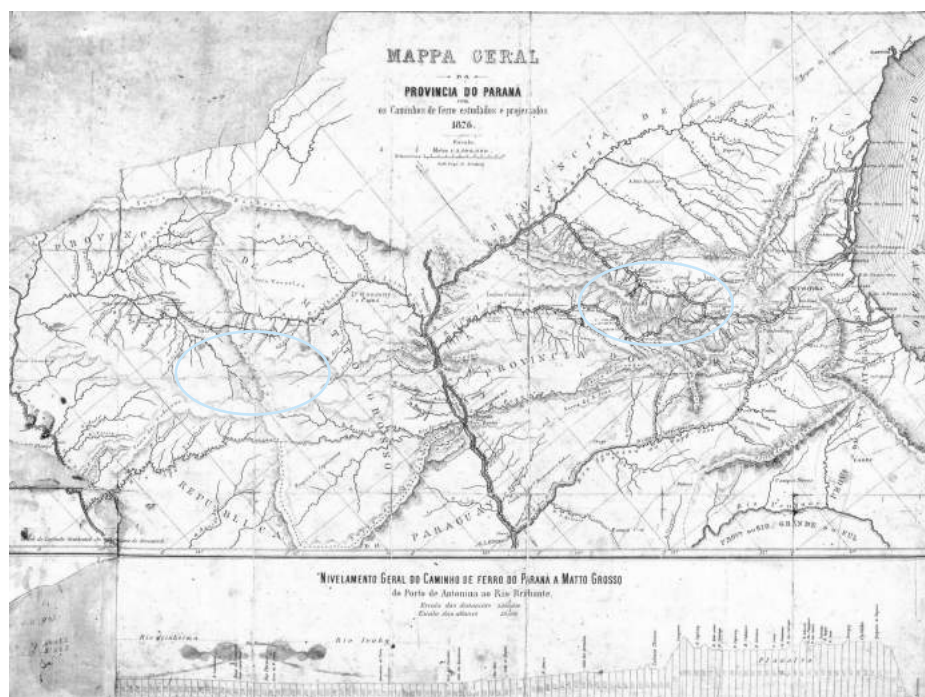


do século XX. Logo que emancipada a nova Província, buscou-se definir e representar a materialidade do espaço paranaense via traçados cartográficos. O Estado produzirá a sua geografia como símbolo de poder sobre o espaço e como meio de visualizar a sociedade e todo um conjunto de objetos que se estendem sobre a paisagem. Isso é compreensível, pois os mapas possuem a capacidade de registrar aspirações de um tempo e, portanto, cabia legitimar o processo de separação. A licitude cartográfica do estado do Paraná enfatizando linhas limítrofes entre as províncias do Paraná e São Paulo veio, contudo a ser elaborada duas décadas mais tarde, em 1876, ano em que também são produzidos mapas que projetam anseios de integração e progresso.

O mapa posterior desvela pretensões políticas da Província do Paraná da metade do século XIX, quanto aos meios de comunicação, período em que se acrescentam as questões limítrofes, intentos de integração regional. Do ponto de vista político, avaliava-se que construções de vias férreas, acrescidas do estabelecimento de vias de comunicações terrestres, criariam possibilidades novas e levariam àquelas regiões carentes de linhas regulares de comunicação, o imaginado progresso. (vide mapa 4). A intenção de unir territórios do Mato Grosso e litoral paranaense e, também demais regiões do Estado paranaense por meio de estradas de ferro tem destaque na carta cartográfica de 1876. O quadro sinóptico que segue, traz em relevo estudos e projetos de edificação de caminhos de ferro entre as Províncias do Paraná e Mato Grosso (conforme destaque nosso). Têm-se as localidades de Porto Antonina, situada no litoral paranaense e Rio Brillhante, na província de Mato Grosso. O referido mapa destaca, ainda, um caminho terrestre e fluvial erigido antes da Guerra do Paraguai, o qual segue Paranaguá, Curitiba, Colônia Militar de Jataí, seguindo os rios Tibagi, Paranapanema e Paraná até

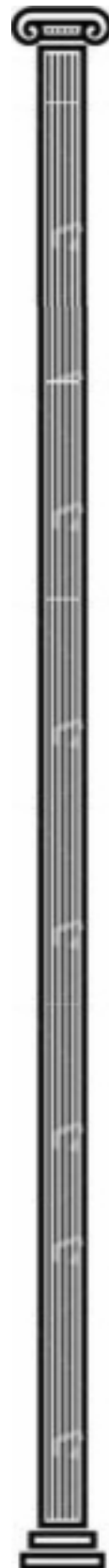


o espaço divisor de águas entre a bacia do Paraná e Paraguai. Em tais traçados sugerem-se ramais de ligação entre os referidos rios. Sugerem-se ainda, estradas acompanhando o trajeto dos mesmos: recurso importante à interiorização das fronteiras políticas e econômicas do Paraná. É possível notar, ainda, dois pretensos ramais que se encarregariam da união entre espaços centrais do território, em direção ao extremo-oeste paranaense. Por sua vez, a localidade de Guarapuava é apontada como ponto de emergência de rotas em direção ao leito do Rio Piquiri e o curso do Rio Iguazu. Nota-se, também, o destaque dado à localização das quedas do Rio Iguazu. O mate, por representar no período produção econômica de grande expressividade para o Estado paranaense, necessitava de canais de escoamento de produção. Por sua vez, a malha ferroviária apresentava-se como saída para dotar o Paraná de significação, segundo anseios políticos da época.



**MAPA 4** - Mappa Geral da Província do Paraná (1876)

**Fonte:** Coletânea de mapas históricos do Paraná (2007)



Conforme visto, o mapa anterior representa importante recurso de revelação e confirmação por parte de autoridades provinciais paranaenses de potencialidades inerentes a território. Contudo, vinte anos após a construção dessa Carta geográfica propondo integração e, por extensão, progresso, buscar-se-á, pela cartografia, afirmar limites políticos com Santa Catarina e São Paulo.

Em relação à emergência de novos registros de sua história territorial, o ano de 1896 foi marcante no que tange a avanços significativos das questões limítrofes, e a carta denominada *Mappa do Estado do Paraná*, representa um importante material. Ricamente elaborado, esse mapa foi favorecido pelo avanço específico nas técnicas e conceitos de mapeamento que, ao final do século XIX, já estavam consolidados. (vide mapa 5)

Neste mesmo mapa são ressaltadas as Baías de Paranaguá e Antonina. Por sua vez, o surto de progresso regional ocorrido após a emancipação política do Paraná é afirmado pelo recurso da apresentação de plantas-baixas, incluindo aí a marca da capital do Estado à direita, abaixo do referido mapa.

Os limites políticos do Paraná estão, por sua vez, apresentados de tal sorte a anunciar domínios e já no interior do traçado cartográfico, podemos perceber a proeminência dos atributos “sertões desconhecidos” e “território invadido por catarinenses.” Também as extensões destinadas à proteção do território, tais como Colônias Militares receberam atenção nesse mapa.

Refiro-me ao desenvolvimento das medições precisas de longitude, o estabelecimento do norte no topo dos mapas como padrão, a convenção de cores, dentre outros avanços cartográficos que se estenderam desde aproximadamente o século XV na Europa. Uma abordagem territorial de fronteiras desenvolveu-se nos séculos XVII e XVIII, processo que permaneceu inconcluso até o período da Revolução Francesa. Os rios foram utilizados para delimitar fronteiras no final do século XV. Representando uma fronteira fixa, os rios representavam um recurso da natureza enquanto primeira linha de defesa. (BLACK, 2005)

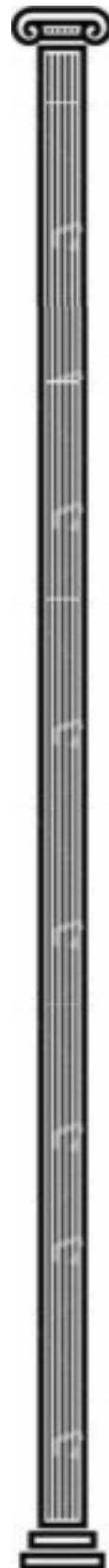



**MAPA 5** - Mappa do Estado do Paraná (1896)

**Fonte:** Coletânea de mapas históricos do Paraná (2007)

Neste sentido, amplas discussões em torno da demarcação de áreas situadas a extremo-oeste e sudoeste da Província paranaense também estiveram em pauta no período. Reconhecida como Vale do Iguaçu, essa região, tradicionalmente território Guarani foi reconhecida como Território do *Guayrá*. Tal denominação segundo apontado por Mota (1987), decorre da edificação de reduções jesuíticas durante os séculos XVI e XVII. A posse desse espaço era reivindicada pela Argentina e Santa Catarina e representava, aspirações de segmentos políticos constituídos no Paraná, grupos esses que refletiam desejos de camadas dirigentes e econômicas.

Cabe acrescentar, ainda, que as fronteiras entre as possessões portuguesa e espanhola na América Platina foram demarcadas pelos Tratados de Madri, em 1750





Veja-se em WACHOWICZ, (1987, 1985), e também em MARTINS, (1900, 1944).

e, respectivamente, Santo Idelfonso, no ano de 1777. O Tratado de 1777 estabelecia que a fronteira internacional corresse pelos rios denominados Peperi-Guaçu e Santo Antônio. Entretanto, as comissões demarcadoras criadas por Portugal e Espanha não definiram com exatidão quais os rios que recebiam tais denominações, muito embora contassem de mapeamentos já estabelecidos.

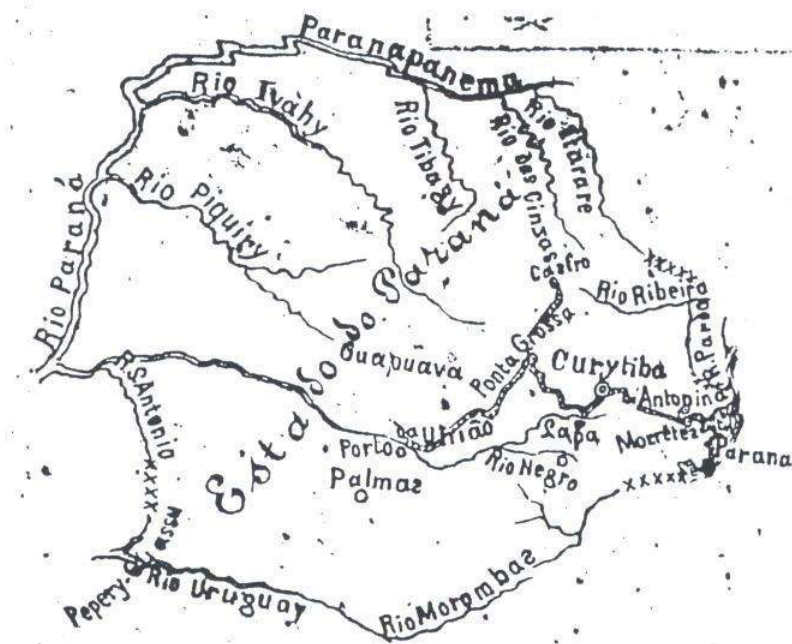
A indefinição, ou imprecisão, com que ambos os Tratados definiram os rios Iguaçu e Uruguai como referenciais entre fronteiras tornou mais uma vez este espaço meridional objeto de disputa entre as metrópoles coloniais e posteriormente entre o Brasil e a Argentina independentes. Os governos brasileiro e argentino, por sua vez, só se voltam para essa problemática após o término de Guerra do Paraguai (1864-1869). No ano de 1881, o Governo argentino definia a sua interpretação do Tratado de 1777, ano em que, a fim de conservar o referido território já ocupado por brasileiros, a Argentina eleva a região (entre os rios Paraná, Uruguai e Iguaçu) à categoria de *Gobernación de Misiones*.

De acordo com a leitura das autoridades argentinas, aquela área limítrofe deveria ser estabelecida ao longo dos rios Chapecó, afluente do rio Uruguai, e o rio Chopim, afluente do rio Iguaçu. O Governo brasileiro, por sua vez, ressaltava que a fronteira seguia os cursos dos rios Peperi-Guaçu e Santo Antonio. Para assegurar a posse territorial dessa área em arbitramento, a partir do ano de 1882, o Brasil tratou de integrar a região à província do Paraná, com a construção da ferrovia Paranaguá - Curitiba, com o incremento da navegação nacional no Rio Iguaçu e com a instalação de Colônias Militares, tais como a Colônia Militar de Foz do Iguaçu, em 1888. A área contestada pela Argentina possuía a extensão de 30.621 Km<sup>2</sup>. O embate em prol desse território é conhecido como Questão de Palmas e teve solução através de arbítrio internacional no ano de



Após a resolução da problemática territorial com a Argentina, outro evento coloca em relevo a demarcação do território paranaense. Referimo-nos à disputa interna entre os Estados do Paraná e de Santa Catarina pela definição entre suas fronteiras, embate esse que se estendeu ao longo de dezesseis anos. Conhecida como região do Contestado, a área em litígio inclui atualmente localidades tais como Palmas, Campo Erê, União da Vitória e Porto União.

O Estado paranaense, intencionado a continuar jurisdicionando o referido território, também conhecido como Vale do Iguaçu, no ano de 1900, produz, sob a responsabilidade do engenheiro-militar Cândido Ferreira de Abreu, imagens cartográficas destacando traçados que pretendiam afirmar a posse do território em contestação. (vide mapa 7)



MAPA 7 - Mapa do Paraná de 1900

Fonte: Martins (1901, *Apud* CZESZ, 1997)

Cabe ressaltar que ano de 1889 os traçados cartográficos do Estado do Paraná estavam definidos tal


como destacado na citação que segue, segundo interpretado pelo pesquisador paranaense Sebastião Paraná (1888):

Confina ao norte e ao nordeste com a Província de São Paulo e a leste com o oceano atlântico e a sueste com a Província de Santa Catarina, e a sul com a de São Pedro do rio Grande do sul, a sudeste com a Argentina de Corrientes e a oeste com a do Mato Grosso e a Republica do Paraguay, ao norte e ao nordeste o rio Paranapanema, desde sua confluência, no Paraná até a foz do Itararé, istmo do varadouro no litoral e nascente do Itararé. Na serra do Itapirapuan a Ribeira, até a foz do rio Pardo, subindo por este até a nascente do serra negro. (sic) (PARANÁ, 1888, p. 7)

O texto demarca de forma precisa que os limites entre Santa Catarina e Paraná definiam-se pelos rios Iguaçu e Negro, como pretendido pelo estado de Santa Catarina. Todavia, o Paraná fazia fronteira com o Rio Grande do Sul. As representações cartográficas paranaenses, a despeito de disputas políticas, internas ou internacionais, concorrem, no decorrer dos anos iniciais da República, para referendar a legitimidade das fronteiras em questão.

Nota-se que o traçado cartográfico associado a discursos e práticas que pretendiam superar o retraimento daquela área fornecerão, no contexto da (re)ocupação regional oeste paranaense durante as primeiras décadas do século XX, o substrato para a definição regional do Estado. Romário Martins destaca-se nesse contexto como intelectual paranaense comprometido com tal causa política em favor do Estado do Paraná. Sujeito o qual, ao longo de sua trajetória, fundamentou argumentos em prol da causa do Estado. Dentre os expedientes utilizados pelo intelectual, o recurso cartográfico merece ser destacado. O mapa a seguir





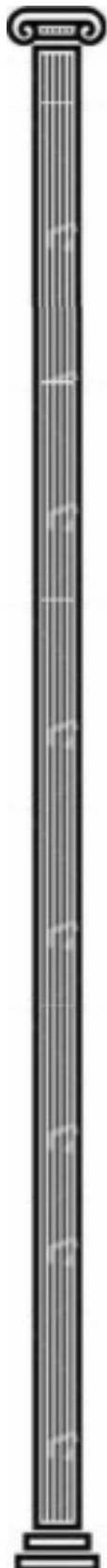
Ressalta-se que o movimento denominado Guerra do Contestado (1912 – 1915) ainda estava por acontecer.

foi elaborado por Romário Martins no ano de 1911, data em que o Estado do Paraná perde o território contestado para o Estado de Santa Catarina. A proposta de criação do Estado das Missões serviu de prerrogativa para inibir a execução do parecer favorável ao Estado de Santa Catarina. (vide mapa 8 )

O referido mapa destaca claramente tal objetivo, ou seja, visualiza o conteúdo de Cartas e Avisos Régios no período entre os anos 1765 a 1809, documentos que destacam como fronteira meridional da Capitania de São Paulo os rios Pelotas e Uruguai. Entre os séculos XVIII e início do século XIX, os contornos, por sua vez, corriam entre o Rio Preto e o afluente do Rio Negro. Já no ano de 1865 destaca-se como limite o Rio Marombas e posteriormente, em 1879, o Rio do Peixe. O movimento de populações advindas do Estado de Santa Catarina concorreu para o deslocamento de divisas entre as partes envolvidas no processo de litígio. Alguns aspectos interessantes chamam atenção nesse mapa. O primeiro diz respeito à denominação “zona inválida” atribuída ao espaço incorporado ao Estado de Santa Catarina. O segundo, e não menos importante é o fato de Romário Martins qualificar a área em reclame como “pretendida”.







de pertencimento não como um mero lugar geográfico, mas como um fundamento normativo e constitutivo de uma identidade territorial a ser alcançada.

A definição dos limites cartográficos do território paranaense representa a criação de um território de pertencimento. Para a fronteira extremo-oeste paranaense, pauta o significado do projeto regional alicerçado em pequenos núcleos de colonização privados, que serão discutidos no próximo capítulo. A delimitação desses marcos territoriais paranaenses foi construída, no entanto, em consonância com um discurso regionalista que não só naturalizava as fronteiras geográficas como também procurava criar a sensação de conquista de um espaço supostamente vazio de civilização.

# PELOS INTERIORES DO PARANÁ: ESTRANGEIRISMOS, POLÍTICAS E OS DISCURSOS SOBRE O OESTE

Até aqui foi nossa intenção destacar algumas questões políticas que concorreram para a definição dos limites territoriais paranaenses, tais como concebemos hoje. Nesse trabalho de reordenação do espaço, enfatizamos que determinadas áreas do Estado foram palco de disputas políticas. Consideradas desabitadas e desconhecidas, economicamente ricas em produtos extrativistas, escapavam ao domínio brasileiro. A organização e atualização dos limites físicos paranaenses, em especial a legalização de seus territórios fronteiriços, apresentou-se, portanto, como uma questão que preocupava os poderes públicos.

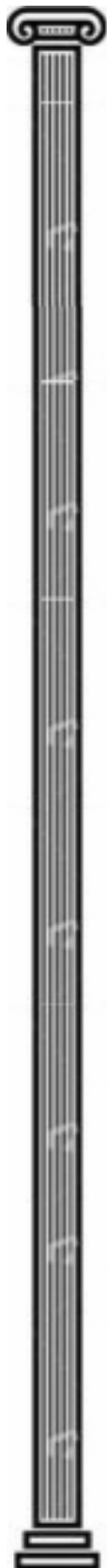
Em relação a esse tema foram expressivas as palavras de João Batista de Carvalho, então Secretário de obras Públicas e Colonização do Paraná.

Conforme destacado pelo seu relatório, o Estado deveria realizar seu papel histórico diante da existência de áreas novas, locais de escassos braços de trabalhadores nacionais, raras propriedades loteadas e produtivas, incipientes centros urbanos, meros prolongamentos de áreas rurais e insignificantes atividades de criação de gado e demais recursos econômicos.

Já, segundo foi ressaltado por Carvalho (1895), na ocasião, o Paraná caracterizava-se pela existência de “[...] zonas completamente desconhecidas e rios cujos cursos [eram] ignorados; de forma que notícia alguma, se possui em relação aos mesmos”(CARVALHO, 1895, p. 47).

Seguindo o entendimento do relator, o segredo para ressurreição econômica de tais áreas residia na conquista econômica ou exploração destes terrenos, pontos obscuros do traçado geográfico do Estado. No ano de 1895, época em

Relatório organizado pelo secretário de Obras Públicas e Colonização e apresentado a Francisco Xavier da Silva, presidente da Província do Paraná, em outubro de 1895.



que se definiram limites territoriais entre Argentina e Brasil, torna-se evidente que a edificação de traçados cartográficos paranaenses, não consiste em meras demarcações do espaço, mas, sobretudo, estratégias de reger sua ocupação, informar sobre ele, e por consequência, inventariar possíveis riquezas nele existentes. Assim entendida, a construção dessa história regional se dá entre práticas políticas e representações, como um modo de fazê-la existir. Espaço que se define pela presença e pelo enfrentamento de diferentes sujeitos e como *locus* privilegiado da ação de sujeitos e grupos sociais que o organizam territorialmente. A noção de vazio demográfico destaca-se no contexto como poderoso material para a construção dos significados atribuídos ao extremo-oeste paranaense.

Nesse sentido, as palavras de João Batista de Carvalho destacam-se como expressões na composição de crenças em torno do que seria uma unidade paranaense naquele contexto. Declarações tais como zona desconhecida ou área isolada permaneceram ao longo do século XX, difundidas e constantemente elaboradas como unidades de referência através das quais sujeitos identificarão regiões interioranas do território.

A confecção de mapas representou não só uma importante forma de leitura do espaço-região Paraná, mas, sobretudo, uma estratégia relevante para o reconhecimento do território. Em um primeiro momento, tais atitudes proporcionaram a abertura de frentes de povoamento e de comércio para a região. Estratégia e esforço imprescindível, segundo a política de integração regional do período, pois até a década de 1930 determinadas regiões paranaenses, como por exemplo, as áreas geográficas localizadas a extremo-oeste e o norte do Paraná, eram conhecidas e reconhecidas como espaços destituídos de civilização. Quanto a esses aspectos, convém reiterar que o supracitado relatório da Secretaria de Obras Públicas e Colonização do Paraná na

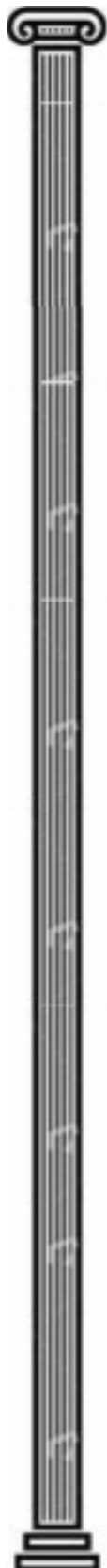
mesma direção, expressava anseios governamentais de levar a cabo a confirmação de tais especificidades territoriais, bem como realizar levantamentos de riquezas regionais tais como produtos animais, vegetais e minerais, como parte do projeto de modernização e desenvolvimento tecido para o período.

Tal proposta sugere a consecução de estudos em prol da edificação de vias de acesso visando a instauração de indústrias e de estabelecimentos comerciais. Reconhecem-se com isso, que os ditos sertões paranaenses prometiam um futuro generoso. Diante disso, já na conjuntura do final do século XIX, territórios tais como o norte e extremo-oeste paranaense serviam como rotas para escoamento de produtos extrativistas para outras áreas do território nacional e para os mercados platinos. Atividade essa que diminuía a receita pública do Estado do Paraná, prejudicando assim, a balança comercial do Estado.

Convém frisar, contudo, que preocupações dessa competência foram pauta de informes entre poderes executivo e legislativo da Província paranaense em outras ocasiões. As dificuldades de acesso à fronteira internacional extremo-oeste paranaense, dentre os inúmeros impedimentos à uniformidade regional, tornam a região uma questão política. Segundo Francisco Xavier da Silva: o “[...] imenso sertão do oeste paranaense é assunto que deve ocupar vossa atenção. Pois é lá que há de desenvolver-se a agricultura [...].” (*apud* WESTPHALEN, 1968, p. 10) Tais colocações, colocam o tema povoamento como assunto prioritário dessa pauta governamental, pauta essa que se estenderá ao longo da metade do século XX como um dos focos de preocupações governamentais, conforme destacaremos no decorrer dos capítulos do livro.

Acrescenta-se a esse rol de preocupações probabilidades de queda na economia regional, devido a incertezas advindas de questões limítrofes. Tais





circunstâncias concorreram para a determinação da criação de um ramal ferroviário a fim de propiciar o estabelecimento de um corredor de ligação entre oeste e norte do território paranaense, ligação que tinha também como desígnio tornar-se um incentivo à produção agrícola dessas áreas, posto que representasse possibilidade de acesso a outros mercados consumidores. O supracitado Relatório da Secretaria de Obras Públicas e Colonização do ano de 1895 coloca em relevo preocupações decorrentes de tal realidade embasado nos argumentos de Carvalho (1895):

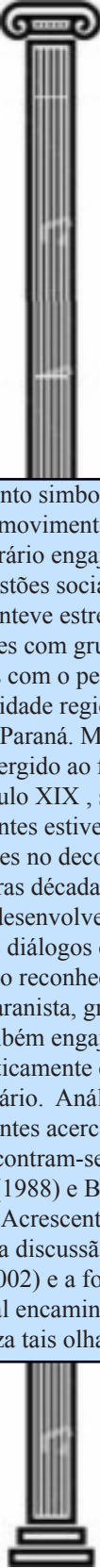
Na parte norte do Estado [...] já se iniciou em grande escala o plantio de café que é o produto agrícola dos mais ricos e remunerados [...] é sabido igualmente que por falta de estrada entre o lugar de produção e os nossos centros de consumo o café é transportado ou pelo Estado do Mato Grosso, pelo rio Paranapanema ou pelo vizinho Estado de São Paulo [...] resultando disto, prejuízo considerável aos cofres do Estado que não pode receber direitos nas exportações sobre seus produtos. [...] Dá-se o mesmo na extensa e riquíssima zona do oeste [...] entre os rios Iguaçu e Sahy até rio o Paraná fácilima via de navegação podem os produtos naturais e agrícolas escoar-se em procura de mercados platinos (CARVALHO, 1895, p. 47).

Concomitante a tal inquietação governamental, atenções econômicas do Estado giravam em torno de culturas tais como erva-mate e madeira, bem como da atividade criatória de gado. A atividade ervateira, por sua vez, permaneceu durante o século XIX como empreendimento de grande relevância junto à balança comercial paranaense. Considerada um rentável negócio para os cofres estaduais, embora tenha vivenciado crises


determinadas pela concorrência argentina, a erva mate, segundo Padis (1981), continuou a alimentar a economia paranaense até as primeiras décadas do século XX. A amplitude atingida pela economia ervateira no Paraná nesse período recebeu destaque na obra *Terra do Futuro*, cuja autoria pertence a Nestor Vitor, intelectual considerado representante do movimento simbolista que em fins do século XIX destacou-se pela promoção de debates acerca da realidade da Província que nascia. Prolongamento, portanto, de debates sobre a formação de uma identidade regional paranaense, o texto desse simbolista, destaca a atividade extrativista da erva-mate como porta de entrada à prosperidade do Estado. Assim, para a erva-mate, reconhecida também pelo atributo folha de ouro, infere-se o adjetivo de sujeito da história regional paranaense. Contudo, conforme destaca Padis (1981), tal atividade representava no período expressiva fonte de receita pública estadual, a qual teria sido responsável por um período de larga oferta de empregos no Paraná, influenciando sobremaneira as atividades comerciais paranaenses.

Considerando tais colocações, impasses territoriais tais como aqueles disputados com o Estado de Santa Catarina e também com a Argentina, impunham uma necessidade aos olhos do governo paranaense. O beneficiamento da madeira, por sua vez outro produto rendoso para os cofres estaduais, embora não tão expressivo na época, possibilitou a instalação de indústrias extrativas no Paraná. Essas, pela associação entre economia madeireira e atividades de colonização, atraíram grupos migrantes, inclusive aqueles de caráter flutuante para áreas interioranas do Estado, comungando assim dos propósitos de desenvolvimento e integração territoriais já proclamados anteriormente.

Assim, se por um lado a região de grandes ervais, disputada pelos estados de Santa Catarina e Paraná, foi pauta de apreensões governamentais paranaenses no século



O movimento simbolista foi um movimento de cunho literário engajado em questões sociais e que manteve estreitas relações com grupos envolvidos com o pensar uma identidade regional para o Paraná. Muito embora emergido ao final do século XIX, seus representantes estiveram presentes no decorrer das primeiras décadas do século XX, desenvolvendo profícuos diálogos com o grupo reconhecido como Paranista, grupo esse também engajado politicamente com tal ideário. Análises interessantes acerca do tema encontram-se em Marchette (1988) e Bega, (2001). Acrescenta-se ainda a discussão de Souza (2002) e a forma pela qual encaminha e relativiza tais olhares.



XX, por outro, no século XIX, a referida região, apesar de reconhecida como desabitada, distante e sem elos de comunicação com demais espaços regionais, vivenciava a franca expansão de presença argentina explorando tal riqueza. Não obstante, a ocupação estrangeira nessas áreas já havia sido mencionada, ainda no final do século XIX, pelo então Presidente da Província do Paraná, Manouel Marcondes de Sá. Segundo suas palavras: “[...] correntinos avançam cada vez mais precipitadamente pelas margens do rio Uruguay onde têm estabelecido feitorias empregadas na fabricação de erva-mate e madeira de construção.” (*apud*. CZESZ, p.77)

Destarte várias vozes ergueram-se no Congresso Legislativo contra explorações ilícitas de erva-mate na área contestada por parte dos Governos brasileiro e argentino. Exemplo de tal reclame foi formalizado por Pedro Alves da Rocha Loures, autoridade policial da localidade de Guarapuava, no ano de 1882. Segundo o relato do comissário, a região passava por um processo de assentamento de colonos estrangeiros, especialmente de procedência da Argentina sob a proteção de autoridades daquele país. A estrutura montada para tal empreendimento, segundo consta no relato do delegado de polícia, possuía não só o auxílio de forças policiais, como também a assessoria de agrimensores junto aos trabalhos de medição e demarcação dos limites dos lotes a serem explorados.

Cf. Ofício do encarregado de Polícia de Guarapuava ao Presidente da Província do Paraná em junho de 1882, p. 13.

Todavia, tais preocupações permanecem uma constante a despeito do processo de implantação do regime republicano. Tais frentes de expansão, paulatinamente, compuseram a principal fonte de mão-de-obra para atividades extrativistas, ou ainda, adquiriram funções administrativas junto a unidades de extração ervateira. No final da primeira década do século XX, o Legislativo paranaense permanece palco de denúncias, conforme apontado no informe do Congresso Legislativo do Paraná:



A vasta zona oeste e noroeste paranaense cuja flora encerra preciosos elementos de riqueza ainda não explorada, deve merecer nossa atenção no sentido de valorizar nosso Estado [...] em direção ao Piqueri, há grande massa de trabalhadores na extração da erva-mate e madeira, alguns desses trabalhos são feitos legalmente, mas outros não; está provado que alguns indivíduos invadem legalmente os terrenos nacionais [...] e estabelecem grandes empresas extrativas de erva [...] com prejuízo manifesto para os cofres do Estado. (JORNAL DO CONGRESSO LEGISLATIVO DO PARANÁ, 1910)

Cf. Jornal dos debates do congresso legislativo do Estado do Paraná em março de 1910. Sem paginação.

Discursos como acima mencionado revelam a nocividade da presença estrangeira para a soberania nacional, bem como prejuízos para a economia do Estado. Por um lado, a falta de fiscalização associada, por outro, o isolamento, propiciavam a manutenção dessa realidade. Os estrangeiros entravam assim, livremente pela fronteira internacional à procura das concentrações de erva-mate por toda extensão das florestas. É importante ressaltar que a presença de argentinos e paraguaios não ficou restrita a territórios contestados. Esses grupos transitavam pelo curso do rio Paraná transportando erva-mate e madeira em território da Colônia Militar de Foz do *Iguassú*. Quadro semelhante evidenciou José Maria de Brito, militar na ocasião de trabalhos de abertura da Estrada Estratégica do Paraná em seu trajeto Guarapuava - Foz do rio Iguazu, no ano de 1888. Segundo constata Brito (1977): “[na] ocasião da descoberta de Foz do Iguazu território brasileiro já era habitado. Existiam no mesmo, 324 almas, assim descritas: brasileiros, 9; franceses, 5; espanhóis, 2; argentinos, 95; paraguaios, 212; inglês, 1.” (BRITO, 1977, p. 60)

A finalidade última da inauguração do referido ramal terrestre de ligação entre Guarapuava - Foz do Iguazu, consistia em possibilitar a expansão das fronteiras internas do país. O ato de fundação de uma Colônia Militar na tríplice fronteira Brasil-Argentina-Paraguai, coloca em relevo preocupações vinculadas, entre outros aspectos à segurança nacional. José Maria de Brito é reconhecido como personagem responsável pela descoberta da foz do Rio Iguazu, no Rio Paraná, e pela consequente tomada de posse da área para o Brasil Cf. Brito (1977, p. 60)



José Cândido da Silva Muricy, membro do Instituto Histórico Geográfico Etnográfico Paranaense passou a constituir essa academia em 24 de maio do ano de 1900. Convidado diretamente por Romário Martins, sócio-fundador do Instituto, compõe, portanto, os quadros dessa academia desde sua fundação. Assim como os demais participantes do Instituto Histórico, destacou-se pela ampla produção de trabalhos relacionados ao programa desse Instituto, tais como relatos de viagens, expedições de reconhecimento do território, organização e catalogação de acervo documental referentes à história regional paranaense. Discussões em torno do tema constam no próximo capítulo da tese. Segundo relata em *Á foz do Iguassú. ligeira descrição de uma viagem feita de Guarapuava à Colônia da Foz do Iguassú em novembro de 1892*, cumpria ainda a tarefa de abastecer as dispensas da referida Colônia Militar e reabrir antigas picadas de acesso, necessárias para o estabelecimento de comunicação com o local.



Destaque semelhante dado ao isolamento e, por extensão à desnacionalização da mencionada fronteira internacional se faz presente no relato do então Coronel José Cândido da Silva Muricy.

Segundo constata Barbieri e Denipoti (1999), o referido militar, nascido em 1863, destacou-se como cadete da Escola Superior de Guerra, no golpe que derrubara a monarquia brasileira, evento que teria lhe assegurado rápida ascensão militar. E, muito embora não esteja claro que tenha nomeado as quedas d'água do rio Iguazu, foi um dos primeiros observadores no período republicano. Em 1892, aos 33 anos, a descrição de viagem empreendida pelo militar, coloca em relevo visões em torno do tema. Muricy (1896) assinala:


Quasi que toda a viagem foi feita debaixo de chuva, que tornava os caminhos que não são bons horrorosos. Dáhi a cansar quasi toda a tropa, a ponto de serem tropeiros obrigados a viajara pé para porem cangalhas nos animaes que montava. Levamos 34 dias para atravessar o sertão. Os gêneros que levavamos acabaram e fomos obrigados a lançar mão da farinha que ia para a colônia. (MURICY, 1896, p. 18)

Fragments, a exemplo do destacado acima, permeiam extensa narrativa do então Tenente Coronel. A descrição de cenários inóspitos, vastidões desconhecidas e insalubres que compartilham desnacionalização, compõem importantes arranjos na formação de significados para o regional. Produzidas numa prática social, as digressões do militar se constituem, como as que seguem, para significar o Paraná em seu processo de edificação simbólico-territorial. No registro em questão, o viajante posiciona-se, contudo, como sujeito civilizado, que supostamente olha


para um território atrasado, e tece o perfil da paisagem que se reconhece pelo atributo “extremo-oeste paranaense”, no início do século XX. Tecemos esse comentário, pois o texto evidencia de forma contundente aspectos do regional que sugerem um espaço primitivo. Acreditamos que as dificuldades enfrentadas pelo narrador, tais como precariedade de meios de transporte, escassez de alimentos, penúrias em momentos de sono e demais inseguranças em destaque no relato, acorreram para ratificar tal aparência. Contudo, tal visão se soma à beleza exótica do espaço, construção à qual Muricy (1896), aspira superar:

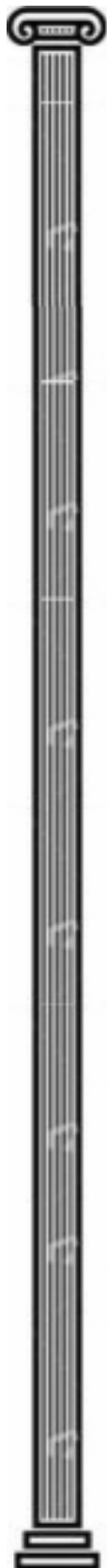
Nesse canto tão longe das autoridades brasileiras. Tão longe, perdidos isolados no meio dessas solidões, entristece-nos o alegre cantar do passarinho, doe-nos no íntimo o triste gemor da jurity [...] ao cair da tarde. [...] Amedronta-nos o monotono ruído das cascatas, encomoda-nos o farfalhar das folhas, embaladas pelo vento, tudo enfim nos causa uma desagradável impressão, porque tudo insensivelmente se alia ao nosso isolamento. (MURICY, 1986)

Em seu conjunto, as impressões tecidas acima, extraídas ao longo do relato de José Muricy, sem o destaque específico de páginas, retêm uma visão que estará presente na literatura de viagem tecida no século XX por viajantes brasileiros que percorreram o extremo-oeste paranaense. Tais significados ou ideias acerca do espaço em questão oscilam em adjetivações positivas (sobre rios repletos de águas límpidas, território cuja uberdade das terras e o benefício do clima, tornam a vida exuberante) e, reforços negativos: local ermo e abandonado, dentre outros atributos. Assim, o território recebe o reforço enquanto representação, valor simbólico.



Algumas narrativas incidem em relatórios de expedições militares, viagens de trabalho ou lazer. Produzidos com critérios narrativos, ou não, em sua maioria foram escritos no decorrer do trajeto percorrido. Apesar da importância que as representações da paisagem contidas nas páginas desses relatos representam para a construção do regional, essas narrativas devem ser entendidas em sua especificidade, apesar dos valores que evidenciam mútuas visões de mundo. Domingos Nascimento, Silveira Netto, Carlos Coelho Junior, Julio Nogueira, José de Lima Figueiredo, Pedro Cezar Martinez, dentre outros, compõem o mosaico de viajantes que tiveram suas impressões de viagem ao extremo-oeste paranaense transformadas em literatura de viagem. Atualmente, as narrativas de viagem, representam uma rica fonte para pesquisa, sobretudo porque, independente dos discursos nela contidos, da forma e do conteúdo que possam ter, traduzem necessariamente a realidade percebida pelo seu produtor. Tais narrativas têm a capacidade de (re)apresentar, de instaurar sentidos. Mais ainda, enunciam lugares comportando um processo de epifania ou revelação. Em outras palavras, são representações capazes de recriar o concreto: o lugar, instituindo-o, contudo, tecem impressões pessoais segundo o lugar social em que são forjadas e, por extensão, segundo interesse de quem cria o registro.





Manifestações desse tipo são recorrentes na narrativa de Julio Nogueira. Professor, especializado em linguística, ao final de 1919, no gozo de suas férias, ausenta-se do Rio de Janeiro, percorre o Estado de Santa Catarina, Buenos Aires e Montevideú, adentra a região do Prata, até a localidade de *Porto Iguassú* a fim de conhecer as quedas do rio Iguaçu, reconhecidas na época pelo atributo: quedas do *Guairá*, águas situadas em território extremo-oeste paranaense.

Como resultado da excursão, Julio Nogueira trouxe a público no ano de 1920 um texto marcando a atuação de estrangeiros na região. Segundo constata Nogueira (1920, p. 115), na ocasião da chegada ao seu destino: “[...] o pharmaceutico é paraguayo; o médico é espanhol; o chefe de contabilidade e o do deposito são allemães. [...] a peonada é paraguayana ou argentina”. (sic) (NOGUEIRA, 1920, p. 115)

É interessante notar, que Julio Nogueira constrói seu raciocínio em torno do regional, reportando-se a temas referentes à falta de brasilidade, representações em torno do sertão e desejos de produtividade na terra. Essa última se constitui em entidade única, capaz de congrega linhagens nacionais.

Em torno do nacional, Nogueira (1920) acrescenta:

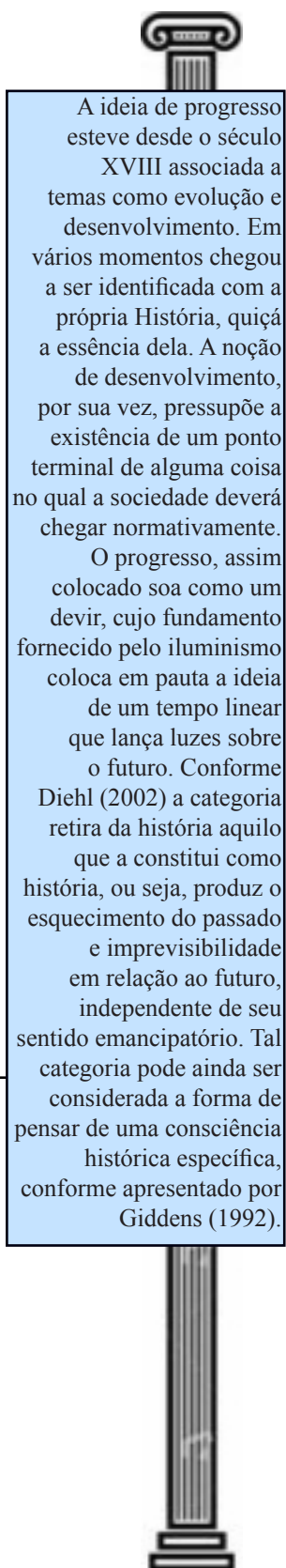
Precisamos <<nacionalisar>> de facto aquellas paragens do territorio nacional [...] onde quasi só se houve falar castelhano e guarani e onde há vastos latifundios em mãos do estrangeiros que, pelas condições actuaes não podem deixar de enviar os nossos productos para o território também estrangeiro. **(destaque do autor)** (sic) (NOGUEIRA, 1920, p. 159)

Tal situação de fronteira, segundo o narrador, resultado de fatores vinculados ao isolamento regional, deveria ser devidamente estudada a fim de levar adiante o

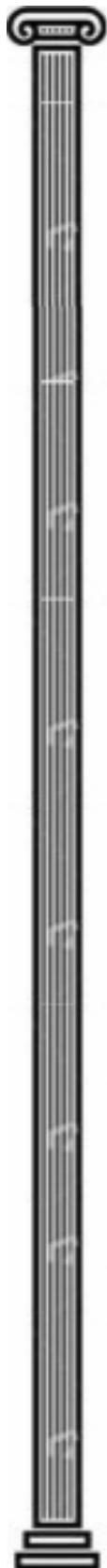
amplo aproveitamento de potencialidades econômicas da região, tais como terra, vias de comunicação e transporte de riquezas naturais exploradas e aquelas a explorar. Conforme as conclusões de Nogueira (1920), a falta de “[...] serviço [s] de comunicações, que [animam] o povoamento e a expansão commercial nas varias modalidades da iniciativa particular [...]”. (NOGUEIRA, 1920, p. 159) estabeleciam-se como importantes barreiras a serem ultrapassadas pelo país.

Tais palavras revelam desejos de redesenhar o perfil regional. Contudo, de tal ameaça desdobra-se uma trama de interesses na qual o extremo-oeste do Estado será colonizado no século XX. A ressaltada necessidade em nacionalizar a região extrapola tal visão individual e se expande para o princípio federativo e da economia que o regia. Em outras palavras, argumentos em prol do aproveitamento do espaço em benefício do país evidenciavam que uma região não se conquista somente pela definição de seus limites territoriais, mas também pela conquista econômica de seu espaço. Destarte, atrasada e sem civilização, tal região, assim permanece aos olhos de muitos intérpretes até a emergência do empreendimento colonizador privado, ocupação ocorrida pós década de 1940 e vista como atitude necessária para o progresso. Afastar fantasmas do atraso regional significava, portanto, construir uma nação pelo controle completo de suas fronteiras. Tais ideias de integração e desenvolvimento regional reforçam a necessidade de reafirmar o pertencimento ao Paraná, Estado que, ainda no início do século XX, buscava se redescobrir como nação.

As denúncias referentes à presença irregular de estrangeiros desenvolvendo atividades extrativistas nas margens do rio Iguazu e do isolamento da região em relação às demais áreas do Estado, assim constatadas no final do século XIX, também se fizeram presentes nas



A ideia de progresso esteve desde o século XVIII associada a temas como evolução e desenvolvimento. Em vários momentos chegou a ser identificada com a própria História, quicá a essência dela. A noção de desenvolvimento, por sua vez, pressupõe a existência de um ponto terminal de alguma coisa no qual a sociedade deverá chegar normativamente. O progresso, assim colocado soa como um devir, cujo fundamento fornecido pelo iluminismo coloca em pauta a ideia de um tempo linear que lança luzes sobre o futuro. Conforme Diehl (2002) a categoria retira da história aquilo que a constitui como história, ou seja, produz o esquecimento do passado e imprevisibilidade em relação ao futuro, independente de seu sentido emancipatório. Tal categoria pode ainda ser considerada a forma de pensar de uma consciência histórica específica, conforme apresentado por Giddens (1992).



primeiras décadas do século XX, contudo, sem muitas alterações. Aliás, nem mesmo a instalação da já citada Colônia Militar, instituição fundada com os objetivos de promover a segurança nacional e nacionalizar o território, colonizando-o com elementos nacionais a fim de aproveitar as riquezas naturais ali existentes, teria revertido tal realidade. No texto apresentado por Belarmino Augusto de Mendonça Lobo ao Ministro e Secretário do Estado e dos Negócios da Guerra, tais intentos foram expressos.

Segundo a visão de Lobo (1888):

Esta providencia é tanto mais necessaria e imprescindivel quanto é certo que ella attenderá, ao mesmo tempo, a providentes interesses estrategicos, economicos, politicos industriaes e commerciaes. [...]

[...] vigiará pelo nóрте, todo o territorio litigioso e o movimento que se apurar n'esse rio, (Iguaçu) servirá de apoio a uma esquadilha que se achi vá estacionar para policiar pelo oeste o referido territorio, avistando qualquer desembarque que n'elle se tente effectuar e ainda será o élo que ligará as linhas fronteiras das provincias, de São Pedro do Sul e do Matto Grosso com a do Paraná por intermédio de um lado das colonias ou postos militares que se hão, de estabelecer, após a demarcação de limites, na linha do Pequiry-guassú e Santo Antonio e, de outro do posto que fundar-se no salto, de Guayra. [...] Com terras fertilissimas no Valle dos dous rios e nas serras marginaes, apropiadas a toda especie de culturas, tanto dos climas quentes como dos climas frios, cobertas de madeira para construções e tinturaria, com escoadouro fácil para seus productos, a colonia tem, sob todos os pontos de vista, um futuro [...]

[...] do ângulo, proximamente recto, formado pelos rios Iguassú e Paraná;

vigiará pelo nórtre, todo o territorio litigioso e o movimento que se apurar n'esse rio, servirá de apoio a uma esquadilha que se achi vá estacionar para policiar pelo oeste o referido territorio, avistando qualquer desembarque que n'elle se tente effectuar e ainda será o élo que ligará as linhas fronteiras das provincias, de São Pedro do Sul e do Matto Grosso com a do Paraná por intermédio de um lado das colonias ou postos militares que se hão, de estabelecer, após a demarcação de limites, na linha do Pequiry-guassú e Santo Antonio e, de outro do posto que fundar-se no salto, de Guayra.

Com terras fertilissimas no Valle dos dous rios e nas serras marginaes, apropriadas a toda especie de culturas, tanto dos climas quentes como dos climas frios, cobertas de madeira para construções e tinturaria, com escoadouro fácil para seus productos, a colonia tem, sob todos os pontos de vista, um futuro [...]. (sic) (LOBO, 1888, p.3-6)

Os objetivos fundamentais desse empreendimento militar, assim expressados no documento não foram atingidos. Conforme informado pelo administrador, a instalação dessa Instituição não tornou nacional a fronteira, tampouco efetuou o controle da exportação madeireira e ervateira. A organização de atividades comerciais entre países limítrofes foi outro intento não atingido. Somado aos desígnios não atingidos de tal projeto, acrescenta-se o fato de que agricultores nacionais lá estabelecidos, apesar de boas condições para a agricultura, abandonaram suas atividades agrícolas, dedicando-se à coleta de erva-mate e exploração da madeira, riquezas presentes em abundância nas áreas sob sua responsabilidade. Tais transações

Texto apresentado a Thomaz José Coelho de Almeida, Ministro e Secretário de Estado e Negócios da Guerra, relatando o evento de fundação da Colônia Militar do Iguazu e da abertura de estradas de comunicação para a Província de Mato-Grosso em 1888. Destaques entre as páginas 3 a 6. Contudo, as seguintes tecem também ricas impressões.



Quanto a isso, a historiografia paranaense é consensual. Entretanto, esse tipo de documentação é pouco explorada.

Comumente os autores recorrem a informações contidas em textos produzidos por militares, sertanistas e viajantes a fim de sustentar seus argumentos. No entanto, tais narrativas são apresentadas como expressões de verdade e não como um locus documental que merece ser relativizado. Como expoente dessa produção, citamos os trabalhos de Rui Wachowicz, e dentre eles, *Obrageros, mensus e colonos: história do oeste paranaense*.

Destaca Andrade (1941, p. 60): “A expedição realizada em janeiro de 1876, pelo então, capitão Nestor Borba, cujo relato foi publicado pelo engenheiro André Rebouças, tomou feição de empresa descobridora, que houvesse incorporado ao território nacional uma província perdida”.

Consideramos tal ato de brasilidade a fundação da colônia Militar de Foz do Iguaçu sob responsabilidade do militar Joaquim Firmino.

comerciais comumente ocorriam entre colonos nacionais e empresários argentinos.

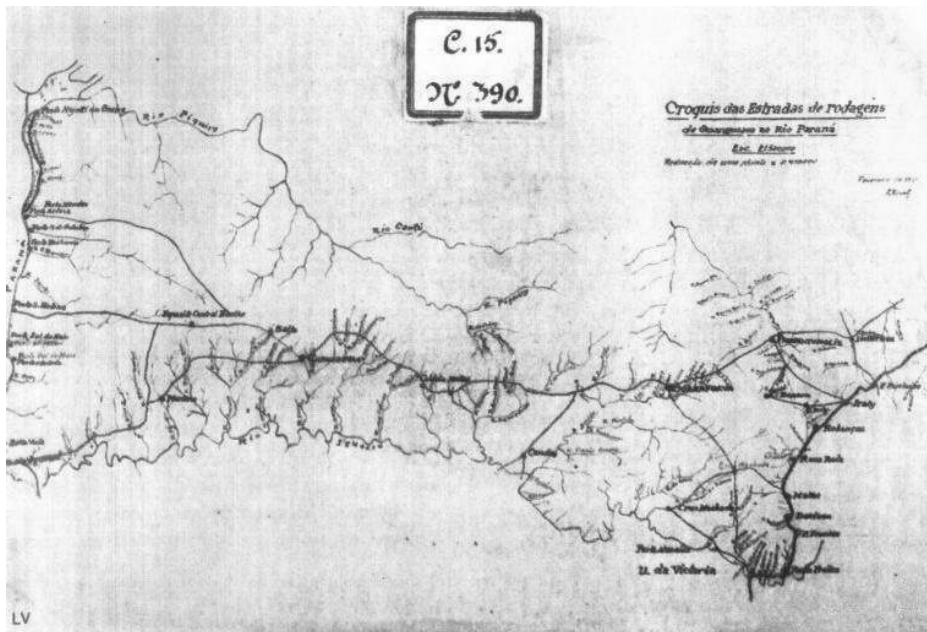
Os últimos recorriam à comercialização dos referidos ervais visando, sobretudo, mercados da província de Buenos Aires. À falta de estratégias eficazes na fiscalização de tais empreendimentos, forasteiros ocupam a região a fim de investigar concentrações de erva-mate e madeira com o intuito de levar adiante intentos econômicos.

A história administrativa dessa Colônia Militar se encerra no ano de 1912 por ordem do Ministério da Guerra, contudo, sem alterações significativas no que se refere à organização e na ocupação do espaço por nacionais e, sobretudo, às atividades de fiscalização fronteiriças. Tal fato teve destaque no ensaio geopolítico de autoria de Teophilo Andrade. Texto reconhecido como importante contribuição no que se diz respeito ao traçado de possibilidades para a transferência do eixo econômico do país para aquela região, verificava, contudo, que no início da década de 1940, tal espaço permanecia, ao decorrer de três séculos após a descoberta das Sete Quedas pela expedição realizada por Nestor Borba no ano de 1876, limitado à posse política da terra.

Entretanto, independente do atestado de brasilidade levado pelo engenheiro militar Joaquim Firmino, fundando ao sul das Sete Quedas, no limiar do regime monárquico, a conquista desse ideário seria ainda, no decorrer das primeiras décadas do século subsequente, uma etapa civilizadora a ser alcançada.

A despeito de apelos de integração regional, tal como vislumbrados no texto de Andrade (1941), no decorrer das primeiras décadas do regime republicano, em toda a área, além de acessos privativos pertencentes a grandes proprietários de terras estrangeiros, havia apenas a citada Estrada Estratégica do Paraná em seu trajeto Guarapuava-Foz do Iguaçu. (vide desenho 1).





**DESENHO 1** - Croquis das Estradas de Rodagens de Guarapuava ao Rio Paraná

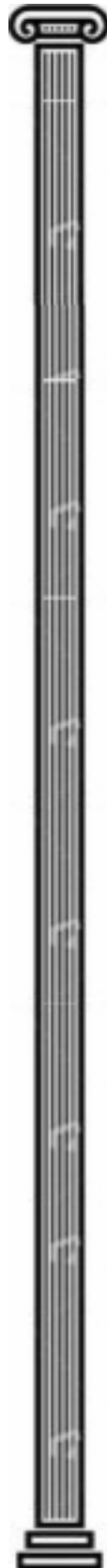
**Fonte:** RENOT (1921)

In. WESTPHALEN (1987) Prancha LV

Construída no ano de 1888, a Estrada Estratégica, objetivava estabelecer ligações entre áreas já desbravadas e sertões desconhecidos do Estado. Entretanto, a falta de manutenção concorreu para que tais intentos não fossem alcançados. O ostracismo ao qual ficou relegado o caminho, elo que conectaria diferentes espaços de uma mesma unidade política, concorreu para que discursos acerca de carências infra-estruturais fossem amplamente propalados.

Segundo constata Muricy (1896):

[...] de Catanduvas em diante o caminho é horroroso; o solo muito accidentado e o matto apresenta-se em toda sua pujança, [...] Além disso, tem-se de atravessar manchas de léguas de extensão, só de taquerussús, por um verdadeiro túnel cortado nas enormes touceiras. Caminha-se horas inteiras; sem se ver uma nesga sequer de céu. (sic) (MURICY, 1896, p34).

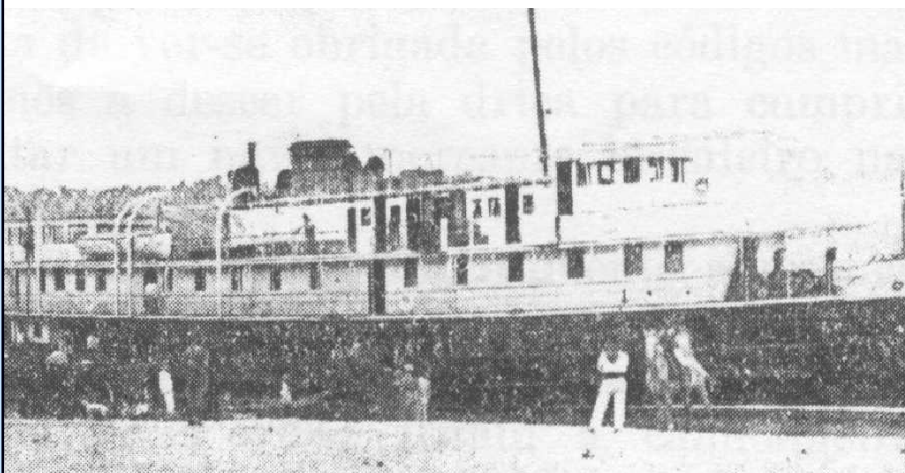




Destacado intelectual paranaense, pertence aos quadros da chamada geração ou intelectualidade simbolista do Paraná, corrente essa que em fins do século XIX, destacou-se como movimento de grande expressão que promove as primeiras discussões acerca dos rumos governamentais e da sociedade logo após o desmembramento político da Província de São Paulo. Assim como os paranistas, grupo que a partir da década de 1920 propõe um conjunto de atividades voltadas para a exaltação de adjetivos da terra, os simbolistas, também se inserem no debate acerca da constituição de uma identidade regional paranaense. Acerca do tema, apresentaremos discussões mais aprofundadas ao longo do livro.

O viajante pertencia aos quadros do Instituto Histórico Geográfico Etnográfico Paranaense. Em 1906 passa a constituir a Comissão Permanente da Instituição. A narrativa exposta foi extraída de *Terra e gente do Paraná*.

Tal realidade colocada em relevo nas palavras do viajante justifica a existência na época de trajetos fluviais através do rio Paraná como opção de percurso entre Buenos Aires até a foz do rio Iguazu. Navios procedentes da Argentina destacavam-se na realização de tal tarefa. Manoel de Azevedo Silveira Netto, reconhecido no meio intelectual da capital paranaense como Silveira Netto, monumentaliza tal evento através da fotografia. (vide fotografia 1)



**FOTOGRAFIA 1** - Vapor Argentino, da linha para o Iguassú, no rio Paraná.

**Fonte:** Silveira Netto (1939)

Seis anos antes da extinção da Colônia Militar, no início de 1905, Arthur Martins Franco, engenheiro encarregado da medição de extensos latifúndios arrendados ou vendidos a expressivas empresas ervateiras argentinas, (*Nunes y Gibaya e Domingos Barthe*, por exemplo), testemunhou tal situação de isolamento local sugerindo a Foz do Iguazu a imagem de um território de costas para o Brasil. Martins Franco verificou que o percurso entre a localidade de Foz do Iguazu e a capital platina realizava-se pela rota fluvial do rio Paraná. Segundo constata Franco (1944), contudo para realizar tal itinerário, fazia-se necessário, uma travessia descontínua a qual abarcava Buenos Aires - Corrientes, Corrientes - Possadas, Posadas,

- Foz do Iguaçu. A rota mais comum utilizada para chegar à última localidade e, em consequência, às cataratas do *Guaiyá*, procedia, entretanto, do Estado do Rio Grande do Sul, tomando seguimento por Montevidéu, Buenos Aires, Rosário, Corrientes e Posadas. Na sequência, percorria-se o Rio Paraná até a foz do Rio Iguaçu, localidade reconhecida como *Porto Iguassú*. Nessa fase, navios de procedência argentina ou paraguaia, tornavam-se necessários à finalização do itinerário. Conforme destacado por Silveira Netto (1939), o rio Paraná emerge no contexto, como personagem de primeira grandeza junto ao extenso trajeto.

Na visão de Julio Nogueira, o acesso terrestre para a região não representava uma opção amena em relação à sequência de trajetos apresentados anteriormente. Segundo Nogueira (1920):

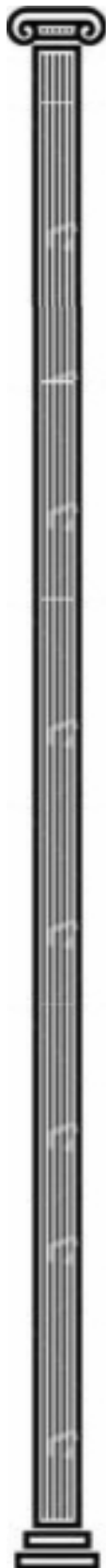
[...] entre Guarapuava a Foz do Iguaçu o percurso era feito em 72 horas de automóvel. Esse meio de transporte, entretanto, é no momento caríssimo, por causa do desgaste material ocasionado pelas condições ainda imperfeitas daquela via.

Até hoje a viagem, tem sido feita [...] por estrada de ferro, via Uruguayana, de onde, transposto o rio Uruguay, continúa, em passo de Los Libres, pela estrada de ferro argentina até Posadas e daí, pelo alto Paraná, até a Foz do Iguassú. (sic) (NOGUEIRA, 1920, p. 6)

A descrição acima reforça visões comuns quanto à problemática do isolamento regional e referenda que, despeito de construções de vias de acesso para a região, o território fronteiriço jazia envolto em feições ínvias: desprovido de estradas, povoados e de populações nacionais. Dando prosseguimento ao discurso, destaca  
Nogueira (1920):

Referimo-nos aos saltos denominados Sete Quedas, alagados quando da inauguração da Hidrelétrica binacional de Itaipu.

Aliás, para quem iniciava viagem na localidade de Porto Guaíra, o trajeto estava sob o controle de empresas estrangeiras. O contorno de corredeiras e saltos tais como os Saltos de Guaíra ou *Guairá* (Sete Quedas) realizava-se em via ferroviária controlada pela empresa de extração de ervais *Matte Laranjeiras*, que ali tinha sede de exploração dessa riqueza.



Em Guaíra: tudo pertence à Matte Laranjeira. [...] As terras foram adquiridas por compra de uma antiga concessão feita pelo Estado do Paraná. [...] A pequena estrada de ferro que transporta hervas [é] o único meio de transporte para os famosos saltos das sete quedas. (sic) (NOGUEIRA, 1920, p. 114)

Acrescenta-se, como reforço às imagens regionais negativas tecidas pelos viajantes brasileiros em destaque, a realização do transporte comercial por via fluvial a cargo de empresas de capital estrangeiro. Corporações a exemplo das *Companhias Cia Argentina de Navegacion, Cia Mercantil y Transporte Domingos Barthe, Nunes Gibaya e Juan B. Molla*, tiveram expressiva importância para a consolidação de atividades de exploração de produtos tais como erva-mate e madeiras recorrentes na região.

Repleta, portanto, de estranhos à nacionalidade, na área banhada pelo Rio Paraná disseminava-se a presença estrangeira através do chamado sistema de *obrages*. Expressão de origem argentina, consiste, segundo Wachowics (1987) em uma propriedade:

[...] típica de regiões cobertas de matas subtropicais em território argentino ou paraguaio. O interesse fundamental de um obragero não era a colonização em pequena ou média propriedade, nem o povoamento de suas vastas terras. Seu objetivo precípua era a extração de erva-mate nativa da região, bem como da madeira em toros, abundante na mata subtropical. (WACHOWICS, 1987, p. 44)

Ainda segundo o autor, o processo extrativista consistia em uma prática presente desde o início do século XIX na Argentina e Paraguai, implantada espontaneamente

entre os vales navegáveis dos rios Paraná e Paraguai. Tal princípio de exploração, desenvolvido nestes países, teria, portanto, encontrado nessa região de fronteira internacional, espaço propício para expansão de suas atividades.

Ressalta-se que a Constituição Republicana de 1891 confere terras consideradas devolutas para a jurisdição dos Estados, o que amplia possibilidades para aquisição facilitada das áreas. Em posse de tais áreas, os Estados possuíam liberdade quanto ao gerenciamento de questões relativas à terra, como por exemplo, a via contratual diretamente acordada entre Estado do Paraná e grupos nacionais ou estrangeiros. Destaca-se nesse tipo de transação econômica, contratos realizados entre *obrageros*, pretensos proprietários de terras e Secretaria de Obras Públicas do Estado do Paraná. Por tal via, Domingos Francisco Barthe, empresário de procedência argentina, no início do século XX, adquiriu o montante de 60.000 hectares de área destinada a extração de ervais e madeiras e local de moradia a mão-de-obra necessária para realização de trabalhos na *obrage*. Na maioria das vezes, entretanto, tais extensões de terras foram obtidas sem documentação. (vide planta 1)

Conforme informa Westphalen (1968), tal concessão ocorre no ano de 1901, visando, dentre seus objetivos localizar 2.5000 trabalhadores.



**PLANTA 1** - Planta dos lotes concedidos por compra a Domingos Barthe.

**Fonte:** ABREU ( 1905 )

In. WESTPHALEN (1987). Prancha XIX

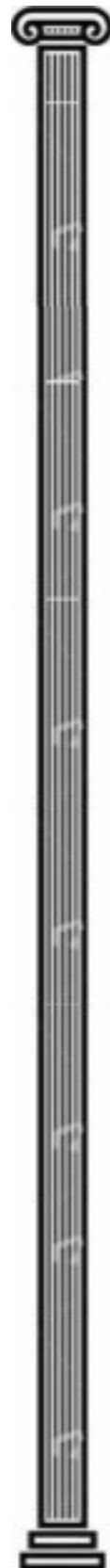


Transações econômicas tal como a ocorrida entre Domingos Barthe e o Estado do Paraná, representavam, por um lado, a ampliação da produção econômica estadual e por outro, o aumento da arrecadação de seus impostos. Para levar a cabo esse intento, em 1902 foi criada a Agência Fiscal de Foz do Iguaçu como saída para coibir contrabandos de erva-mate e madeira. Apesar de intentos coercitivos em relação a tais atividades, carências infraestruturais e precárias estratégias fiscalizadoras por parte do Ministério da Fazenda impossibilitaram a supressão de tal quadro. Aliás, não se previu um sistema eficiente para a fiscalização destas atividades exploratórias. Carências infra-estruturais, falta de circulação de moedas nacionais e feições locais estrangeiras, estão postas na narrativa de Silveira Netto, já citado intelectual paranaense, na ocasião, representante do Ministério da Fazenda junto à localidade *Iguassú*, em 1905, como demonstrativos da impossibilidade de conter o quadro acima delineado. ( vide fotografia 2)



**Fotografia 2** - Vista parcial da cidade de Iguassu

**Fonte:** Silveira Netto (1939)





Conforme impressões de Silveira Netto (1939):

[...] a feição característica [ da cidade de Foz do Iguaçu ] era de mais de uma povoação estrangeira; raro o dinheiro nacional quando aparecia era mais como um hóspede, prevalecendo no comércio local, para todos os efeitos, o peso papel argentino. Pelo rio Paraná, todos os gêneros de primeira necessidade, mesmo os produtos de pequena lavoura, a até as aves domésticas eram adquiridas a bordo dos vapores importados de Posadas (Argentina) e Vila Encarnacion (Paraguai). (destaques do autor) (SILVEIRA NETTO, 1939, p. 75)

Para além das constatações em relação à predominância do estrangeirismo e de suas conseqüências desastrosas para o desenvolvimento daquele território, a essência das preocupações de Silveira Netto (1939), estão expressas da forma que segue:

Um domínio discricionário o exercício por essa companhia (matte laranjeiras, que inclusive em 1936 não permitiu a instalação de uma agência postal pretendida pelo Ministério da Viação). Não sabemos como os Poderes Públicos nacionais consideram essa independência territorial muito *sui generis* [...] estará certo? (**destaque do autor**) (SILVEIRA NETTO, 1939, p. 119-120)

Em cada observação destacada, encontram-se fetiches de uma época: cultura no sentido de inserir brasilidade e, por extensão, progresso ao território. A incerteza sobre o futuro enfatizava os desarranjos do presente, tempo que parecia pelos erros governamentais. A ideia de progresso como perspectiva de ação está colocada em relevo na coletânea



de exemplos destacados. A incumbência da sociedade, conforme propalada pelos narradores, consistia em dirigir-se a esse presente obscuro a fim de levar a término os intentos de integração regional. Romper com a existência de arquipélagos econômicos e políticos e, por sua vez, das distâncias culturais e geográficas que separavam os territórios significava, por um lado, garantir o crescimento regional, por outro, a unidade para aquele espaço.

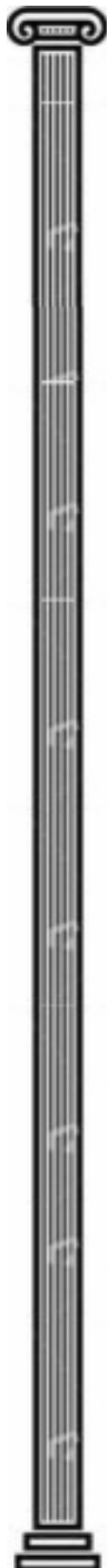
Andrade (1941), referindo-se às feições nacionais da colônia Militar de Foz do Iguaçu, empreendimento historicamente construído para levar a brasilidade aquele espaço região, destaca:

[...] hoje, a colônia é uma vila do Estado do Paraná. Mas vila pequena e isolada, que vive na dependência absoluta da navegação argentina. [...] Toda zona ribeirinha, [...] ligada por via fluvial a Posadas, Corrientes, Buenos Aires e ao mar, não tem sinal algum do Brasil e, não possui núcleos de habitação brasileira dignos de menção. [...] A própria vila de Foz do Iguassú não tem como se desenvolver por falta de meios de comunicação. (ANDRADE, 1941, p. 60-62)

Partindo da linha de pensamento, proposta por Andrade (1941), tais características locais implicavam contar sérios obstáculos ao desenvolvimento econômico do Estado paranaense e, em consequência à construção da imagem do mesmo diante da nação.

A superação de tal realidade resultaria da associação de projetos nacionais, os quais propunham a conquista do extremo-oeste paranaense para a brasilidade. Reconhecida pelo atributo fronteira guarani, tal região, perfilhada como território pertencente ao Baixo Paraná, ou seja, a extensão entre Foz do Iguaçu e Porto Mendes, passa a adquirir





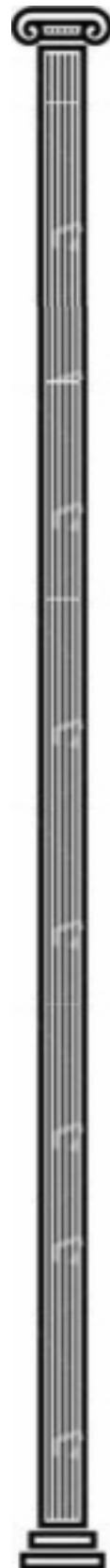
novas feições no momento em que é publicado o ensaio geopolítico. Segundo Freitag (2002) tal empreendimento procurava delegar a desejada unidade ao espaço-região, articulando-o com as demais áreas do Estado de forma integrada e homogênea através de uma estratégia de colonização que redesenharia o mapa dessa fronteira.

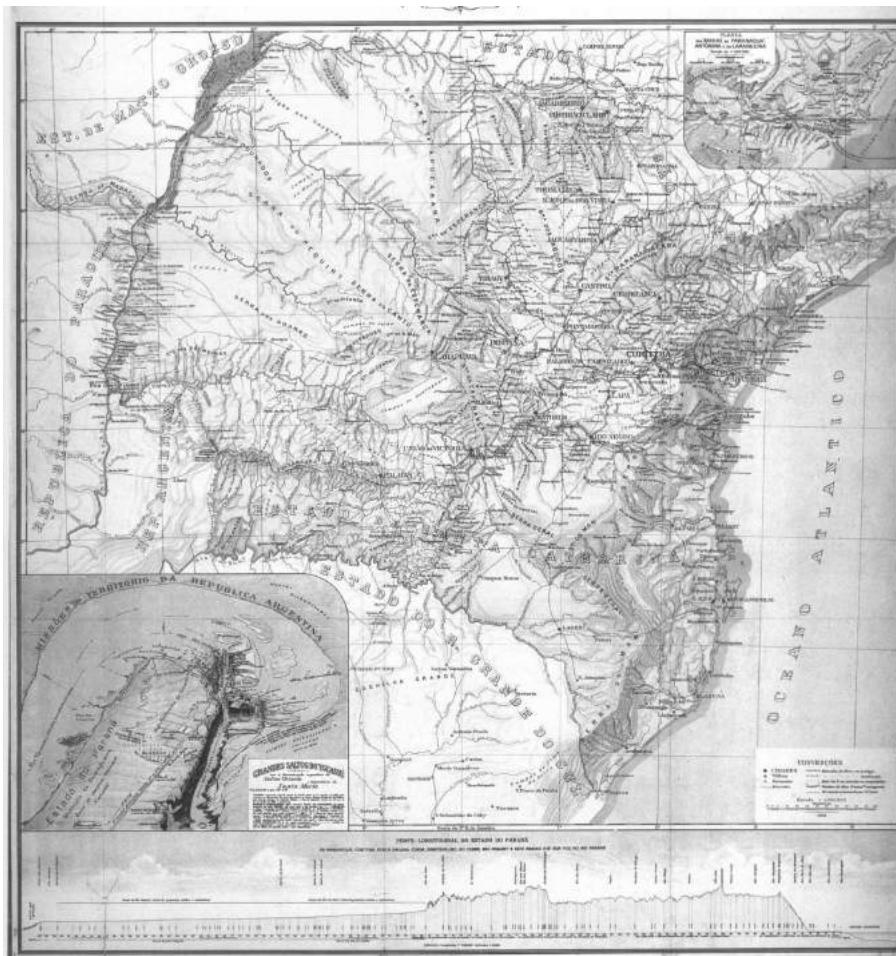
A definição de tais espaços físicos constituiria na conjuntura, como um ato cuja finalidade consistia na instituição de autoridade política sobre o espaço, ou seja, delimitar a extensão do ato de reger o espaço paranaense - ato que consiste em traçar marcos fronteiriços ao território. Recorrendo às interpretações de Bourdieu (1989), a região extremo-oeste do estado do Paraná consiste em um conceito que se define em seus traçados territoriais, bem como em trabalhos de mediação via discursos performativos, ou discursos regionalistas tecidos sobre ele. Tal discurso performativo-regionalista teve, seguindo essa leitura, a função de legitimar a existência de fronteiras, limites-fim, e dos traços que fizeram esses espaços distintos

Destacamos, dentre várias atitudes adotadas pelo governo brasileiro, a abertura de concorrência pública para o estabelecimento de uma linha regular de navegação entre as localidades de Porto Mendes e Corrientes, na Argentina, estendendo-se pela foz do rio Iguazu e Possadas, via subvenção no montante de 500 contos anuais. Respaldo em decreto lei de 12/09/1938 expediu-se tal Decreto em 3 de dezembro do mesmo ano pelo Departamento Nacional de Portos e Navegação. A lei criação do Território Federal do Iguazu em setembro de 1943, também merece ser evidenciada. Extensão da política nacionalista de ocupação do território nacional denominada Marcha para Oeste, esse empreendimento tecido pelo Estado Novo, visava à interiorização de fronteiras a oeste do país a partir de pequenas propriedades policultoras edificadas a partir de mão-de-obra familiar. Cf. Ricardo (1942) e Lenharo (1989). Reflexões acerca dessa política territorial e seus desdobres na região extremo-oeste do Paraná encontram-se em Freitag (2001), e também Gregory (2001). Rui Wachowicz, por sua vez, considera que a Marcha para oeste teve origem no estado do Paraná no início da década de 1930 e, portanto, sete anos antes da inauguração oficial da cruzada rumo ao oeste do país, propalada pelo Governo Vargas. Segundo Wachowicz (1985) “Esse movimento pela ocupação e nacionalização da fronteira, foi denominado Marcha para o oeste, iniciado por sinal pelo Estado do Paraná e encampado posteriormente pelo governo federal”. (WACHOWICZ, 1985, p. 113)

de outros espaços regionais. As representações foram, e permanecerão, contudo, como porta de entrada da vertente simbólico-cultural para compreendermos o atributo região. Assim recuperada, a região tem sua história incorporada à do Estado, que, conforme visto, no final do século XIX e início do século XX esforçou-se na construção de sua territorialidade e, por extensão, àquela do Brasil, igualmente em construção.

Exemplo desse empenho está materializado no mapa concebido no ano de 1919 por Romário Martins. (vide mapa 9) Na carta que segue estão expostos os limites meridionais definidos pelo acordo de 1916. No entanto, o autor representa inteiramente o território catarinense. Os *Saltos do Yguassu* foram colocados em destaque: demonstração dos avanços quanto à localização dos mesmos. Também apresentam-se timidamente alguns núcleos populacionais partindo da localidade de Guarapuava em direção a áreas localizadas a extremo-oeste do Estado, bem como pequenos recortes na margem esquerda do Rio Paraná representando as referidas *obrages*. Entre as localidades de Guaíra e Porto Mendes, está posta em evidência a estrada de ferro, sistema Delcavile, efetuada pela empresa *Matte Laranjeiras*.





**MAPA 9** - Mappa do Estado do Paraná de Romário Martins (1919)

**Fonte:** Coletânea de mapas históricos do Paraná (2006)

Neste mote, a fronteira em destaque foi definida na medida em que foi ocupada por levas de migrantes nacionais, mão-de-obra necessária para a expansão da economia do Estado. Representações em torno da existência de um oeste-sertão desnacionalizado servem, contudo, para justificar a expulsão de mão-de-obra estrangeira lá radicada desde o último quartel do século XIX.

### CONCEITUAÇÃO SE TERRITÓRIO NA DEFINIÇÃO DE SERTÃO

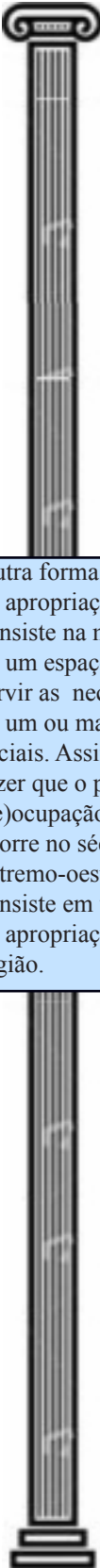
Os sertões do Iguassú constituem uma zona inteiramente diversa, uma espécie de Amazônia, ainda não acabada para a habitação do Homem. O brasileiro desconhece-a como si não fora um pedaço do Brasil. E, na verdade é mais paraguaya e argentina, pois que nem o nosso idioma, nem o nosso dinheiro, ahi conseguiram chegar. Os poucos nacionaes que ai aportam, embora de passagem, no desempenho de um mandato officia, submetem-se ao meio que lhes deita o braço de ferro e os converte, pelo menos aparentemente. Nessa longa faixa de sertões intermináveis, sob um sól ardente e creado, habita em certos pontos, uma onda humana, transitória, que chega e parte, todos os dias, para de novo voltar e de novo partir. (sic) (MARTINEZ, 1925, p. 8 )

No ano de 1924, as palavras do então Secretário de Estado do Paraná, Pietro César Martinez, soavam desoladoras a exemplo das impressões tecidas por José Cândido Muricy, Manoel de Azevedo da Silveira Netto, José Maria de Brito e Julio Nogueira nas descrições de viagem ao extremo-oeste do Estado do Paraná.

Conforme já colocado, incidia sobre os referidos *Sertões do Iguassú*, - extensão que compreende a margem oriental do Rio Tibagi até as margens do rio Paraná e, seu alcance até as Cataratas do Iguaçu, - representações de um espaço sem dono. Digressões tais como evidenciadas acima, discurso comum, estendem-se, dando significado para os chamados Campos de Guarapuava na época do Paraná Província.

Assim, sobre ambos os sertões: *Iguassú* e *Campos de Guarapuava* propalavam-se discursos cunhando, por

Conforme visualizado na Carta chorografica da expedição de Afonso Botelho - [1772] identificando os rios Iguaçu [Rio Grande] e Tibagy: mapa 2.



um lado, carências de autoridades nacionais e, por outro, domínios da natureza. Distantes do mundo e esparsamente povoadas, conforme vimos, foram expressivos termos que delegaram significados ao regional: terras que pareciam aguardar traçados para seu espaço, sugerindo necessidade de História para o espaço.

Consideramos que a constituição do atributo sertão, como definição para estes espaços-região, envolve necessariamente e, ao mesmo tempo, dimensões simbólicas e concretas, cuja última, de caráter eminentemente político, não se sobrepõe à primeira, ao contrário, simbólico e político, realizam, através de uma identidade territorial, uma forma de controle sobre o espaço. Nomear espaços é, nesse sentido, uma forma simbólica de apropriação e domínio social de sujeitos sobre o meio.

Outra forma específica de apropriação do espaço consiste na modificação de um espaço a fim de servir as necessidades de um ou mais grupos sociais. Assim, pode-se dizer que o processo de (re)ocupação regional que ocorre no século XX no extremo-oeste do Paraná, consiste em uma operação de apropriação de espaço-região.

Ao longo do período em que o Paraná politicamente vinculava-se à Província de São Paulo e, posteriormente, encontram-se associações entre a história de sua ocupação espacial como forma de domínio a partir de transformações oriundas de técnicas sobre a natureza e, de uma variedade de versões definidoras do regional. Contudo, mesmo entendendo que o domínio moderno sobre o espaço modifica a paisagem, o sentido de tal dominação, conforme apontado por Haesbaert (2006) não se limita ao poder político, ao contrário, expande-se à influência simbólica sobre o espaço, também como uma forma de apropriação.


Relações entre apropriação e dimensão simbólica do espaço-região em estudo ficam evidentes, contudo, quando sujeitos se referem a espaços concretamente apropriados bem como a aqueles ocupados por símbolos. Manoel de Azevedo da Silveira Netto, já citado funcionário responsável pela instalação da repartição fiscalizadora de impostos, na localidade de Foz do Iguaçu, a exemplo dos demais viajantes citados anteriormente, merece destaque em relação a tal operação.

Ao colocar em evidência a beleza contida em flores, árvores, e cachoeiras, sugere o território como um extenso jardim ocupado por símbolos e, ao destacar edificações estrangeiras em território brasileiro, simboliza poder econômico que se apropria do espaço. Apesar da aparente separação, o narrador coloca-se diante de um espaço apropriado por símbolos: lugar extremo, ignoto, longínquo, fronteira do desconhecido. Área nova, terra exuberante e também bárbara, o sertão paranaense ou “Sertões do *Iguassu*” foram, sobretudo, representados como vastos espaços distantes da nação.

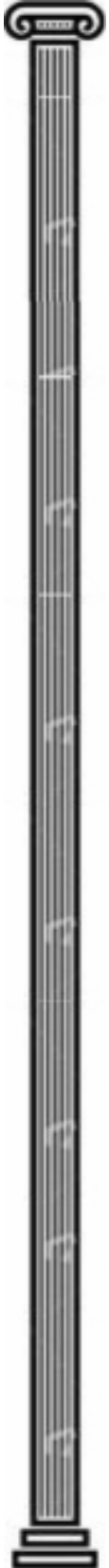
Contudo, Silveira Netto realiza uma série de conferências públicas a fim de ampliar a publicidade em torno da viagem realizada ao extremo-oeste do Paraná. A primeira delas foi apresentada em Colóquio denominado *Sábados literários* e teve como público um seletivo grupo de intelectuais no Rio de Janeiro, no ano de 1910. Essa palestra, ilustrada amplamente por recurso fotográfico, veio a público financiada pelo governo paranaense e serviu como instrumento de divulgação das belezas naturais e das potencialidades que a região oeste paranaense encerrava para o almejado progresso da Nação brasileira.

Entendemos, com isso, que a descrição laudatória do território merece ser expressa segundo as palavras de Silveira Netto (1939).

O viajante que penetra aquela viçosa e secular florésta verá surpreso erguer-se por todos os lados, cheios de um belo colorido e formosíssimas frondes: a peroba [...] o ipê ou lapacho dos argentinos que na primavera enfeita as encostas com suas flores purpurinas, [...] a tajuba de largas folhas cinzentas, sem branco na madeira, que doce no emoldurar e de grande duração é uma riqueza combinando com o verde-escuro do ipê, [...] a guajuvira, béla



O recurso fotográfico também foi explorado pela historiografia que emerge associada ao projeto colonizador para esse espaço em meados do século XX.



arvore esguia, de folhas miudas e ramagens abundantes, [...] a cabreuva, [...] de um perfume suave. (sic) (SILVEIRA NETTO, 1939, p. 87)

Tais descrições destacam, portanto, fauna e flora como símbolos legítimos da natureza, validando identificações sociais para o espaço, já recitadas em narrativas anteriores, e demonstram que toda operação de identificação resulta de representações de um lugar limite, cuja transformação perpassa dimensões estritamente políticas ou propriamente simbólicas, passando por relações inseridas no chamado campo econômico, indissociáveis da esfera jurídico-política do país, e ainda a dimensão simbólico-cultural tal como a instauração da brasilidade naquele espaço.

Tais palavras e as que seguem, em outro fragmento da narrativa, apregoam a extensão de um Brasil desamparado que impunha ser recuperado para a nação. Segundo as interpretações de Silveira Netto (1939), a região consiste em:

[...] léguas de terras de uberdade moça e fecunda, marcando uma região estratégica das mais importantes para nós.

[...] não fosse o abandono allí dominante por anos seguidos, da parte dos poderes públicos nacionais e teríamos hoje um recanto em nosso país em nada inferior talvez ao celebrado parque norte-americano *Yelo-Stone*. (SILVEIRA NETTO, 1939, p. 42)

Vê-se que o narrador, ao longo destas colocações, inventaria, classifica e desdobra-se, tecendo uma descrição-criação das referências espaciais a sua volta: forma específica de territorialização, com o intuito de adequar a região como domínio legítimo da esfera política nacional. Trata-se, portanto, de uma visão acerca de um território



concreto que envolve um processo de invenção em um sentido material e simbólico. Meio de criação através do qual o espaço se apresenta dotado de significados. À medida que Silveira Netto se refere ao território concreto (florestas, árvores, águas), o viajante delega também significados à territorialidade pelo ato da narrativa. Cabe destacar que, muito embora, aqui, o termo territorialidade esteja associado a questões de ordem política, no contexto vincula-se a construção de identidades sociais.


No discurso a seguir, Silveira Netto (1939), reforça nossas colocações acerca do regional enquanto representação e valor simbólico. (vide fotografia 3 )

Chegamos finalmente. [...] a ampla e tumultuosa epopéia das águas. Minha expectativa é ultrapassada impetuosamente. [...] ao colimarmos os primeiros borbotões das águas.

A campina e a floresta sugerem-nos a visão pictural dos nossos grandes paisagistas.

Nem as sugestões da poderosa imaginativa de Da vinci [...] seriam capazes de dar a impressão nítida e suprema daquele assombroso espetáculo de águas revoltas rolando em perturbadora atoarda de cataclismos. Nem a narração, nem a tcla, nem a fotografia [...] dão idéia sequer, da superestesia que nos empolga ante aquela febre de movimento e beleza.

Contudo no percurso de tal narrativa há destaque a ásperas jornadas, distâncias, e abandono. Esses, dentre outros atributos negativos delegados aquele espaço, associados a adjetivos positivos, conforme visto, tiveram importância na construção do regional, tal como destacado por Siveira Netto (1939, p 31): “deserto de habitações; a mata e a solidão em meio de uma flóra requintada em exuberância e



Segundo interpretações do espaço a partir de suas dimensões culturais- simbólicas. A territorialidade enquanto categoria ou conceito revela uma interpretação acerca dos espaços-região a partir de valores e significados não apenas materiais. Cf. Haesbaert (2004).

coloridos; e uma fauna variada e rica [...].” (SILVEIRA NETTO, 1939, p. 144)



**FOTOGRAFIA 2** - Salto Iguassú

**Fonte:** Silveira Netto (1939)

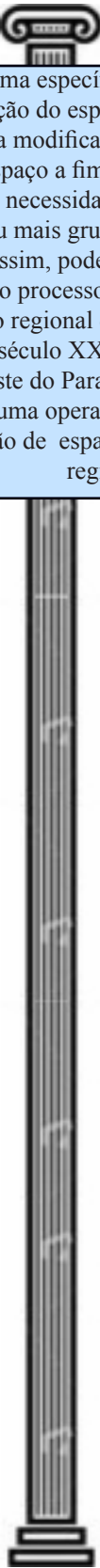
É importante enfatizar que todas as sociedades criam formas de incorporar em seus mundos referenciais o espaço. Tais referências, no entanto, variam de acordo com as concepções de mundo que cercam a sociedade. Generalizar, portanto, conceitos e discursos em torno do território em estudo, para tecer leituras em contextos distintos, representaria fragilidades interpretativas acerca da questão.

1. Portanto, entendemos que as narrativas de viagem postas em destaque lançam essências da imagem que pairava sobre o território extremo-oeste paranaense: área vivaz em função da exuberância de tonalidades, no entanto sem vida, devido à carência de domínios nacionais. Tais assertivas, também foram apregoadas, sem muitas variações pelo expressivo número de viajantes

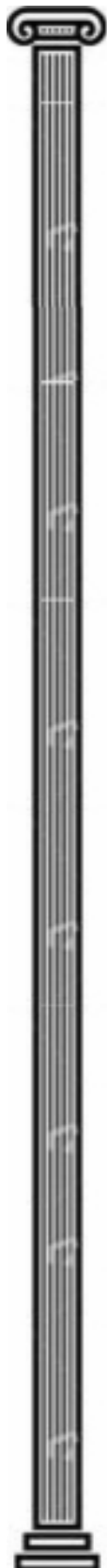
brasileiros já destacados anteriormente. Exemplo de tal constatação é encontrado nas palavras do então Secretário do Estado do Amazonas, Alberto Rangel, no ano de 1913. Para Rangel, o isolamento é um atributo inerente às regiões sertanejas, um obstáculo natural com uma função moral.

[...] A alta função moral do sertão é a de ser um isolador às trepidações da faixa, que se achando mais próxima ao espumejo do oceano, por isso é mais sujeita aos espasmos e vícios transmitidos nas trocas do commercio e pensamentos internacionaes. O seu papel preeminente é o conservador de nossos traços ethnicos mais fundos, como povo vencedor de uma adaptação estupenda. [...] Felizmente o sertão, em fundos proporcionaes [...] é o grande excitador da energia nacional. (*apud.*, IVANO, 2000, p. 28)

Na passagem, o intelectual entende que o lugar simbólico sertão é garantia para o efetivo sucesso moral e econômico do país. De acordo com Rangel, os sertões asseguram a presença de certa linha que dificultaria a inserção de ideias perniciosas para a nacionalidade. Em outras palavras, o isolamento representava, para o pensador, uma parede que impediria a dissolução dos traços culturais da população brasileira. Pensamento contrário às posições dos diversos narradores aqui destacados, para os quais o isolamento correspondia a predicados negativos: representação de uma muralha que deveria ser derrubada, obstáculo que estagnava o progresso, distância que impedia, portanto, a brasilidade. Em suma, imagens traçadas em torno de um território conquistado politicamente, no entanto, em estado bruto: tal foi a consciência histórica das dimensões



Outra forma específica de apropriação do espaço consiste na modificação de um espaço a fim de servir as necessidades de um ou mais grupos sociais. Assim, pode-se dizer que o processo de (re)ocupação regional que ocorre no século XX no extremo-oeste do Paraná, consiste em uma operação de apropriação de espaço-região.



contraproducentes da presença dos reconhecidos sertões do Iguassú destacados nas narrações de viajantes brasileiros.

De acordo com nosso entendimento, independente das diferentes leituras acerca da função exercida pelos territórios considerados sertão, sua descrição está associada à geografia e sua leitura remete à ideia de uma linha limítrofe que separa a própria sociedade que o forjou. O amplo conjunto de dizeres, encerra uma leitura da natureza. Em outras palavras, convergem a narrações sobre a terra e o homem fazendo valer a impressão de que o sertão é lugar que se forja na relação estreita entre natureza e sociedade. Por sua vez, o modo de ser do território-sertão extremo-oeste paranaense apontado na literatura de viagem, retém ingredientes idênticos presentes “em todos os autores que propõem uma ideia de Brasil,” ou seja, destaca “contrastes entre modos de vida costeiros e interioranos [...]”. (VIDAL E SOUZA, 1997, p. 51).

Segundo este pressuposto, pode-se afirmar que o lugar-sertão extremo-oeste do Paraná, confirma sua existência. Para Amado (1995):

[...] no conjunto da história do Brasil, em termos de senso comum, pensamento social ou imaginário, poucas categorias têm sido tão importantes para designar uma ou mais regiões, quanto a de sertão. Conhecido desde a chegada dos portugueses, cinco séculos depois, “sertão” permanece vivo no pensamento e no cotidiano do Brasil, materializando-se de norte a sul do país como a sua mais relevante categoria espacial. (grifo no original) (AMADO, 1995, p. 145)

Acrescenta-se ao pensamento da autora que inúmeras são as dificuldades para o estabelecimento de uma verdade acerca do período em que o termo sertão se estabelece na

sociedade brasileira. Sabe-se que é muito antiga, datando-se do período colonial. A instauração e a repetição de seu dizer na sociedade brasileira exigem, segundo a pesquisadora, uma atenção especial quanto aos seus significados. Para século XIX, o espaço sertão torna-se referência para a integração nacional. Mapeamentos, expedições de reconhecimento, a exemplo da empreitada de Lima Figueiredo, em 1937. ao extremo-oeste paranaense, é um artefato para a composição da identidade e para a afirmação do Estado-nação.

A ideia sertão, conforme referendada, remete a espaços interioranos e por sua vez, à natureza. Entretanto, no Brasil, ao longo do século XIX, seus significados foram (re)alimentados e interpretados sob novas roupagens. A ótica do progresso serviu como alimento na consolidação das novas acepções acerca do espaço regional extremo-oeste paranaense.


Levando em conta as condições pelas quais se processava a ocupação do Brasil durante as primeiras décadas da República, às diversas falas laudatórias aqui recuperadas, em torno da fronteira internacional extremo-oeste paranaense, soavam proclamações evocadas ainda pelo século XIX. Declarava-se que no isolado território em questão, haveria um lugar legítimo para a formação do Estado e, por sua vez, para a integração e para os avanços econômicos necessários ao país.

Cabe ressaltar que no século XX a natureza brasileira permanece como atributo natural na definição de Brasil. No entanto, passa a ser interpretada pela arena das cidades, vista na ótica do avanço necessário à sociedade na época. Nesses termos, a emergência do regime republicano com seus apelos para o progresso acabou contribuindo para a cristalização de uma aura mítica negativa em torno de tais regiões. Isso é justificável pois o projeto que se impunha ao país, no século XX, exigia que o território nacional fosse alçado à civilização pela via da integração dos espaços

Destacado por Arruda (2000). Assim como o autor, não temos pretensões de analisar origens e amplitudes que o termo sertão assumiu na sociedade brasileira, isso foge a nossos intentos de pesquisa.

Referimo-nos ao já citado texto *Oeste paranaense* publicado pelo militar no ano de 1937.

Tal interpretação de Brasil sob a ótica da arena das cidades poderá ser vista no terceiro capítulo do livro a partir de um recorte regional específico.

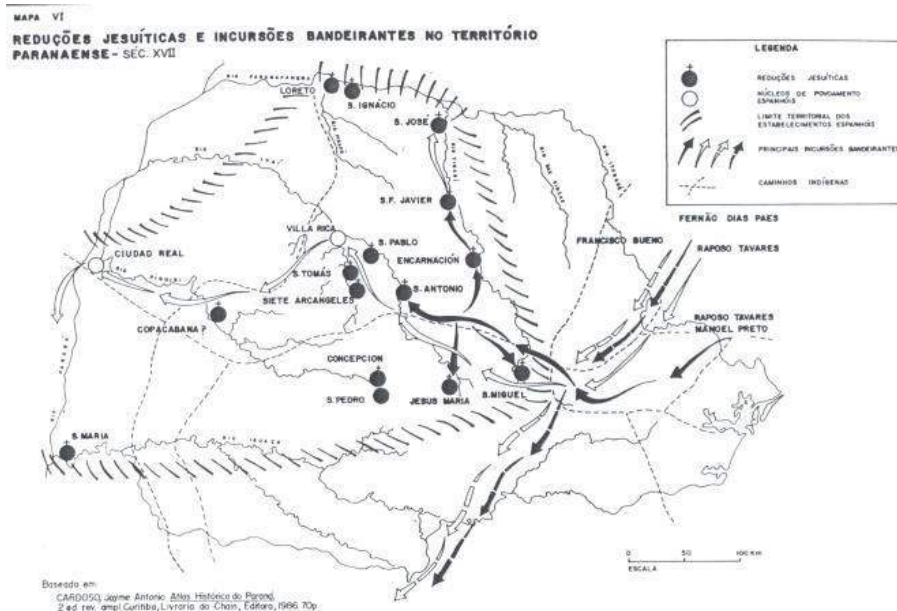


nacionais. Na República, portanto, as representações acerca do extremo-oeste paranaense continuam, conforme os viajantes brasileiros, descrenças. O momento político pós década de 1940, procurou fazer dos sertões do Iguassú, entidade isolada do nacional, um espaço de inclusão. No entanto, é fato que uma imagem persistiu nesse contexto: área remota, isolada no fim do mundo. Banda meridional do Brasil para onde diferentes desbravadores teriam rumado, servindo-se de rotas naturais dos rios Paraíba do Sul e Tietê. Local que o século XX redescobre, fazendo uso de estradas interioranas: o desconhecido e rico sertão do *Guairá*. Tal espaço, conforme representado na cartografia do início do século XX, compunha a extensão o territorial que compreendia o município de Foz do Iguaçu. Até as primeiras décadas do século XX, torna-se cenário de definição de fronteiras cartográficas assim palco de latifúndios *obrageros*, conforme visto anteriormente.

Entretanto, enquanto sertões, o *Guairá* não foi de interesse à política ultramarina portuguesa. Empenhado, no entanto, com a segurança desse território, o governo imperial funda nessa área o espaço denominado Colônia Militar de Foz do Iguaçu no ano de 1889.

FREITAG, op. cit,  
WACHOWICZ, op. cit.,  
COLODEL, op. cit.

Igreja e governos de Portugal e Espanha não concorreram ao esforço de colonizar tal região. E, após o episódio das bandeiras paulistas retratado por Montoya (1985), em suas vastidões, nenhuma das treze missões erguidas pelos missionários da Companhia de Jesus foi reconstruída ou recuperada nesses ditos sertões após os episódios de sua destruição. (vide mapa 10)

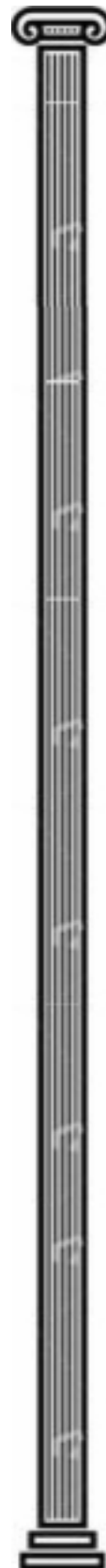


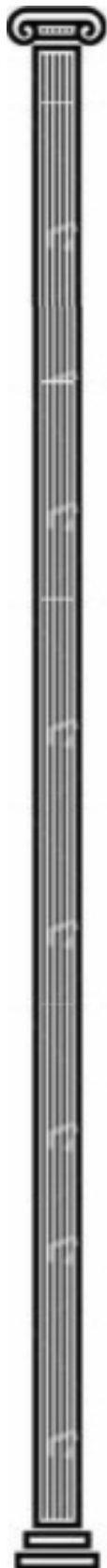
**MAPA 10 - Fundações Jesuíticas indígenas do Guairá**  
**Fonte: SCHALLEMBERGER (1997)**

Conforme foi visto, terras a extremo-oeste paranaense, ainda permaneciam, nas primeiras décadas do regime Republicano, sob domínio econômico de estrangeiros e assim conservaram-se até as primeiras décadas do século XX. De costas para a faixa litorânea do Estado, a estrutura de ocupação do espaço-região extremo-oeste paranaense cotizou para o estabelecimento de relações com países limítrofes (Argentina e Paraguai) concorrendo para a abertura de relações comerciais com mercados de Buenos Aires, Corrientes, Possadas e Misiones. Acrescenta-se a essa realidade a representação cartográfica desse espaço como terra despovoada.

O mapa posterior, denominado Planta da viação do Estado do Paraná, coloca em relevo preocupações relativas ao registro de linhas de comunicação que, no início do século XX já se encontravam concluídas e também daquelas em vias de construção. (vide mapa 11 )

Governos paranaenses desse período voltam-se para a edificação de estradas de ferro a fim de interligar o território, e, sobretudo operacionalizar o transporte da

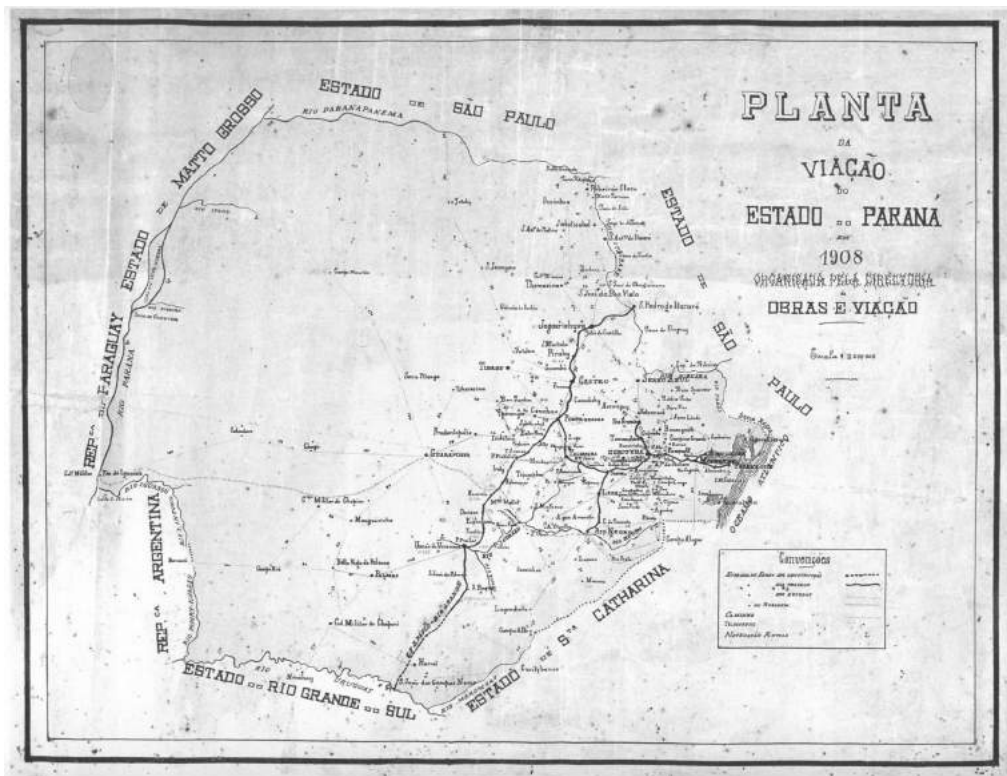




produção. A Estrada de Ferro Paranaguá - Ponta Grossa e seus respectivos ramais, na época em franca atividade, assim como a Estrada de Ferro São Paulo - Rio Grande, ramal responsável pela comunicação entre as localidades de Itararé, no estado de São Paulo e União da Vitória no estado do Paraná, representam a materialização desse projeto. Percebe-se na legenda a indicação: “estradas em estudo” representadas por tracejado vermelho.

Em destaque, percebem-se intentos de edificação de um ramal interligando Guarapuava, situada em área centro-sul do Estado, às colônias Militares de Chopim e de Foz do Iguaçu, situadas na fronteira internacional extremo-oeste paranaense. Um olhar mais atento revela atividades econômicas ao longo do traçado de estradas tradicionais. Nesse percurso, serrarias trabalham no beneficiamento de madeiras cuja indústria, na conjuntura, está em pelo desenvolvimento. Contudo, tradicionais estradas de rodagens, tal como aquelas que pretendiam estabelecer ligações entre Guarapuava e o Rio Paraná, ainda destacavam-se como principais meios de acesso a esses territórios, a despeito da existência de malhas ferroviárias no Estado.

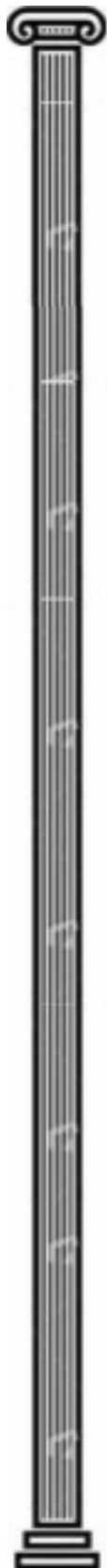




**PLANTA 2** - Planta da viação do Estado do Paraná (1908)

**Fonte:** Coletânea de mapas históricos do Paraná (2006)

Na planta em destaque existem grandes lacunas destacando a existência de extensões desprovidas de caminhos, estradas de rodagens ou estradas de ferro, sugerindo a existência de terras despovoadas. As emancipações e a constituição dos Estados Nacionais na Bacia da Prata expuseram, por um lado, o extremo-oeste paranaense às disputas fronteiriças entre o Brasil, Argentina e o Paraguai. Por outro, a navegabilidade dos rios da região possibilitou a exploração dessa área entre o final do século XIX e início do XX. No extremo-oeste do Paraná, as referidas *obrages* delinearam estrutura produtiva da região até a década de 1930 devido às consecutivas renovações de suas concessões. Esse processo determinou a presença estrangeira na região. Os argentinos, detentores do capital, e os paraguaios que, em sua maioria compunham a mão-de-



obra, aos olhos dos diferentes narradores aqui percorridos, representavam um entrave à construção da identidade para o Estado. De fato, conforme já destacado, no final do século XIX, nos territórios ocidentais do Estado do Paraná banhados pelos trechos navegáveis dos rios Paraná e Uruguai, já se encontravam estabelecidas *obrages* que tinham sob seus serviços trabalhadores reconhecidos pelo termo *mensus*, sujeitos conhecedores da geografia da região. A mudança desse quadro veio a ocorrer no transcórrer das décadas de 1940 e 1960, quando colonizadoras privadas levam a cabo um arrojado empreendimento de ocupação do espaço regional, produzindo concreta e simbolicamente uma forma específica de apropriação e domínio sobre o meio, a exemplo das nomeações estabelecidas em torno da categoria sertão. No início do século XX, portanto, o território extremo-oeste paranaense representava nada mais que um ponto obscuro na cartografia paranaense que necessitava ser desvendado.

Ressalta-se que Lévi-Strauss (1964), em meio à paisagem rural do interior do Paraná, fez essa constatação. Segundo o viajante, afastando-se da costa brasileira para o norte ou para o oeste, a paisagem constituía-se de raros vilarejos, pequenas cidades ou locais de passagem reconhecidos pelo atributo pouso. Em tal panorama ou boca de sertão, eram raros carros de boi e caminhões. Terra, portanto, separada do país.

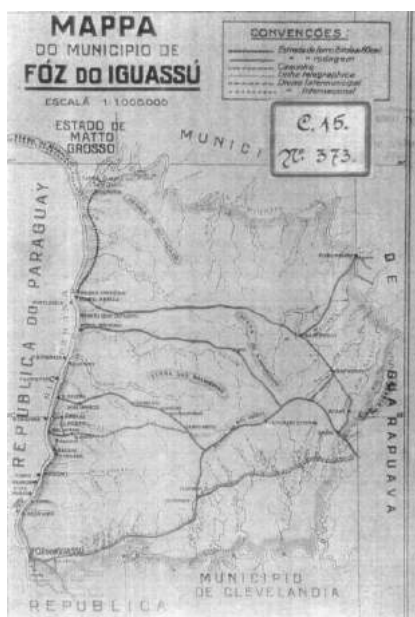
Entendemos que, para além das ausências inerentes ao território, a grande marca do espaço foi o desconhecido. Sobre tal lugar, caberia à historiografia forjada pelo projeto de colonização empresarial resguardar seus sentidos para o século XX. Enfim, apesar das investidas dos bandeirantes paulistas no Território do *Guairá*, das tentativas de estabelecer rotas de ligação entre o estado do Rio Grande do Sul e o interior do estado de São Paulo, das questões territoriais (Palmas e Contestado), da fundação de Colônias

Militares e aldeamentos para catequização de indígenas, o imaginário em torno da ideia sertão dominou aquelas terras, tema que é parte do inacabado debate em torno da identidade nacional (vide mapa 11).

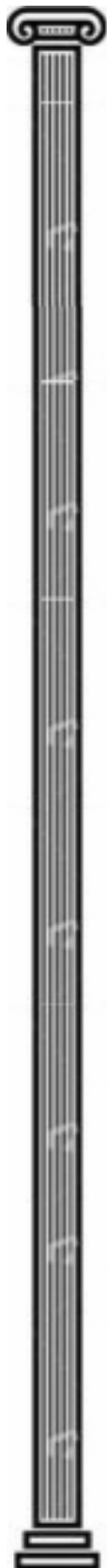
Produzida no final da década de 1920, tal carta refere-se à extensão territorial da localidade de Foz do Iguaçu. Nela, estão destacados espaços limítrofes com referido Município.

A ampla extensão de terras alcançando a extensão do Rio Paraná entre as localidades Guaíra e Foz do Iguaçu enfatiza, nessa representação cartográfica, um amplo espaço a ser povoado e integrado ao Estado pelo recurso de vias de comunicação. Apesar da proeminência dada para a presença de estradas de rodagem e o significado que essas tiveram para o acesso e escoamento da produção local e áreas centrais do Estado, estradas de ferro não fazem parte na paisagem. Contudo, está em evidência a “pequena estrada de ferro” destacada em narrativas de viagem. Muitas vezes considerada único meio de transporte para os saltos das sete quedas, a estrada de ferro de propriedade da empresa Matte Laranjeiras destacava-se ainda, como um dos ícones da presença estrangeira naquela região.

Lucia Lippi de Oliveira, na obra *A questão nacional na primeira república*, tece importantes considerações a respeito das diferentes ideias acerca da nacionalidade.



**Mapa11** - Mapa do Município de Foz do Iguaçu  
**Fonte:** BELTRÃO (1929) – ITC In. WESTPHALEN (1987) Prancha LXXXII



Acreditamos que a população que povoou o espaço regional em questão, a partir de meados dos anos 1940, responsabilizou-se em fazer proliferar representações do vazio, ora criando contos, ora propalando versões maravilhosas de uma terra de incalculável riqueza, ora criando imagens de um território vazio e, por isso, mesmo bárbaro em sua essência. A década de 1940 e as posteriores promoveriam o extremo-oeste sertão paranaense a berço da pátria. Nesse processo, a recuperação de sua brasilidade esteve vinculada a um projeto de colonização privado, procurando edificar o senso de conquista e de pertencimento à terra junto ao grupo cooptado para a colonização. No ano de 1945, as terras que compunham o referido território já haviam se transformado em faixas habitadas por nacionais, modificando a paisagem com novos contornos do território.

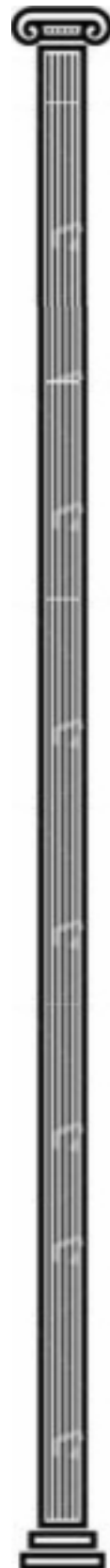
(Re)visitar o espaço paranaense em tais percursos formadores de territorialidade, significou transitar por um extenso mapa brasileiro em criação. O extremo-oeste paranaense, assim visto como região de carências, continha a gênese de um discurso regionalista à medida que construiu imagens propagadas quer seja pelos discursos veiculados às colonizadoras que redesenharam o espaço no século XX, quer seja pela historiografia que se instaura a partir desse período.

As versões do território configuradas através da cartografia, dos interesses a elas vinculados e demais representações do território, permitiram a leitura de uma das vias possíveis para o entendimento da história territorial brasileira. As evidências constatadas, em especial sobre o território em questão, segundo nosso entendimento, podem ser alocadas como: 1) valorização do espaço como berço de nacionalidade; 2) difusão de uma imagem desnacionalizada em função da presença estrangeira 3) presença do vazio como resultado do abandono a que a região estava relegada; 4) necessidade de um processo civilizador que transformasse

o território e permitisse melhores condições para sua (re) ocupação.

Esses elementos constitutivos das representações do oeste paranaense ainda hoje fornecem parâmetros definidores das percepções e práticas sociais de diferentes agentes sociais sobre a região. De fato, são ainda as imagens da abundância de riquezas naturais, associadas ao vazio populacional e ao atraso, as molas propulsoras do projeto de modernização ali existente na segunda metade do século XX.

Nos interesses contidos em torno da definição das fronteiras físicas e econômicas da região, residiu a ideia de um território que deveria civilizar a si mesmo. A sensação de isolamento e as representações do território como sertão-ilha representam uma variante de um mesmo tema: a formação histórica do espaço brasileiro e as enunciações do regional acerca das terras paranaenses contêm, segundo nosso entendimento, representações de grande validade para a investigação do pensamento dos brasileiros sobre o regional.





**O SÉCULO XX E O DISCURSO REGIONALISTA COMO LUGAR DE SIGNIFICAÇÃO**

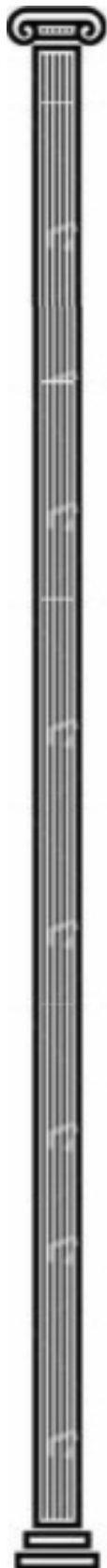
Até essa etapa buscamos demonstrar que a história territorial paranaense consiste em uma história de formação das fronteiras nacionais. Espaço de deslocamentos humanos, lugar de conflitos e de encontros de sociedades, que por sua vez, não se reduz à fronteira geográfica. A história da constituição da região Paraná é também a história de uma fronteira entre civilização e barbárie. Espaço da historicidade dos Homens é, portanto, recinto de ocupação de diferentes agentes: formação espacial, produto histórico de práticas e representações construídas sobre o espaço, conforme destacado por Moraes (1996). Nesse sentido, também lugar construído como parte de processos de classificação e representação onde se engendram lutas simbólicas em torno de identidades. É a partir dessas dimensões, portanto, que investigamos a construção do espaço paranaense, ou seja, como um lugar marcado por ações humanas, processos colonizadores bem como simbologias e sentidos que estabelecem uma divisão, limite ou borda, que o faz, conhecido e re-conhecido como distinto em relação a outros espaços-região.

Tal leitura esteve fundamentada em importantes princípios, nos fundamentos sociológicos de Pierre Bourdieu, os quais tornaram possível uma abordagem não mecanicista do processo de criação do espaço-região extremo-oeste paranaense. Território esse situado na tríplice fronteira Argentina, Paraguai e Uruguai e forjado, portanto, em traçados, mapas e narrações, dentre outras práticas de expressão de regionalidade. Essas construções trouxeram em seu bojo a imagem de um Estado que necessitava ser definido territorialmente.

A concepção de fronteira como limite entre civilização e barbárie, como um espaço ou linha imaginária que isola o desconhecido, repousa na obra de Frederick Jackson Turner, *The frontier in american history*. O texto foi publicado pela primeira vez em 1920 e reúne conferências e ensaios produzidos pelo historiador entre os anos de 1893 e 1918. Cf. Zientra (1986). A respeito do significado de tal linha limite, no Brasil discutem expoentes tais como Martins (1997), Silva (1996), e Lopes (2003), dentre outros.

Tal enfoque permitiu ainda fundamentamos o entendimento do regional a partir de práticas individuais e coletivas construídas por diferentes agentes.

Nesse processo, destacaram-se ainda, preocupações e propostas político-territoriais que propalavam características e autoridade para o espaço paranaense, processo compreendido como um procedimento natural de desenvolvimento histórico para a região.



Este encaminhamento destacou, todavia, a problemática da identidade para a região. Para Ortiz (1994) cultura e identidade consistem em “[...]uma espécie de subsolo estrutural que alimenta toda a discussão em torno do que é o nacional” (ORTIZ, 1994, p. 7). Seguindo essa leitura, na essência das atitudes políticas definidoras das fronteiras estaduais paranaenses e das narrativas em torno do extremo-oeste sertão paranaense esteve em relevo o entendimento do país naquele contexto de época.

Assim entendido, cabe iniciar esse capítulo percorrendo os discursos produzidos no interior do Instituto Histórico Geográfico e Etnográfico Paranaense e as suas relações com o Estado e com práticas e discursos empresariais no contexto da (re)ocupação regional a partir de meados da década de 1940 a fim de vislumbrarmos, no interior desses projetos localizados, a busca pelos traços de uma nação.

Conforme visto, no início do período republicano, o Paraná foi marcado pela instauração de marcos definidores do seu território, bem como por descrições acerca da área fronteira oeste paranaense. Nesse período, generosas foram as descrições da natureza local do Estado e de suas belezas idílicas. Suas terras, suas chapadas, suas matas foram aclamadas para um suposto despertar do golias, metáfora utilizada para sugerir a existência de imensas áreas adormecidas, cujo principal atributo era reconhecido como sertão.

Nesse ambiente, no ano de 1900 funda-se, no estado do Paraná, o Instituto Histórico Geográfico Etnográfico Paranaense. A criação dessa Instituição ocorre em virtude das festas comemorativas do quarto centenário do descobrimento do Brasil, época suscetível para as questões referentes à história da nação, enquanto que no Paraná dava-se início a escritos que procuravam elaborar sua história



regional. Lugar privilegiado da produção historiográfica no Estado, essa academia correspondia ao projeto do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, criado em 1838. Ambos realizaram tarefas de sistematização da produção historiográfica e documental como forma de contribuir para o desenho dos contornos físicos do território nacional, refletindo assim, o país segundo postulados de um projeto comprometido com a gênese da história nacional, tal como referendado em estudos elaborados por Guimarães (1988, 2003), Reis (2000) e Cezar (2003), por exemplo.

Contudo, as colocações de Martins (1917), sócio fundador do referido Instituto Histórico, no Paraná, expostas na citação que segue, foram consideradas na época, notícia histórica, são representativas para a análise do escopo patriótico ressaltado anteriormente.

[...] Prevejo para o nosso Instituto [...] uma larga existência a refletir-se na terra paranaense, exaltando o nome de seus filhos, assynalando sua influência histórica de seus memoráveis sucessos, descrevendo o curso de seus rios, delimitando a altitude de suas regiões esplendentes, e expondo, com largos traços vibrantes, a acentuada feição de nossa característica. Com o Estado ele tem o pronto e grave compromisso. É o de tornar-se um poderoso auxiliar de poder público, reunindo dados e estudando documentos, para a exata determinação oficial de nossos limites com Santa Catarina. (sic) (MARTINS, 1917, p. 7)

O texto, extraído da declaração de 24 de maio de 1900, data da fundação da referida Instituição. Ao desenvolver argumentos em torno dos encargos dessa academia de letrados, preocupa-se em destacar compromissos com a exaltação da memória de patricios



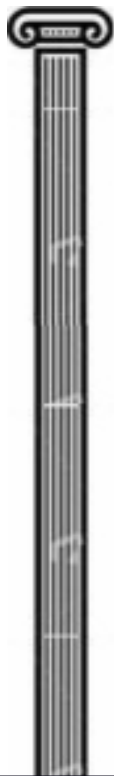
O primeiro Boletim foi publicado em 1918, ano que marca o funcionamento regular das atividades da Instituição.

Seus primeiros anos foram de frágil atuação, sendo que, dos dezesseis membros convocados para a primeira reunião, somente seis marcaram presença. Seus fundadores, engajados com questões de sua época demonstravam preocupações anticlericais e anti-imigrantista.

Contudo tais questões sofrem transformação ao longo da trajetória do grupo. A imigração alemã, por exemplo, é considerada por Romário

Martins um perigo a sociedade, sendo que a partir da década de 1930 a pureza da raça ariana passa a ser reconhecida como benéfica ao desenvolvimento do Estado. Martins (1900).





Além de Romário Martins, participaram da instalação do Instituto Histórico, Dario Vellozo, reconhecido como principal professor de História residente na capital do Estado; Emiliano Pernetta, Julio Pernetta, Cândido Ferreira de Abreu, Nestor de Castro, Capitão José Muricy, Coronel Jocelin Borba, o médico Camilo Vanzolini, Coronel Jocelin Borba, o médico Ermelindo de Leão, José Bormann, Luis Tonissi, Manoel Francisco Ferreira Correa, Sebastião Paraná e desembargador Bento Fernandes de Barros. Cf. Notícia Histórica publicada em 1918 no Boletim do Instituto Histórico paranaense.

paranaenses e, por extensão, glorificação de seus feitos para o engrandecimento do Estado. Nos argumentos do texto, a recém criada Instituição procurava, sob a aura de um discurso neutro, dar legitimidade aos domínios territoriais do Estado. Essa alocação, assim exposta, outorgava uma verdade científica na construção da pretensa regionalidade. Como alternativa válida para elaborar propósitos que partiam de uma concepção de espaço, naturalizava as fronteiras territoriais e propunha sua incorporação. Tal recurso possibilitava, além das descrições sobre o espaço regional paranaense, também o alargamento das fronteiras nacionais pela via de seu reconhecimento. A geografia e a escrita da história paranaense, e, por conseguinte, diversos ramos correlativos a essas áreas do conhecimento, constituíam-se em questões a serem resolvidas pelos sócios integrantes do Instituto Histórico Paranaense. Para levar o cabo esse intento, o Instituto financiava viagens de estudos para as regiões situadas no interior do território estadual, prática essa, também comum junto ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em seu projeto de nação.

Não foi por acaso, portanto, que o aproveitamento de recursos naturais do Estado foi tema central para a consolidação do território paranaense no início do século XX. Segundo nosso entendimento, a formação da Geografia enquanto disciplina, foi o respaldo necessário para a prática da descrição das paisagens paranaenses. As diretrizes em destaque na ata de fundação do Instituto Histórico evidenciam claramente tal pensamento geográfico.

Leituras do regional em seu conceito clássico foram tecidas nas produções históricas da academia, quer seja pela dimensão do poder político, ou pela via econômica. Tais reflexões consistiram a base das reflexões do grupo, associado ao Instituto Histórico acerca dos fundamentos da construção territorial da sociedade em questão. A localização dos lugares, o conhecimento de características físicas do

espaço e notícias em torno da flora e da fauna do estado tiveram na cartografia um importante expediente: maneira sutil de levar adiante intentos de consciência territorial de pertencimento. Compilar, estudar, publicar arquivar documentações e promover a difusão de conhecimentos relativos à historiografia paranaense, foram finalidades expressivas do empreendimento em questão.

Acrescenta-se ao rol de desígnios da Instituição a promoção de expedições científicas, preleções cívicas, criação de museus e organização de acervos documentais.


Tais imperativos motivaram os sentidos das ações do referido Instituto Histórico no Paraná e, dos intelectuais a ele filiados, tornando-os reconhecidos na sociedade como promotores de saberes acerca do regional. As inúmeras representações discursivas daí derivadas criaram, por sua vez, uma versão do regional em nome do projeto identitário do grupo de intelectuais. Nesse aspecto, descrições da natureza paranaense, em especial de espaços interiores, foram assimiladas como identificação para todos aqueles que viviam no Estado e assumiam tais discursos como verdadeiras proclamações.

É no bojo desta contenda e no contexto de grande mobilização pelo Paraná que alguns estudiosos, a exemplo de Keinert (1978), situarão o nascimento da proposta regionalista denominada paranismo.

Segundo Magnoli (1997) a delimitação territorial entre os estados do Paraná e Santa Catarina apresenta-se como afirmação de soberania. Além dessa questão, embates desenvolvidos entre Paraná e Santa Catarina descortinaram, conforme tal tese, ampla mobilização por parte de intelectuais vinculados ao Instituto Histórico no Paraná. Foram divulgados textos e proclames na imprensa curitibana e catarinense na mesma linha destacada por Romário Martins. Esse intelectual, ferrenho defensor da causa paranaense protesta o que reconhece como apatia

Cf. Estatutos do Instituto Histórico Geográfico Etnográfico Paranaense, o qual dispõe dos fins, da diretoria, dos sócios da revista e das disposições gerais a 3 de junho de 1900.

Conforme visto no capítulo anterior, a descrição do espaço geográfico paranaense, também foi tema das reflexões de Julio Nogueira Manoel de Azevedo da Silveira Neto e Sebastião Paraná. José Maria de Brito em notas de viagem a Colônia Militar de Foz do Iguaçu também teceu comentários relativos ao tema. Cabe destacar que descrições de tal envergadura ainda estiveram presentes em mensagens a exemplo da enviada por Francisco Xavier da Silva ao Congresso Estadual no ano de 1894, bem como em ofícios provenientes da delegacia polícia de Guarapuava a Presidentes da Província do Paraná em junho de 1882.



por parte de segmentos sociais paranaenses em torno da já citada questão litigiosa entre Santa Catarina e Paraná.

No texto que acompanha o Programa Geral do Centro Paranista, Romário Martins conjectura realizar ações diante da questão Santa Catarina *versus* Paraná, caso fosse possível advogar em prol do Estado paranaense. Conforme argumenta Martins (1974):

Se eu fosse advogado e com a graduação científica que me desse a presunção de saber alguma coisa de direito, tomaria a mim a defesa da minha terra nesse insidioso litígio territorial que lhe move o Estado de Santa Catarina, isto dentro ou fora do processo judiciário, conforme o meu ostentoso anelão de bacharel inspirasse confiança aos que oficialmente incumbe bem confiar o patrocínio de nossa causa, de dirigi-la do alto, de estar atento contra as sórdidas do ardiloso adversário. Como, porém, não sou advogado, nem bacharel, nem coisa alguma com capacidade para influir na reabilitação dos nossos direitos [...] vou me contentando com o dever cumprido de prestar a causa o concurso de ir desbravando veredas a verdade por entre a selva emaranhada da História. (MARTINS, 1974, p. 85).

Texto publicado no ano de 1974 no Boletim do Instituto Histórico Geográfico e Etnográfico Paranaense.

Concordamos que, enquanto projeto identitário, ao longo das últimas décadas do século XIX e nas primeiras do XX, o referido movimento intelectual no Paraná propunha uma identidade similar àquela construída em torno da imagem do bandeirante paulista. Reconhecia-se a importância histórica da participação de São Paulo e, por extensão, dos paulistas, junto à edificação da comunidade paranaense. A recuperação das origens paranaenses ligadas a representações do bandeirante, suposto sujeito pioneiro da civilização brasileira, destacou-se como importante instrumento para a instalação de mitos da história regional

paranaense. Todavia, cabe observarmos que um dos aspectos fundamentais do movimento paranista consistia na preocupação com o desenvolvimento econômico do Paraná, haja vista que o alargamento do movimento acontece em uma conjuntura econômica exportadora de erva-mate e, momento esse, a partir das primeiras décadas do século XX, de intensos deslocamentos migratórios para o estado do Paraná. Contudo, o meio acadêmico tem procurado refletir a respeito da temática paranismo.

Para Souza (2002), intelectuais vinculados a essa proposta esforçaram-se em percorrer o caminho de seus progenitores procurando assegurar ao Paraná uma história comum à história de São Paulo: “vejo, meu amigo, que estamos ficando muito ambiciosos [...] como legítimos herdeiros dos paulistas, que somos.” (VITOR, *apud.*, SOUZA, *op. cit.*, p. 84).

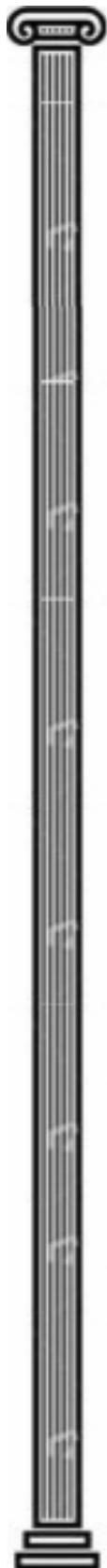
Diante do exposto, o paranismo surge como um movimento político-cultural, germinado na década de 1920, na capital do Estado paranaense visando uma identidade em ações e representações para a consecução de intentos de desenvolvimento econômico, na busca de visibilidade diante da nação e, sobretudo, na construção de sentimentos de pertencimento em sua população. Explicações relativas às origens para o Paraná terão destaque junto ao projeto, especialmente entre as décadas de 1920 e 1940. Os anos 1950, por sua vez, revelam novas posturas. Contudo, ainda carregam anseios de uma consciência nacional.

O pinheiro, emblema identitário já utilizado no século XIX, foi eleito como primeiro veículo de pertencimento regional. Conforme destacado por Swarza (1993) tal alegoria torna-se expressão de trabalho, progresso e civilização para o Estado. Símbolo da terra, mas também do homem paranaense, o pinheiro confundia-se, portanto, com a imagem de Homens de braços e olhares abertos para o futuro. Essa atitude expressava, segundo o autor,

Como exemplo: Souza (2002) Swarza (1978), Pereira (1993), Keinert (1978).

Brasil Pinheiro Machado reconhecia o Paraná como o estado mais próximo a atingir o sucesso conquistado pelo estado de São Paulo.

Cf. os seguintes textos: *Mitos e lendas, Quantos somos e quem somos*, e *Paranística*, publicados respectivamente nos anos 1940, 1941 e 1948, por exemplo.



traços regionalistas construídos por um projeto ideológico hegemônico das elites intelectuais paranaenses.

Entendemos, entretanto que a explicação de tal processo extrapola o campo das ideologias, conforme entendido por Keinert (1978). Tal leitura restringe a compreensão de tal procedimento. Não evidencia a amplitude alcançada pelo Movimento Paranista, circunscrevendo a uma resposta no campo da dominação e do poder supostamente concentrado em uma elite intelectual curitibana. Nem tampouco, um regionalismo enquanto manifestação do federalismo republicano o qual teria se encerrado com o fim da Primeira República, momento em que as construções regionais, cedem lugar ao discurso uno em torno do que se pretendia como nação, conforme apontado por Pereira (1998). Por sua vez, a leitura de Keinert (1978), ao supervalorizar o papel do regionalismo como atitude classista, sustenta a imagem das oligarquias e das elites locais como agentes do processo de construção da identidade regional paranaense.

Por sua vez, o juízo de Pereira (1988) de que durante a I República não houve nenhum tipo de preocupação com o regional e, que o mesmo teria ocorrido no período denominado Era Vargas, também é passível de questionamentos, haja vista que no período ocorrem novas articulações políticas. Sobretudo, é necessário pontuar que tal trabalho de criação do regional não é um fenômeno restrito a grupos dominantes ou projetos de Estado, é, sobretudo uma operação, uma fabricação da social e, portanto em essência, dinâmica.

No ano de 1943, cria-se o Território Federal do Iguaçu. Para Keinert (1978), oportunidade propícia à revitalização dos ideais paranistas. Um ano após a instituição do Território, o Departamento de Geografia Terras e Colonização do estado do Paraná, preocupa-se em tecer um mapa ressaltando o espaço embargado pelo Governo

Federal com a criação do Território Federal do Iguaçu. Contudo, nem mesmo com o fim do regime varguista, em 1945, amplos debates por parte de constituintes paranaenses que levaram à extinção do Território Federal no ano de 1946 não foram suficientes para revitalizar ou construir um novo conjunto de práticas e representações por parte do grupo paranista a ponto de delegar ao Estado uma identidade. (vide mapa 12)

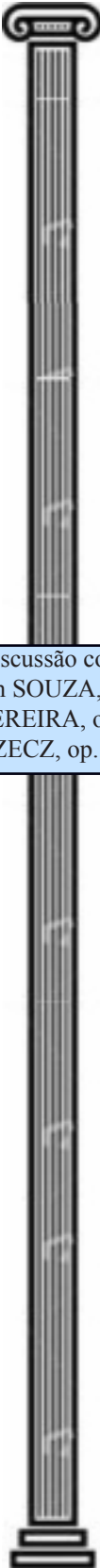
Destaca-se que durante o período de vigência do Território Federal, negócios imobiliários em benefício de grupos econômicos do Rio Grande do Sul encontravam-se em plena vigência no território extremo-oeste paranaense.



**MAPA 12** - Mapa do Estado do Paraná (1944)

**Fonte:** Coletânea de mapas históricos do Paraná (2006)

É fato que houve, em fins do século XIX e nas décadas iniciais do século XX, a construção de postulados que identificavam o Paraná e a região extremo-oeste como



um espaço nacional de características próprias. Os traçados cartográficos ou mesmo as descrições do espaço destacadas pelos relatos de viajantes nacionais serviam de referenciais de regionalidade para o espaço que se queria construir. Postulados tais como vaziossertão, estiveram presentes na almejada incorporação dos territórios limítrofes do Estado e daquele, que, ainda no século XX era considerado de costas para a nação. Temas tais como progresso e estrangeirismo permearam impressões sobre esse território fronteiriço. Edificando imagens fundadoras propagadas a partir da conjuntura das décadas de 1940, justificaram uma nova formação e significações para o espaço.

Foi, no entanto, a década de 1920 o momento em que se firmam ações em torno da exaltação da sociedade paranaense ignorando aqueles que não demonstrassem interesses pelos destinos da coletividade. O paranismo surgirá, portanto, nessa conjuntura como um movimento que se propunha congregar todos os que habitavam no estado do Paraná. Incluía-se, nesse projeto regional, diferentes populações formadoras do xadrez étnico do Estado.

O termo paranista, em sua essência diz respeito ao indivíduo natural do Paraná e de qualquer outro Estado, bem como estrangeiros: todo sujeito, independente de sua origem ou extrato social que em terras do Paraná teria contribuído ao engrandecimento do Estado. O cerne de tal movimento não consistia, portanto, em tornar homogêneas diferentes culturas, mas sim em congregar distintas etnias e edificar bases identitárias para o território paranaense. Pode-se dizer, contudo que o paranismo pautava-se, assim, na idealização do Estado pelo trabalho, pela ordem, pelo progresso, pela cultura, enfim, pela civilização. A falta desses traços definia os incapacitados para esse trabalho de construção. E, mesmo não sendo um movimento totalmente coeso, várias ações do grupo sugerem uma linha comum que exaltava a terra, o homem e predicados de ambos.

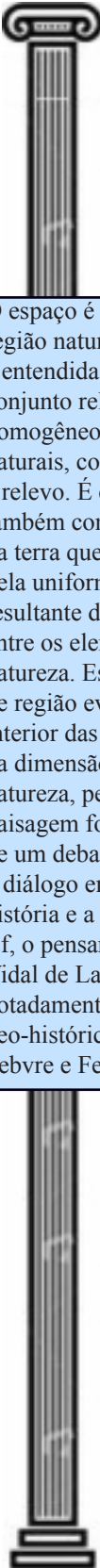
Discussão consensual em SOUZA, op. cit., PEREIRA, op. cit., e CZECZ, op. cit.



De acordo com Souza (2002), apesar de todos os esforços dispensados por meio do movimento paranista, não houve um padrão interpretativo em relação aos traços identitários para o Estado. Enfraquecidos e dispersos pela Revolução de 1930, os intelectuais ligados a essa proposta, teriam tentado a retomada de tal proposta no ano de 1932, sem, contudo, obterem a concretização de seus ideais para finalmente, chegar a sua derrocada no final da década de 1930. Nesse momento, denominado Movimento Nacional Pró - Monumento a Guairacá (ocorrido entre 1939 e 1941) procurava instaurar uma ação de cunho nacionalista, cujo objetivo residia em eleger a figura de um nativo da região como herói nacional.

Tal ideário, ou projeto regionalista ainda é uma discussão inconclusa. Entendemos, sobretudo, que os traços distintivos do Paraná região não se forjam nos limites de projetos intelectuais ou políticos e, nem são concebidos pelos seus traçados geográficos, pois a realidade não é um dado objetivo. Entender, portanto, a problemática da identidade paranaense somente a partir de critérios objetivos, seria tecer uma visão reducionista dos múltiplos processos pelo qual uma região se constrói. Na laboração desse regional residiram diferentes práticas e interesses, ideias ou conceitos. Nesse sentido, tomamos de empréstimo concepções de Bourdieu (1989) as quais destacam que um espaço, e por sua vez, sua identidade, se constrói por processos de conhecimento e reconhecimento. Para ele, os debates em torno da definição das ideias ou conceitos que definem uma região possuem um papel importante na produção da realidade. Com base nessas digressões tecemos nossa leitura do projeto paranista não como um fim em si mesmo, mas como parte importante de um processo identitário do estado paranaense. Exemplo particular de luta simbólica travada no interior do campo intelectual em torno da definição das origens de um





grupo: os paranaenses. Partilhar de uma visão reducionista desse procedimento implicaria, inclusive, na negação da historicidade do território extremo-oeste paranaense, pauta desse estudo. Independente dessas ressalvas, paranistas seguiram elaborando representações de pertencimento para as populações que habitavam o Paraná, sobretudo, em torno de referenciais geográficos do Estado. O relevo, clima, vegetação e solo, dentre outros adicionais da natureza destacavam-se como responsáveis pelo perfil do território. Mergulhado, portanto, na concepção ratzeliana, de ambiente, tal discurso buscava definir características do regional.

O espaço é sinônimo de região natural. Essa última é entendida como um conjunto relativamente homogêneo de elementos naturais, como clima e relevo. É concebida também como superfície da terra que se caracteriza pela uniformidade resultante da combinação entre os elementos da natureza. Essa ideia de região evocada no interior das apreensões da dimensão homem-natureza, pelo destaque à paisagem foi promotora de um debate envolvendo o diálogo entre a história e a geografia. Cf, o pensamento de Vidal de La Blanche e, notadamente a produção geo-histórica de Lucien Febvre e Fernand Braudel.

Matas, pinheirais, e tantos outros atributos da paisagem paranaense foram, portanto, critérios utilizados para tal identidade ao longo da trajetória do movimento paranista.

Cabe ressaltar, no entanto, que as reflexões em torno da questão não ficaram restritas somente a esse grupo. A declaração exposta por Machado (1930), pesquisador dedicado a estudos relativos a história regional paranaense é significativa:

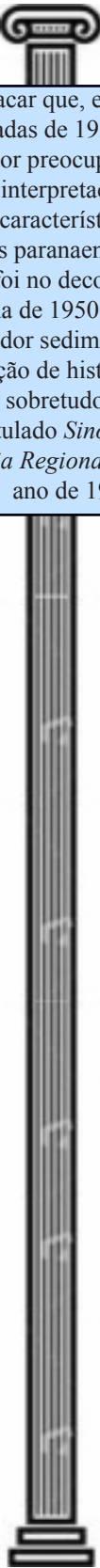
Eu poderia afirmar sem errar muito que o paranaense não existe. [...] O paranaense não existe como existe o gaúcho, mais ou menos perfeitamente definido nos seus ideais, como existe o paulista eloquentemente representado na história por gigantescos homens de ações.

O Paraná é um Estado sem relevo humano. Em toda a história do Paraná, nada houve que realmente impressionasse a nacionalidade. Nenhum movimento com sentido consciente mais ou menos profundo. Nenhum homem de Estado. Nenhum sertanista. Nenhum intelectual. Nem ao menos um homem de letras, que saindo dele, representasse o Brasil,

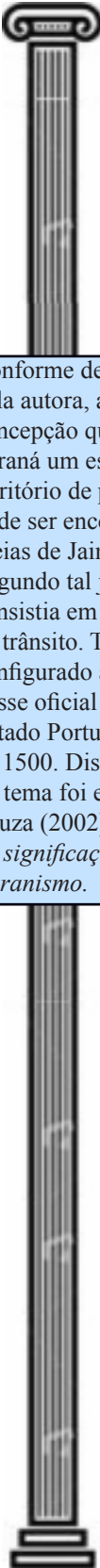
como o Maranhão teve Gonçalves Dias, a Bahia, Castro Alves, o Ceará, José de Alencar e Minas Gerais Afonso Arinos, etc. A história e a geografia não tiveram forças bastantes para afirmarem o Paraná. (MACHADO, 1930, p.8).

Nota-se que, para Brasil Pinheiro Machado, o Estado paranaense padece de historicidade própria e, talvez seja por isso que ele não vê, para tão logo, solução para o impasse em torno de seus referenciais identitários. Preocupado com a ausência de sentimento de pertencimento e traços regionais para o Estado paranaense, Pinheiro Machado coloca-se como intelectual na vanguarda desse projeto identitário. Segundo seu entendimento, a superação desse quadro caberia ao trabalho de um seleto grupo intelectual que tomasse para si a tarefa de preencher tal lacuna. Tal grupo teria a capacidade de elaborar representações com força simbólica para representar todas as potencialidades que o Estado proporcionava. Postulado esse, segundo nosso entendimento, serviu de sustentação à postura encabeçada pela intelectualidade paranista, na tarefa de pensar, o recém-criado Paraná.

Reflexões dessa envergadura podem ainda ser encontradas em Westphalen (1957). Segundo o juízo da autora, a posição geográfica do Estado teria contribuído para o forjamento de uma característica marcante na história da formação da população paranaense. O Paraná constituir-se-ia como um território de passagem, região de trânsito, de tropeiros que, no decorrer do século XIX, deslocavam-se em direção à região de Sorocaba. Esse pressuposto concebe assim que o espaço paranaense ter-se-ia forjado pela sua transitoriedade. Em outras palavras, um território que servia de passagem para outras regiões do país, elo entre São Paulo e Rio Grande do Sul. Dessa característica surge a



Cabe destacar que, entre as décadas de 1930 e 1970, o autor preocupou-se com as interpretações das características identitárias paranaenses. Entretanto, foi no decorrer da década de 1950 que o pesquisador sedimenta sua concepção de história regional, sobretudo em estudo intitulado *Sinopse de História Regional* no ano de 1953.



população paranaense, tecida, portanto, por uma população notadamente gaúcha ou paulista, advindas de caminhos por onde uma população transitava temporariamente.

Essa leitura cuja territorialidade do espaço paranaense é concebida como zona de trânsito, retêm os traços da tão sonhada identidade propalada pelo movimento paranista. Conforme as palavras de Westphalen (1957):

Conforme destacado pela autora, a origem da concepção que atribui ao Paraná um estatuto de território de passagem pode ser encontrada nas ideias de Jaime Cortesão. Segundo tal juízo, Paraná consistia em uma zona de trânsito. Território configurado antes da posse oficial por parte do Estado Português no ano de 1500. Discussão acerca do tema foi elaborada por Souza (2002), no capítulo *As significações do Paranismo*.

zona de trânsito, encruzilhada, aqui no Paraná se entrecrocavam regionalismo e nacionalismo, mas é justamente, um entrecrocamento aguçado e amenizado pelo trânsito, daí porque nós do Paraná temos o equilíbrio senso da solidariedade consciente que une e identifica ao nacional, ao mesmo tempo que guardamos as nossas peculiaridades regionais que nos fazem por vezes diferentes. (WESTPHALEN, 1957, p. 57)

Brasil Pinheiro Machado, por sua vez, encontra nesta tese sustentação para suas teorias acerca da formação histórica do território paranaense. As digressões de Machado (1953) partem do pressuposto que a região Paraná surge da passagem de diferentes frentes de expansões pioneiras. Essas distintas frentes de ocupação teriam, segundo sua tese, originado comunidades distintas no território paranaense. O trânsito de tropas recorrentes pelo interior do Estado foi, por sua vez, agente responsável pela formação do chamado Paraná tradicional. Área edificada entre os anos 1853 e 1889, pelo grupo conhecido pelo atributo Comunidade do Paraná Tradicional, esboça-se, conforme tal teoria, com a procura do ouro no latifúndio da região denominada Campos Gerais. Com base na criação e no comércio do gado e, mais tarde, no século XIX, apoiada em atividades extrativas e no comércio da erva-mate e da madeira, a destacada sociedade teria impulsionado novas frentes de expansão até as áreas

centrais do território paranaense. A referida região, teria, portanto bases culturais sedimentadas em uma sociedade tradicional fundada no latifúndio campeiro. Grupo esse, conforme destacado, que teria surgido a partir do trânsito de tropas que circulavam pelo território paranaense. Por sua vez, a região reconhecida como Paraná Moderno, edificada a partir da economia cafeeira, teria como características a presença da chamada Comunidade do norte do Paraná. A última região, definida como Comunidade do sudoeste e do oeste paranaense, apresenta na base de sua identidade o regime da pequena propriedade. Segundo essa leitura, tais comunidades, teriam ainda, determinado a estrutura socioeconômica do Estado.

Em Machado (1953), o discurso regional paranaense parte, portanto, da relação da sociedade paranaense com o seu passado. A partir desse entendimento, uma história e uma identidade paranaense só seriam possíveis se analisadas a partir da existência de uma comunidade orgânica desenvolvida através do tempo em organizações sociais integradas com a conjuntura da história nacional. Segundo a concepção do referido pesquisador a história do Paraná representava “[...]um capítulo da história regional do Brasil[...]” e consistia na formação de uma comunidade individualmente distinta de outras “[...]comunidades regionais do país[...]” (MACHADO, 1953, p. 276).

Não obstante, a destacada concepção significou um momento específico na construção do arquétipo interpretativo da história paranaense. No ano de 1963, o mesmo autor, em um ensaio denominado *Formação da Estrutura Agrária*, publicado no Boletim da Universidade Federal do Paraná, tece uma construção mais articulada do que seria sua concepção de história regional. No texto o autor coloca em relevo consequências positivas da atividade agrária exportadora. Segundo seu entendimento, a referida

Discussão presente no texto Sinopse de História Regional publicado no Boletim do Instituto Histórico Geográfico Etnográfico Paranaense no ano de 1953.

Essa tipologia ainda hoje serve como referencial para estudos que discutem a ocupação territorial paranaense.

atividade dera margem a uma economia de subsistência, propiciando a integração do território paranaense.

Segundo a leitura do autor, a atividade criatória de gado, foi relevante para esse processo. Conforme Machado: “[...] a fazenda de criar nos campos de Curitiba e nos campos gerais tornou-se uma empresa fundamental da economia e da comunidade parananense, durante todo o século XVIII e grande parte do século XIX” (MACHADO, 1963, p.9).

As décadas de 1950-60 foram, portanto férteis para discussões acerca do regional. O discurso do desenvolvimento propagado no Estado procurava enfatizar o desenvolvimento regional, trabalhando como um apelo aos trabalhadores que lá quisessessem trabalhar e por extensão ocupar o extremo-oeste do Estado. Falas de elites políticas e intelectuais do Estado do Paraná ecoavam, por sua vez, que se vivia um tempo de prosperidade, corroborando os pressupostos do intelectual. A imagem do vazio-sertão para os territórios considerados a povoar, permanece, no entanto reforçando a ideia de que o Paraná encontra sua identidade pela ocupação de seu território por nacionais. A almejada presença das chamadas frentes pioneiras colocadas em relevo na produção de Brasil Pinheiro Machado, também reconhecidas como grupos de expansão humana, frentes de deslocamento constituído por agricultores e por extensão, pela edificação de cidades, e também de instituições nacionais representava rica possibilidade para tal ordenação do espaço naquela conjuntura.

As frentes pioneiras de deslocamento reguladas pelo mercado, foram, contudo, interpretadas à luz do pensamento antropológico como frentes de expansão a partir da década de 1950. Como sugere Ribeiro (1977), essas frentes constituiriam fronteiras com a civilização. Essa concepção considera movimentos populacionais, tal como ocorrido no extremo-oeste paranaense, uma situação de fronteira. A expressão frente pioneira, sustentada na imagem do colono

Na década de 1970 o historiador desenvolve a teoria que norteará a partir daí, sua construção de história regional. Segundo seus novos pressupostos, a identidade regional paranaense não resultaria da existência de um tipo étnico definitivo, mas pelo encontro de elementos culturais e tradicionais presentes na sociedade. Cf. Machado (1981).

O tema pautado na ideia da presença de frentes pioneiras no Paraná foi vastamente explorado na produção de geógrafos, tais como Franco (1944) Nilo Bernardes (1944) Bernardes (1945, 1953) Branco [ 195 -].

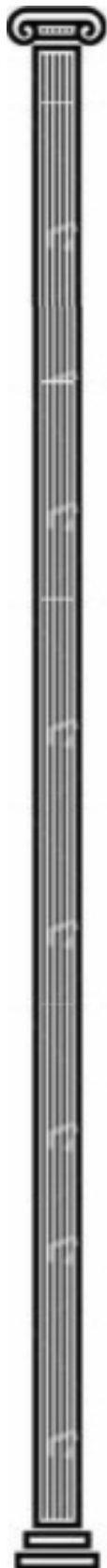
pioneiro e empreendedor, não faz referência à presença de populações indígenas. Expressa, portanto, uma concepção de espaço vazio-demográfico.

Contudo, as terminologias frente de expansão e frente pioneira, possuem em essência, ideias comuns, as quais dizem respeito à instauração de formas sociais, formas singulares de vida social e econômica no território nacional, enfim realidades substantivas, expressões da sociedade nacional.

A designação frente de expansão pioneira, comungada pelo pensamento geográfico, tornou-se uso recorrente junto à produção historiográfica paranaense. A ênfase de tais análises reside em mudanças radicais da paisagem pelo surgimento de cidades, construções de estradas, ferrovias e, sobretudo, pela implementação de atividades vinculadas à agricultura, excluindo-se, portanto, populações pobres, mestiças e indígenas.

A expansão de populações rumo ao extremo-oeste paranaense, assim entendida como frente pioneira foi responsável pela nova situação de fronteira lá construída e teve respaldo junto ao discurso historiográfico regional conforme veremos no próximo capítulo. Passando a gerir nova realidade econômica regional, o deslocamento de populações e o movimento social, transformaram radicalmente o espaço regional. Na conjuntura, a propalada Marcha para Oeste, política de expansão para os interiores nacionais deu a sustentabilidade necessária aos propósitos de empresários nacionais que, a partir de meados da década de 1940, aspiravam a transformar as terras a extremo-oeste do Estado em um grande empreendimento. Esse movimento de ocupação traduziu, portanto, a ideia de que naquela fronteira se cria o novo, nova sociabilidade pautada no mercado e na contratualidade das relações sociais ocasionando assim intensas mudanças na fisionomia do espaço regional.





Pautados no conceito frente pioneira, estudos tais como o elaborado por Machado (1953), serviram como inspiração para a definição de traços da regionalidade extremo-oeste paranaense. Concomitante a isso, gerações paranistas discursavam elogios ao território, objetivando atrair investimentos para expandir a fronteira agrícola bem como criar um sentimento de pertencimento e autoestima para seus habitantes. A disseminação desses propósitos colocava para o Estado, ainda exportador de erva-mate e madeira, a possibilidade de inserção em um período de intensa modernização da sociedade. No pacote de urgências, buscava-se confeccionar páginas da história do Estado.

Correia (1928), em conferência proferida no Centro Paranista destaca métodos para atingir tal intento:

GIGANTE adormecido! As serras,  
as chapadas, os campos, as matas do  
PARANÁ!

OH! Riqueza incomparável da fauna  
paranaense!!!

Havera porventura, mais dadivosos  
mares que os mares do PARANÁ!

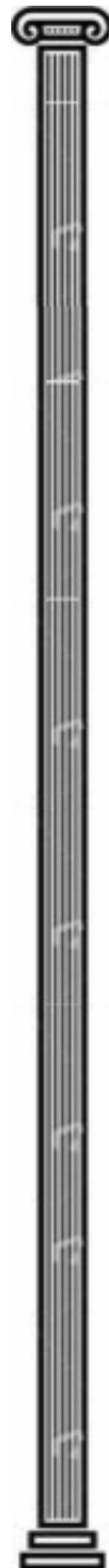
Que abundância, que variedade [...] os galhos estralejam cobertos pelo vermelho brilhante.

[...] palmeiras em leque e coqueiros em affagos soberbos [...] como num despudor que alegra. (CORREIA, 1928, p. 33-34)

Destacam-se nessas palavras uma imagem do regional que se pauta em aspectos naturais tais como fauna, flora e as variedades das mesmas, prolongamento da beleza de sua população. Contudo, as esplêndidas riquezas destacadas pelo texto em um tom ufanista, característico do movimento paranista demonstravam um Estado que pulsava por um futuro promissor. Por certo que esse ideário não se instaura sucessivamente de cima para baixo. Foi efetivado concomitante a um conjunto de práticas



socialmente localizadas por diferentes agentes ou sujeitos. Desse conjunto, cabe ressaltar algumas atitudes políticas, tais como as que seguem no capítulo.





### EXTREMO OESTE PARANAENSE: REGIÃO E CAMINHOS PARA (RE) OCUPAÇÃO

Pelo caminho encontramos turmas de paraguaios. Receamos errar o caminho e por isso pedimos informações por toda parte, informações que os são fornecidas, sempre em hespanhole. Dentre os informantes, encontramos uma mulher a cavallo, com um pequeno de oito annos. [...] é um tipo perfeito d cabocla brasileira, que nos responde em hespanhol. Duvidamos de sua origem e inquirimo-lo: sorri mostrando uma fileira de dentes alvos e nos diz com visível satisfação.

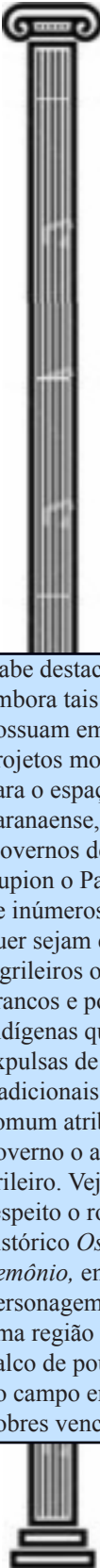
- Soy brasileña, senhor gracias a Diós; pero como me crié entre paraguayos (sic) (MARTINEZ 1925, p. 76)

Influenciados pelos costumes e linguagem paraguaios, os habitantes daquele cantinho do Brasil usam um dialeto eivado de termos absolutamente desconhecidos da nossa língua.

Lá ninguém diz porco, porque êste adiposo paquiderme é conhecido por ‘chancho’. [E complementa] Dizem ‘provista’ referindo-se a gêneros alimentícios; designam barraca por ‘carpa’; menino por ‘muchacho’, facão por ‘machête’ e outros termos que não registrei. (FIGUEIREDO, 1937, p. 80). (destaques do autor)

Uma discussão sobre esse tema consta em Freitag (2001), especialmente no último capítulo do texto.

Nesse misto de crônicas de aventura e guias turísticos, Pietro Cesar Martinez, secretário do Estado do Paraná e José de Lima Figueiredo, Tenente Coronel que chefou uma expedição de reconhecimento ao extremo-oeste paranaense no ano de 1936, constataram, respectivamente em 1924 e 1936, estas e outras influência estrangeiras. Na época os



marcos territoriais dessa área, conforme já analisados, já haviam sido definidos. No entanto, a integração cultural e econômica ainda eram ideais a serem atingidos. Nesse contexto, o Estado do Paraná, através de alguns de seus governantes, assumirá um projeto político propondo a ocupação demográfica de seu solo e sua interiorização, ampliando assim, a sua fronteira econômica na direção do oeste do Estado.

Será, entretanto, durante os governos Moisés Lupion (1947-1951 e 1956-1961) e Bento Munhoz da Rocha Neto (1951-1955) época em que preocupações políticas expressas pelos viajantes, aspirações identitárias paranistas e política migratória ganham força institucional no Estado. Os governadores criaram propostas para reverter as baixas taxas populacionais já evidenciadas em relatórios governamentais, discursos legislativos, relatos de viajantes nacionais e laudos geográficos. Fértéis também foram apelos políticos para a ocupação de espaços para a produção agrícola e, por extensão para o progresso do Estado: “[...] marchamos para a liderança econômica, que nos asseguram os fatos que possuímos. [...] lá chegaremos”. (ROCHA NETO, 1995, p. 46)

O discurso do governador divulga os propósitos da propalada política territorial edificada pelo Governo Vargas que propunha uma marcha patriótica da população rumo aos espaços situados a oeste do território nacional. Cumpre destacar que no ano de 1937, época em que fora inaugurada tal política, ressaltava-se a importância de assegurar as riquezas do território brasileiro como uma grandiosa obra de construção do Estado Nacional. Segundo as palavras de Vargas (1940):

[...] precisamos de novo suprir obstáculos, encurtar distâncias, abrir caminhos e estender fronteiras econômicas, consolidando,

Cabe destacar que muito embora tais Governos possuam em comum projetos modernizadores para o espaço regional paranaense, durante os Governos de Moisés Lupion o Paraná foi palco de inúmeros conflitos, quer sejam entre posseiros e grileiros ou entre brancos e populações indígenas que foram expulsas de suas terras tradicionais. O senso comum atribui a esse governo o atributo de grileiro. Veja-se a esse respeito o romance histórico *Os dias do demônio*, em que o personagem da trama é uma região paranaense, palco de poucos conflitos no campo em que os pobres vencem.

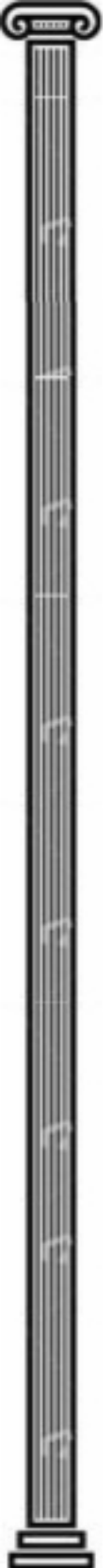
definitivamente os alicerces da Nação. O verdadeiro sentido da brasilidade é a Marcha para Oeste, [...] E lá, teremos que ir buscar: - dos vales férteis e vastos [...]. (VARGAS, 1940, p. 124)

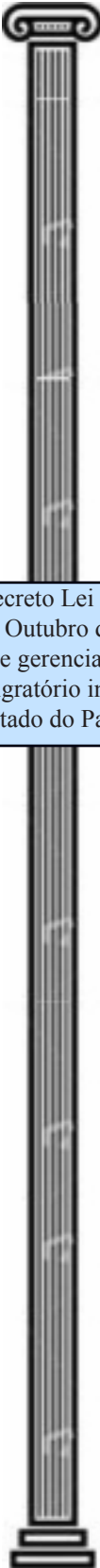
Acrescenta-se a tais colocações preocupações quanto à unidade nacional:

[...] o Brasil politicamente é uma unidade. Todos falam a mesma língua, todos têm a mesma tradição histórica [...] Mas [...] não o é economicamente. Sob este aspecto assemelha-se a um arquipélago formado por algumas ilhas, entremeadas de espaços vazios [...] que não atingiram o clima renovador, pela falta de densidade da população [...]. (VARGAS, 1940, p. 124)

A ideia de um território-arquipélago carrega consigo a necessidade de ocupação do território nacional pela via da integração regional. Proposta ideológica-nacionalista sutilmente integra a essência do projeto empresarial que esquadrinhará o espaço região extremo-oeste paranaense nos anos que seguem essa proclamação. Essa (re) organização do território tratará de disciplinar seus traçados tornando-o produtivo e ocupado por levas migrantes, em que grupos advindos de áreas do sul do país, pela experiência no trabalho agrícola, serão privilegiados nesse projeto. A partir deste delineamento relativo à ocupação das terras, um novo mapa será desenhado para o espaço e, nele surgirão pequenas unidades produtoras voltadas para a policultura, pequenos núcleos populacionais, bem como estradas de acesso e escoamento da produção e da madeira para outras regiões do Brasil.

Para agilizar esse processo e superar o destacado abandono das áreas já observadas no capítulo anterior, o então governador cria uma estrutura como forma de





estimular a ocupação do espaço e torná-lo conhecido fora de suas fronteiras internas. O Serviço de Publicidade Agrícola, por exemplo, composto por inúmeras emissoras de rádio nos estados do Paraná e Santa Catarina - na verdade uma rede de jornais na capital e no interior do Estado - assumia como finalidade última divulgar o Paraná, tornando-o conhecido e reconhecido pelo país.

Decreto Lei n. 4 de 25 de Outubro de 1947 que gerencia o fluxo migratório interno do Estado do Paraná.

Seguindo as diretrizes do sistema nacional de colonização, no ano de 1947 criou-se a Fundação Paranaense de Migração e Colonização. A destacada fundação, objetivando o gerenciamento do fluxo migratório interno do Estado, propunha-se à promoção do aproveitamento das riquezas naturais do estado paranaense, bem como a sonhada expansão econômica do Estado, por meio da colonização de terras devolutas ou não. Como extensão desse empreendimento, funda-se, naquele mesmo ano, o Departamento Administrativo do Oeste. Dentre os desígnios deste departamento destacam-se trabalhos de execução e elaboração de planos visando ao desenvolvimento regional. Para tanto, cabia aos municípios compreendidos na jurisdição do Departamento exporem planos e metas relativas a realizações das administrações municipais. Tais informações, devidamente consubstanciadas em plantas, levantamentos e dados estatísticos encaminhar-se iam ao Conselho Técnico do departamento. Conforme apontado por Sperança (1992), tal Conselho, de posse dessas informações, encarregar-se-ia de levar a cabo um planejamento regional visando seu desenvolvimento.

A tentativa de selecionar a população que viria a povoar as regiões foi dentre as destacadas, uma atitude posta em relevo por parte da administração estadual de Bento Munhoz da Rocha Neto. Segundo argumentos utilizados pelo governador: o indivíduo “[...] sendo previamente selecionado tanto na origem tanto no estado de saúde como nas aptidões [...]”(ROCHA NETO, 1955,

p.31) representaria um fator de progresso para o Paraná e, conseqüentemente, para o Brasil.


Considerando a política de ocupação de terras no extremo-oeste paranaense entre as décadas de 1940-50 e o programa de direcionamento étnico, o discurso acima serviu de sustentação para a estrutura de colonização lá implantada.

A divisão das terras em pequenos lotes e o discurso regionalista que se constrói em torno do grupo selecionado para a colonização dessa região buscava evitar a formação de um suposto quisto cultural. Também condenado pelo governo federal, essa consistia em uma questão problemática para nacionalidade a ser resolvida. A postura federal, por sua vez, ressalta perigos em relação à entrada de estrangeiros no Brasil. Conforme argumentado por Vargas, as populações viviam “[...] num mundo onde as questões sociais provocavam uma fermentação explosiva, poderiam desejar transportar para o novo país suas ideologias exóticas inadaptáveis ao meio sob todos os pontos de vista.” (apud. NEIVA, 1942, p. 1)

No entanto, tal proposta contrariava propósitos do Movimento Paranista. Movimento esse que, no período compreendido pela década de 1950, acalentava-se na esperança de formar um tipo paranaense, possível de ser esboçado pela congregação de estrangeiros e nacionais. Conforme novas ideias do movimento intelectual, o encontro entre alemães, ucranianos, italianos, austríacos, dentre outros grupos étnicos, fariam do Estado uma grande síntese nacional, “[...] compreendendo as justas e legítimas variedades que cabem dentro da unidade brasileira” (LINHARES 1953, p. 349).

A amálgama formadora do paranaense, ou melhor, do paranismo da década de 1950, destoava ao projeto étnico pretendido pelas esferas federal e estadual. Quando se observa o discurso veiculado pelo governador do Estado,

Falaremos adiante de forma mais apurada o que veio a ser a nova leitura paranista do regional.



Bento Munhoz da Rocha Neto, percebe-se claramente orientações sugeridas pela esfera federal no sentido de combater as ilhas étnicas a partir de projetos de colonização. Conforme o entendimento de Rocha Neto (1995):

Clima e distância de centros de consumo são dois pontos fundamentais na localização do lavrador [...] terra fértil, é também elemento de êxito. Mas aqueles dois pontos são essenciais [...] O isolamento e a concentração hoje tão combatida [...] evitou a dispersão inicial, e a concentração permitiu a manutenção de [...] padrões culturais de origem, mínimo esse que iria dar ao grande núcleo o seu progresso e a sua estabilização. (ROCHA NETO, 1995, p. 147)

O combate a essas ilhas ou regiões isoladas, significava, entretanto, no contexto nacional, a construção de uma unidade para a nação. Significava a nacionalização do solo e sua integração econômica e política aos ideais nacionais. Significava, contudo, ampliar fronteiras econômicas do país a fim de integrar um sistema coerente em que à circulação das riquezas pudesse fluir rapidamente com meios de transporte e infraestruturas.

O aparente desencontro entre discursos da esfera federal e a estadual no que tange à existência de regiões isoladas não significa a ausência de sintonia entre os projetos. Em termos gerais, havia interesses comuns entre as duas instâncias. Ambas propunham reavivar a brasilidade em áreas consideradas desnacionalizadas. Ademais, governo paranaense e governo federal comungavam da aversão ao estrangeirismo difundido na fronteira internacional extremo-oeste paranaense desde o final do século XIX, conforme visto. As colonizadoras, por sua vez, em nada contestaram a presença estrangeira em seus projetos de

Conforme discursos publicados na coleção *Nova política do Brasil*, v. 5.




colonização. Ao contrário, alemães, em especial, obtiveram um lugar de destaque junto ao empreendimento colonial. Ademais, na época em que essas empresas aportaram na região, as referidas unidades obrageiras, ali existentes desde meados do século XIX, já haviam se desestruturado.

As posturas federal e estadual propunham em comum, portanto, corrigir desequilíbrios existentes entre campo e cidade, procurando povoar o primeiro, preservando ao mesmo tempo, a segurança dos territórios fronteiriços. De um lado, pretendiam resolver os problemas de ocupação espacial por meio de correntes migratórias deslocadas para novas áreas de colonização e por outro, conforme afirma Lenharo (1986): “[...] tinha-se em mente regularizar o abastecimento urbano dos grandes centros, através da produção das novas áreas colonizadas” (LENHARO, 1986, p. 14)

Nesse sentido é significativo o discurso elaborado por Dátero Alves de Oliveira, vereador residente no Município de Toledo, na ocasião da visita do governador Bento Munhoz da Rocha, em junho de 1951, anunciava: “[...] uma região que se faz pela vivacidade do trabalho, do dinamismo, do esforço e da abnegação [...] traduzida na vontade real de progredir, que tem seus olhos voltados para a grandeza da Pátria”. As palavras do político local também encerram uma proposta de desenvolvimento pautada no trabalho como celeiro de civilização para o espaço nacional. Por consequência, na esteira desses materiais discursivos, desenvolver-se-á a política de ocupação territorial que sedimentará nesse espaço um determinado discurso regionalista a partir da década de 1940.

Não é de causar estranhamento que o quadro sócio-econômico do oeste do Paraná tenha provocado preocupações entre viajantes e entre lideranças políticas antes mesmo da instalação de empresas de colonização no extremo-oeste do estado do Paraná. Após a instauração

Cf. Discurso no ano de 1951. O referido documento encontra-se no Museu Histórico Willy Barth localizado em Toledo, PR.



do primeiro mandato de Getúlio Vargas como executivo nacional no ano de 1931, a população residente na região girava em torno de 10.000 habitantes. Desse número, Wachovicz (1987, p. 182) computa a presença de 500 habitantes de nacionalidade brasileira.

Certamente que tal relação necessita ser relativizada, no entanto, outros indicativos já assinalavam possessões platinas naquele território. Menções de autoria do sertanista Coelho Junior (1946), enfatizam tal constatação.

Já ali, o vale baixo do Iguaçu, se confunde com o do Paraná, e, desde o povoado de ótima situação topográfica - Cascavel - notamos fronteira próxima, invadida e desnacionalizada, pois até os brasileiros, raros na região, linguajam o Castelhana, pela influência e absorção dos argentinos e paraguaios. Começou logo a aparecer dinheiro dos países vizinhos, cuja influência, nos usos e costumes é preponderante. a escala da moeda argentina ou paraguaia, a língua guarani e espanhol. (COELHO JUNIOR, 1946, p. 169)

Análise apurada de tal relato consta em Freitag (2001), especialmente no último capítulo da pesquisa.

Impressões assim também foram apresentadas na narrativa de Lima Figueiredo. O tenente Coronel José de Lima Figueiredo, chefiando uma expedição militar ao extremo-oeste do Paraná narrou em diário sua experiência e, em uma dentre muitas passagens, deixou explícita esta questão. Conforme o levantamento de Figueiredo (1937):

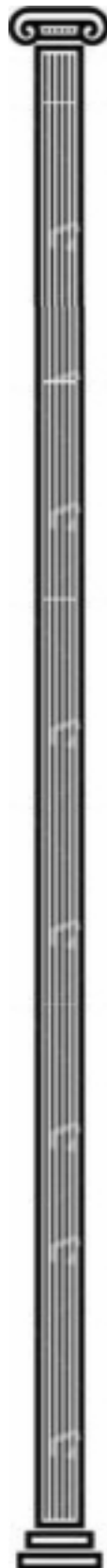
O Senhor CAFERATA (argentino) trabalha com 120 homens, sendo 82 paraguaios, e 32 argentinos. O único brasileiro existente neste recanto do nosso Brasil é um soldado de polícia ali destacado, que aliás é casado com uma paraguaia e seus filhos falam [...] o guarani [...] (FIGUEIREDO, 1937, p. 104)


No mesmo texto, o militar acrescenta:

Conversando com um funcionário federal que se achava em Guairá, soube de muitas informações. Disse-me êle que aquele recanto seria um seio de Abraão, sai a população não fosse heterogênea. Havia os paraguaios que possuíam costumes quase antagônicos aos nossos; os argentinos que usavam modos de viver diferentes dos brasileiros e dos paraguaios e finalmente os sisudos ingleses que se isolavam completamente dos restantes, quiçá julgando-os uma massa rasa. A melodiosa língua portuguêsa ha muitos dias não era ouvida. Ao passo que o guaraní e o castelhano feriam [...] durante todos os instantes, como si em estranha terra estivesse. (*ibidem*, p. 148)

A falta de brasilidade e o isolamento, ressaltados ao longo do texto produzido pelo militar foram superados à medida que as terras dessa região foram adquiridas por empresários nacionais com seus projetos coloniais. Esse empreendimento privado buscou construir o que considerava ser a identidade ideal para a região extremo-oeste paranaense. Essa pretensa identidade inspira-se em um sentimento subjetivo de pertencimento afetivo ou tradicional dos grupos que passaram a constituir a região no período pós-1940.

A partir desse sentimento, os referenciais de regionalidade seriam encontrados em elementos culturais e comunitários muito próximos àqueles encontrados no projeto paranista: o existir dessa comunidade passa a explicar a própria formação da região e as suas transformações. No entanto, a distância entre projetos paranista e empresarial privado, é enorme, se levarmos em conta que as matizes étnicas esboçadas pelo movimento de intelectuais





paranaenses consagrava uma identidade forjada pela eugenia de todas as raças. Sem preferência étnica definida, contudo esse homem poderia ser qualquer trabalhador afeiçoado ao Estado, conforme já expressado no Manifesto Paranista de 1927 e nas sucessivas produções dos intelectuais a ele vinculado. Cabe ressaltar que, no que tange aos projetos empresariais privados, propunha-se a unidade étnica como característica do regional, realizando o inverso da proposta paranista a qual abrigava a diversidade de hábitos e culturas na construção do regional.

A nova territorialidade e a definição étnica como traços identitários para o oeste paranaense emergirão no interior de um movimento denominado por Tomasi (2000), como (re)ocupação. Por (re)ocupação esse autor entende um “[...] processo que se desenvolveu a partir de meados do século XIX com a preocupação de integrar terras consideradas vazias ao processo de valorização do capital ou ao processo de desenvolvimento do capitalismo no Brasil.” (TOMASI, 2000, p. 8)

Em torno desse conceito, porém cabe uma nota: entendemos, como movimento de (re)ocupação o empreendimento da colonização empresarial desenvolvida no extremo-oeste paranaense a partir de meados do século XX, com seus interesses intimamente vinculados à integração do território para brasilidade.

Para Serra (1992), tal processo de ocupação para o espaço consistiu em uma estratégia política que, muito além do aproveitamento de áreas ditas vazias, originou condições necessárias para a adoção de medidas destinadas a sanear e a transformar a estrutura de uso e de apropriação da terra no Paraná naquele período. Tais medidas implicaram em novos traçados para o território em especial aqueles devolutos ou sob a tutela de concessões estrangeiras. A colonização empresarial procurou elaborar uma nova estrutura para o território marcando a transição de um espaço considerado

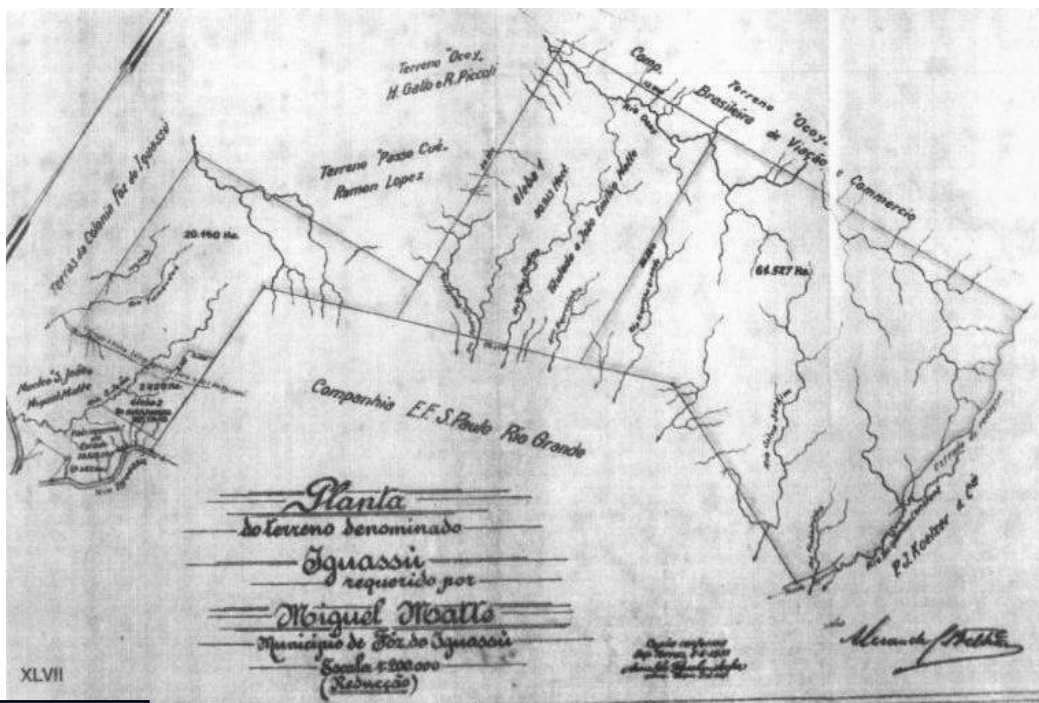
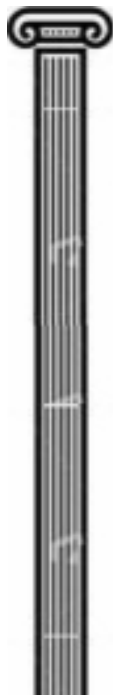
Ressalvas ao referido conceito de (re)ocupação forjado por Nelson Tomazi, encontram-se também em Arruda (2000).

sertão, terra de ninguém para um espaço produtivo, espaço-mercadoria. Através da compra, surgia assim, a possibilidade de organizar a ocupação dessa terra e garantir o domínio da sociedade nacional sobre a fronteira. Além disso, representava um porto seguro em meio às práticas usuais de propriedade, baseadas em concessões. Portanto, dividida em pequenos lotes, a área, considerada “vazia de elemento nacional”, conforme expressões tecidas por inúmeros viajantes brasileiros que percorreram aquele espaço, encontravam-se à disposição para transações dessa envergadura envolvendo terras brasileiras e empresários estrangeiros.

A expressão vazio, utilizada para caracterizar áreas reconhecidas como sertão, possui validade para esta conjuntura. Conforme já destacado, a prática de concessões e as constantes renovações das mesmas, difundidas desde o século XIX, dificultaram intentos de integração regional. Exemplo de tal empreendimento consiste na concessão do terreno Iguassú, requerido por Miguel Matte, situado no Município de Foz do Iguaçu no ano de 1933 representando o controle por parte da empresa Matte Laranjeiras da passagem entre regiões reconhecidas como Alto e Baixo Paraná. (vide planta 3)

Conforme expressões tecidas nas narrativas de de Julio Nogueira, Manoel de Azevedo da Silveira Netto, José Cândido Muricy, especialmente no texto *A foz do Iguassul*, .. em que descreve o trajeto da viagem entre Guarapuava a Foz do Iguaçu em 1892, e José de Lima Figueiredo, autor de *Oeste paranaense*.

Como exemplo de um desses arranjos, Cardoso e Westphalen (1986) colocam em destaque a concessão feita pelo Governo imperial à Estrada de Ferro São Paulo - Rio Grande, no ano de 1899. Essa estrada de ferro, consiste em uma subsidiária da Brazil Railways Company e a área em pauta diz respeito a uma área descontínua de terras devolutas nacionais localizadas a sudoeste, oeste e norte do Estado do Paraná.



Uma dessas *obrages* em questão denominava-se Fazenda Britânia. Estruturada em 1905 sob propriedade de empresários ingleses, essa área de terras fora no ano de 1945 adquirida pela empresa Industrial Madeireira Colonizadora Rio Paraná, - Maripá. Essa colonizadora foi constituída em 13 de abril de 1946 e, conforme consta na Escritura Pública do Registro de Imóveis Títulos e Documentos. Comarca de Toledo, PR. Sua área estendia-se por 43 quilômetros ao longo do rio Paraná, formando quase que um retângulo com aproximadamente 274. 846 hectares. Do interior de seus quadros administrativos, nascera a empresa colonizadora Pinho e Terras Ltda.

**PLANTA 3** - Planta do terreno denominado Iguassú - requerido por Miguel Matte

**Fonte:** RASCHENDORF (1933)

In. WESTPHALEN (1987) Prancha XLVII

Portanto, onde historicamente assentavam-se *obrages*, companhias colonizadoras de capital privado passam a adquirir extensões de terras. (vide mapa 13)

A transformação do espaço produtivo foi a fórmula encontrada para atingir o tão sonhado progresso. Diversas práticas infraestruturais tais como abertura de estradas e a construção das primeiras casas e estradas serviram como atrativos aos novos habitantes do território. Conforme constatado por Mota (1994), a territorialidade instaurada nesse processo de (re)ocupação e os discursos que dele emanam justificaram a suposta existência do vazio demográfico, uma vez que negligenciava a presença de nacionais, estrangeiros e indígenas, antigos habitantes daquele espaço.




**MAPA 13** - Fazenda Britânia no Estado do Paraná (antiga obra)  
**Fonte:** SCHIMIDT (2001)

Empresas privadas, tais como a Companhia Industrial Madeireira Rio Paraná, reconhecida como Maripá e a Companhia Pinho e Terras Ltda, foram expressivas junto ao trabalho de reorganização do espaço regional extremo-oeste paranaense. Além de práticas infraestruturais supracitadas, tais empresas terão um papel fundamental no que tange à construção de um vasto terreno discursivo que deu respaldo às transformações ocorridas naquele espaço.

Assim entendido, cabe iniciar esse capítulo percorrendo os discursos produzidos no interior do Instituto Histórico Geográfico e Etnográfico Paranaense e as suas relações com o Estado e com práticas e discursos empresariais no contexto da (re)ocupação regional a partir de meados da década de 1940, a fim de vislumbrarmos no interior desses projetos localizados, a busca pelos traços de uma nação.

Distinta da área adquirida pela empresa Maripá, a Companhia Pinho e Terras adquiriu a extensão de terras

Tais empreendimentos constam de inúmeras pesquisas produzidas a partir da década de 1990 por pesquisadores vinculados à Universidade Estadual do Oeste Paranaense / UNIOESTE. A tais perspectivas daremos o devido crédito, oportunamente no decorrer do texto.



Fundada no ano de 1946 a sede da referida empresa situava-se na localidade de Céu Azul-PR e seus diretores compunham também os quadros administrativos da Colonizadora Maripá. Alfredo Ruaro, diretor da referida empresa foi também o primeiro diretor -presidente da colonizadora Maripá, daí, semelhança entre os planos de colonização de ambas as empresas.

relativas a 25.310 hectares de áreas descontínuas da empresa denominada *Companhia Brasileira de Viação e Comércio - BRAVIACO*. Nesses espaços, se localizam municípios tais como: Palotina, Santa Terezinha de Itaipu, São Miguel do Iguçu, Matelândia, Medianeira, CéuAzul. Municipalidades essas foram palco de intensas transformações advindas desse empreendimento colonizador de cunho privado. O Projeto colonizador Pinho e Terras, aproxima-se do projeto concebido pela Empresa Maripá, à medida que também prioriza uma estrutura racional de produção do espaço e o direcionamento étnico para seus habitantes.

O discurso regionalista extremo-oeste paranaense assumiu, nesse contexto, a forte presença dos discursos do vazio demográfico construindo argumentos e práticas visando à superação do propalado abandono do território, conforme já destacado. Esperava-se com isso, explorar o solo a fim de gerar um rápido retorno dos investimentos despendidos pelas empresas. Esse processo de construção territorial sedimentou-se ainda na construção de pequenos núcleos populacionais, reconhecidos como sedes, e no escoamento da produção local otimizando, assim, o acesso dos compradores às futuras instalações. Questões relativas à infraestrutura contribuíram sobremaneira para o

Considerando os dados do IBGE, a área do oeste paranaense atinge 23.128 Km<sup>2</sup>, a Empresa Maripá abarcava 11, 87% da região oeste do Paraná. Cf. CENSO DEMOGRÁFICO DO PARANÁ, VII Recenseamento Geral, 1970, Série Regional, v. I Tomo XIX. Essa estava sediada na cidade de Porto Alegre, sob a coordenação de Alfredo Ruaro, Alberto Dalcanale e Willy Barth. A mesma teve no bojo de seu projeto regional o intuito de levar o progresso ao território. Conforme seu plano de colonização, isso ocorreria através da compra, venda e uso racional das terras, extração, industrialização e exportação de madeiras. Conforme informações do Relatório do plano de colonização empregado pela empresa Pinho e Terras Ltda., e também segundo dados do Plano de Colonização. Tal projeto assenta-se no porvir, no que está à frente como missão e desejo, conforme destacado por Bermam ( 1986).O destaque para o tema progresso material traz subjacente valores que se inscreviam para aquele espaço-região: a idealização do regional a partir do nascimento de cidades células do progresso nos parâmetros conferidos pela modernidade. A emergência de tal empreendimento dinamizaria a região, pressupondo um rompimento com o ostracismo que adjetivou o território.



uma nova etapa do processo histórico de construção do regional.

Uma leitura dos planos de colonização das referidas empresas permitirá adentrar nesse projeto de (re)ocupação regional, e com isso, entender as bases do discurso regionalista instaurado nessa nova conjuntura, o que, por seu turno, reflete dimensões do moderno que já se disseminavam em nível mundial desde o século XIX.

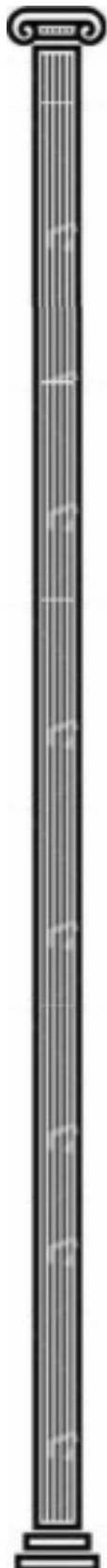
Os planos de colonização, também conhecidos como Planos de Ação, propalavam segurança ao agricultor de restrito poder aquisitivo. As diretrizes que nortearam as linhas gerais do projeto baseavam-se, com poucas variações, na pequena propriedade policultora, assistência técnica, hospitalar e religiosa. Tal proposta preocupava-se em demonstrar preocupações sociais voltadas para a região.

Os loteamentos patrocinados por tais empresas privadas, via de regra, utilizaram o mesmo sistema adotado pelo Governo Federal no tocante à repartição da terra agrícola. Os lotes obedeciam a dimensões que variavam em torno de 20 hectares de extensão. Esse modelo de estrutura fundiária, cercado por chácaras, torna-se um importante fundamento para alicerçar o discurso regional para o período. Tal proposta seguia padrões estabelecidos pela política territorial da Marcha para Oeste. Evitava o latifúndio ao mesmo tempo em que integrava o território nacional, através de uma infraestrutura de transporte e do escoamento da produção local.

Seguindo essas diretrizes, a empresa Maripá reforçava esse propósito considerando grandes extensões de terras uma prática perniciosa à sociedade que ali passou a se desenvolver. Para tanto, as empresas dividiram suas extensões de terras conforme apresentado no Plano de colonização elaborado por Brecht (1961).

Conforme consta no documento:





[...] as colonizadoras em geral, depois de adquiridas suas terras, tratam de dividi-las em glebas ou lotes grandes para em seguida vendê-las o mais depressa possível, [...] Aplicando este sistema teria a firma colonizadora, em pouco tempo, cumprida a finalidade. Porém, sendo este um sistema é contrário a um desenvolvimento social e aos interesses econômicos de uma Nação; a PINHO E TERRAS LTDA; achou por bem dividir as glebas que posteriormente iriam colonizar, em lotes rurais de mais ou menos 10 alqueires (242.000 mq), também chamado ‘colônia’ **(destaque do autor)**. (BRECHT, 1961, p. 2)

Nesse projeto tais colônias eram demarcadas, de tal sorte que todas elas, por um de seus extremos, deveriam estar supridas por uma corrente de água. As empresas procuravam com isso evitar problemas de abastecimento e assegurar seus lucros com a produtividade do solo. Essa estrutura de loteamento fez germinar um mercado interno, o qual, à medida que forneceria produtos agropecuários, consumiria produtos industrializados, desenvolvendo assim a região. Esse progresso que se impõe constituirá uma nova sensibilidade para o espaço. O tempo, a rotina de trabalho, as relações com a natureza e novas técnicas de produção asseguradas pelas empresas capitalistas de colonização. Contudo, as tarefas cíclicas e a rotina de trabalho serão mantidas segundo a lógica existente no interior do grupo de migrantes que para lá se deslocaram, sobretudo durante as três primeiras décadas da ocupação dirigida. Ao lado da história e do conhecimento sobre as grandezas de suas matas, a nova estrutura assim concebida concorreu para a elaboração de novas imagens sobre o território. Essas imagens estiveram intimamente vinculadas aos critérios étnicos e culturais que foram estabelecidos pelas Colonizadoras para a venda dos

lotes rurais. Assim a comercialização dessas terras voltava-se para trabalhadores rurais advindos de áreas coloniais de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul. Grupo habituado ao trabalho em pequenas propriedades, descendia em sua maioria de alemães e italianos, afeitos à policultura e atividades agrícolas de subsistência. O sucesso desse empreendimento resulta, entretanto, também em parte do trabalho de corretores credenciados comprometidos com esses intentos colonizadores. Certamente que a frente migratória representou a transferência de sistemas de trabalho e de produção, para um território que, muito embora conhecido como sertão, oferecia a fertilidade de suas terras, a qualidade de seu clima e topografia adequada para a produção. Esse grupo recriou em seu novo espaço experiências de trabalho, redes de relações sociais e culturais, enfim, elementos de identidade que serviriam de reforço à regionalidade pretendida pelas empresas de colonização.

Para o estabelecimento do marco de origem regional, aspectos tais como etnia, religião e relação de parentesco, dentre outros, influenciaram na escolha dos locais de estabelecimento do grupo. O texto organizado por Brecht (1960) é contundente quanto às justificativas em relação ao grupo migrante a ser estabelecido em núcleos coloniais sob a responsabilidade da empresa Pinho e Terras Ltda.

O plano de ação empresarial disposto em Brecht (1960) afirma:

[...] agricultor, descendente de imigrantes italianos e alemães, com mais de cem anos de aclimação no país, conhecedor de nossas matas, dos nossos produtos agrícolas e pastoris, primando pela sua operosidade e pelo seu amor à terra em que trabalha, seria, portanto, o elemento humano

Dessa estratégia acabaram se originando pequenas localidades como Novo Três Passos, Nova Concórdia, Novo Sarandi, homônimas das cidades de origem nos Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina.



predestinado a realizar grande parte desta tarefa. (BRECHT, 1960, p. 4)

Percebe-se na fala acima uma incisiva tentativa de homogeneizar a identidade do grupo pela prática de exclusão de grupos sociais reconhecidos como inaptos para o empreendimento colonial. Acreditamos que a noção de identidade contrastiva proposta por Oliveira (1976) constitui a essência dessa pretensa homogeneidade étnica. “Implica em um nós diante dos outros [...] como meio de diferenciação em relação a uma pessoa ou grupo” (OLIVEIRA, 1976, p. 5). Nesse caso, estaríamos diante de uma identidade que surge por oposição ao outro, a qual se afirmava a partir da negação do diferente, fazendo do princípio da negação o caminho para confirmar a existência do discurso regionalista extremo-oeste paranaense. Sua sobrevivência, no entanto, necessitaria de uma contínua reatualização, a exemplo da historiografia regional ali construída em torno do tema da colonização.

Todavia, enunciados tais como: “gente laboriosa”, “trabalhadores que amam a terra”, “sujeitos que plantaram cidades”, “pioneiros que derrubaram matas”, “trabalhadores que plantaram progresso” ou ainda “colonos que plasmaram a civilização”, dentre outros adjetivos, são elucidativos, pois apesar da imprecisão conceitual dos termos presentes nestas retóricas, tais ideias esboçam com eloquência, identidade para sujeitos. Alocuções dessa envergadura são atribuídas a todo migrante de descendência europeia, que, por extensão, reconhecem-se como laboriosos, pacíficos, econômicos, obstinados, sacralizando assim, diferenças entre os sujeitos.

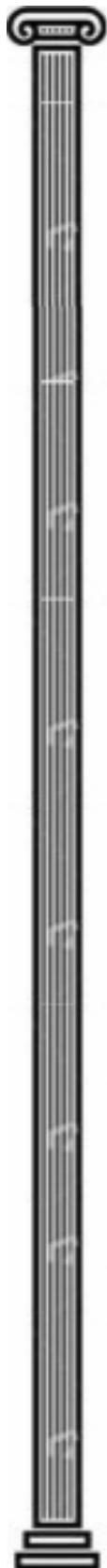
Empregados maciçamente na historiografia regional, em discursos políticos e na fala daqueles radicados no referido território, qualidades como essas, postas em evidência, tornaram-se fidedignas asseverando a existência

de uma fronteira cultural, linha imaginária que separa sujeitos. O rol documental das empresas de colonização coloca em evidência competências inerentes ao grupo de migrantes sulistas lá radicados, a fim de justificar esta separação, destacando aptidões natas e como tal, necessárias para a expansão da fronteira agrícola.

Para Gregory (2001) as competências do grupo em torno do trabalho agrícola e do manejo do solo foram determinantes na seleção da mão-de-obra do empreendimento. O conhecimento das técnicas de trabalho e produção, associados às facilidades encontradas na aquisição de terras compuseram uma associação perfeita por parte dos interesses dos compradores e empresas colonizadoras. Considerada mão-de-obra, esteio para o cultivo da terra, a clientela estava, segundo esse entendimento, perfeitamente enquadrada para os intentos governamentais paranaenses durante as décadas de 1940 a 1960.

Concordamos com as colocações do autor, no entanto faz-se necessária uma leitura mais ampla de tal processo. É imperativo considerar que o grupo, além do conhecimento de causa para realizar tarefas agrícolas, era possuidor do capital simbólico necessário. Ideário cristão, moral religiosa, sentimento de comunidade, ética do trabalho, dentre outros compunham atributos simbólicos fundamentais na constituição do grupo. Aliando, portanto, método e capital simbólico, estavam assim aptos para a colonização. Este ajustamento foi encontrado, contudo, em princípios de comunidade grupal. Supostas hereditariedades para o trabalho foram condições importantes para a reatualização de seus aspectos distintivos ao longo da sedimentação desse processo de construção do regional. Esses ingredientes básicos, segundo nosso entendimento, compuseram a imagem do grupo, como agente criador de civilização. Tais atores sociais foram consagrando-se e sendo consagrados constantemente via ritos de instituição





no interior da sociedade forjada no e para o extremo-oeste do Paraná naquela conjuntura. Atributos como trabalhadores e aventureiros marcaram uma linha imaginária que divide trabalhadores advindos do sul e do norte do país. Brasileiros e de origem: Esses qualificadores ainda hoje são utilizados na identificação de estirpes alemã e italiana. Essas atitudes tornaram-se práticas afirmativas de diferenças e divisões necessárias para a constituição da identidade regional em questão.

Neste sentido a instituição de discursos em torno da colonização em destaque baliza-se em dois aspectos. Por um lado, constitui marcos fundadores, por outro consagra sujeitos como detentores de civilidade. Contudo, é importante destacar que Maripá e Pinho e Terras definiram critérios étnicos para levar avante tais projetos regionais. Não obstante, o projeto da segunda propunha a ocupação do espaço assentada nas bases do catolicismo, ao contrário da primeira que optou em priorizar a presença de grupos religiosos de base evangélico-luterana. O critério religioso católico, muito embora não tenha sido aclarado pela Companhia Pinho e Terras, está disposto da seguinte forma no plano de trabalho organizado por Brecht (1960):

[...] fator importante era criar nas sedes um ambiente que atraía os compradores, com as instalações de hospitais com médicos, sempre que era possível; construção de escolas, mesmo se a firma tivesse que sustentar o professorado, e, templos religiosos, católicos ou protestantes, conforme a necessidade o exigia. Para este fim a Pinho e Terras Ltda; antes de iniciar com as colonizações, já tinha tomado contato com o Exmo. Sr. Bispo da então diocese de Laranjeiras do Sul e com o Rev. Superior da Congregação do Verbo Divino. (BRECHT, 1960, p. 4)

A opção pelo grupo de corretores credenciados pela Companhia em destaque também é esclarecedora quanto ao direcionamento religioso haja vista que teve membros da Congregação dos Padres Palotinos como primeiros corretores credenciados para a venda de terras.

Por meio de tal empreendimento o grupo religioso, além de expandir a prática de seu apostolado para além das fronteiras do Estado do Rio Grande do Sul, expande também suas propriedades em decorrência de seus encargos junto à Companhia Colonizadora Pinho e Terras. Em conformidade com a perspectiva do empreendimento privado, o Grupo Palotino consolida seu apostolado naquela área. As transações comerciais, ao receberem estímulos desse seletivo grupo de corretores, concorrem para demonstrar harmonia entre intenções econômicas, ainda que camufladas, e interesses pela definição do significado religioso do grupo.

[...] fim de 54, pouca chuva, e estão aparecendo mineiros e paulistas [...] assim esta colonização que deveria constar de moradores do Sul e católicos já está se transformando em uma miscelânea de gente e religiões Aqui [...]. tudo nos começos. A igreja e casa paroquial quase prontas [...] Começou a invasão de Paulistas. Ainda bem que não são *mamelucos* [...]. **(destaque nosso)**

No relato de impressões pessoais, o pároco reage negativamente às transformações do pequeno núcleo colonizador. Tal austeridade, diante da possível desordem ocasionada pela edificação de grupos culturalmente antagônicos aos propósitos coloniais, encontra explicação na linha de cristandade adotada pela Congregação Palotina de origem ítalo-brasileira. Tal grupo pautava-se na regeneração de princípios religiosos e morais entre seguidores. Princípios de hierarquia e ordem consistiam, por sua vez, a essência da

A Congregação instalou-se no Brasil no final do século XIX, aliada ao projeto de Restauração Católica no Estado do Rio Grande do Sul na extinta Colônia Silveira Martins, localidade de Vale Vêneto, situada na região centro-sul do Estado, entre os anos 1884 e 1886.

Informações extraídas de apontamento do Livro Tombo I da Paróquia de Palotina. O enlace religioso, econômico e político presente nas bases do projeto colonial católico da Pinho e Terras Ltda., é analisado no terceiro capítulo de *Fronteiras perigosas*, pesquisa de autoria de Freitag (2001)



A intensa imigração de sacerdotes europeus, a ampliação dos quadros de clérigos ítalo-brasileiros acrescidos do crescimento da demanda paroquial, concorreram para o seccionamento da Congregação Palotina no ano de 1919. De um lado, sacerdotes advindos da Alemanha propunham inserir seus pares junto aos quadros da referida Ordem religiosa. Contrariando tal postura, religiosos Palotinos de origem ítalo-brasileira, protegiam interesses de nacionalização do clero. Acrescenta-se a essa crise, divergências quanto às relações com a comunidade. Os primeiros propunham formas de trabalho associativas entre os fiéis sob sua tutela. Por sua vez, o grupo religioso ítalo-brasileiro pautava-se em vieses mais conservadores. Uma análise aprofundada dessa questão, encontra-se na dissertação de Mestrado intitulada *Ora et Labora: O projeto de restauração católica na ex-colônia* Silveira Martins, defendido por Jerri Marin junto ao programa de pós-graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1993.

prática do apostolado Palotino junto às comunidades sob sua tutela. Contudo se compararmos a reação contrária, diante da possibilidade da presença de mamelucos naquela localidade, o religioso é complacente à presença de grupos migrantes paulistas no núcleo de colonização.

Essas questões nos colocam diante de uma realidade social arquitetada de tal modo a criar uma comunidade com códigos de conduta específicos, a fim de evitar a presença de grupos e, por extensão de práticas sociais distintas daquelas almejadas pelo enlace do referido projeto empresarial-religioso.

Para Berguer (1985a.), a realidade social é um empreendimento, um constructo eminentemente humano. Seguindo esse raciocínio, a aparente antítese: homem-produto ou produtor da sociedade, se resolve dialeticamente pela contínua fusão entre os sujeitos. A realidade social, conforme o autor é constituída por três elementos complementares: a exteriorização do ser humano, a objetivação, entendida como conquista de uma realidade e a interiorização, forma de reapropriação de parte do mundo. Esses momentos marcam a construção da realidade edificando um universo de significados para o mundo. No entanto, não se organizam de forma harmônica e sequencial. Contudo, tais significados estabelecem, segundo Berguer (1985a.), certa ordem social, “ [...] pondo cada coisa em seu lugar certo. Mais ainda, sempre que um indivíduo extravai-se perdendo a consciência dessa ordem [...] o universo simbólico permite-lhe ‘retornar a realidade’ isto é, a realidade da vida cotidiana” (BERGUER, 1985a, p. 135).

A manutenção e a transmissão da ordem social depende, dessa forma da reciprocidade existente entre realidade objetiva e subjetiva. A sintonia entre esses pólos, por sua vez, repousa em uma determinada base social, pré-requisito para a construção da ordem social. Nesse



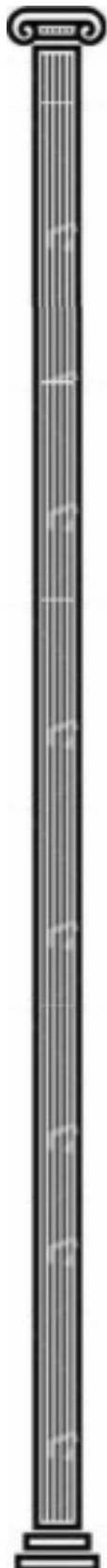
universo de significações, portanto, criar o mundo, nomeá-lo definindo uma identidade faz parte da relação com a alteridade. A aversão ao diferente, exclamado pelo pároco: “ainda bem que não são mamelucos”, indica a existência de um universo de significações ou definições acerca do outro e, por consequência, acerca do diferente, sujeito colocado à margem da base social em construção naquele espaço regional.

Atributos de lugar são, portanto, alçados, compondo a ideia da existência de um ambiente que, supostamente sobreviveu ao descaso de autoridades e ao silêncio de seus sertões. Para construção do universo de sentidos que concorreu para forjar a identidade regional extremo-oeste paranaense, utilizaram-se ainda técnicas para atrair o migrante ideal e com isso retardar a entrada de grupos de migrantes indesejáveis. Uma das técnicas utilizadas pela empresa Maripá consistia em evitar a chamada ruidosa propaganda, conforme destacado a seguir por Niederauer (1955):

Como se sabe, uma propaganda ruidosa, em torno de um local novo, a exemplo do que ocorreu em outros lugares atrairia elementos, digo, atrairia elevado número de indivíduos aventureiros e parasitos que nela entreveriam um meio de vida fácil às suas atividades desonestas. Seria bom procurar retardar o máximo possível a penetração desses elementos para dentro de um setôr novo e são. (NIEDERAUER, 1955, p. 5)

Hélio Niederauer, chefe dos escritórios da Companhia Maripá, teve o referido plano de colonização aprovado por Willy Barth e Egon Brecht, ambos diretores desta Companhia no ano de 1955.

Vê-se que a proposta desqualifica àqueles grupos identificados como aventureiros, os quais, segundo o entendimento da Empresa buscavam aproveitar-se das riquezas da região. Na esteira do exemplo do grupo social citado anteriormente pelo religioso da congregação



Palotina, adjetivos tais como parasitas e aventureiros, quadravam ainda migrantes nortistas, nordestinos e imigrantes paraguaios.

Para Waschowicz (1987) tais restrições alcançaram outros grupos, inclusive sujeitos de descendência europeia, em grande parte polonesa e ucraniana, e expandia-se para os chamados caboclo paranaense e nortista. A categoria cabocla consiste em atributo genérico que significa no contexto, filho do sertão brasileiro. O grupo nortista, por sua vez, era reconhecido como pelo duro.

A exclusão desses sujeitos contradiz, portanto a essência do projeto paranista, conforme já destacado. Contudo, na década de 1950, Temístocles Linhares, pensador engajado nesse projeto identitário, ao preocupar-se com o desenvolvimento regional do estado paranaense, desenvolve no período, uma leitura original, um novo paranismo, destacando, benesses da diversidade étnica para a consolidação da identidade para o referido Estado.

Para Linhares (1953), a amálgama de diferenças significava um encontro cultural necessário na composição do cenário social paranaense:

[...] brasileiros [...] alemães ou anglo saxônicos, mas ainda italianos, poloneses, ucranianos, sírios, japoneses, etc, sem falar dos descendentes de alemães e italianos provindos do Rio Grande do Sul ou de Santa Catarina que atualmente estão se transferindo em levas para o oeste paranaense. (LINHARES, 1953, p. 18)

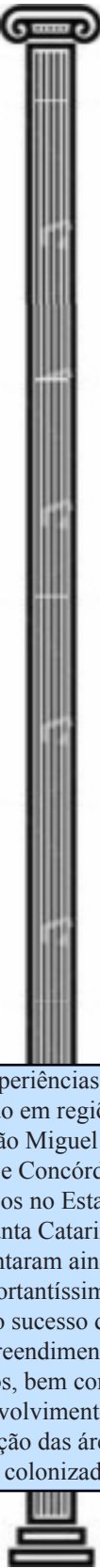
Em direção oposta, o empreendimento colonial segue intentos em prol da identidade unificada procurando invalidar a legitimidade de outros grupos culturais bem como exaltar sujeitos sociais cuja causa defendia-se e para a qual se procurava obter o maior número de adesões.

Concomitante à disseminação de propagandas de natureza excludente, as referidas Empresas trataram de tornar realidade determinadas obrigações sociais evidenciadas, com poucas variações em seus projetos de colonização tais como as argumentações evidenciadas no plano de colonização disposto por Brecht (1960):


Sendo que a PINHO e TERRAS, LTDA; não se dedica exclusivamente à compra e venda de terras, ela tinha que assumir a obrigação, perante os agricultores, de os mesmos não perderem tempo em fazerem experiências, ao que diz respeito a agricultura. [...] Outro fator importante era criar nas sédes um ambiente que atraia os compradores, como as instalações de hospitais, com médicos, sempre que era possível; construção de escolas, mesmo si a firma tivesse que sustentar o professorado. (sic) (BRECHT, 1953, p. 18)

Facilidades de acesso aos loteamentos e demais núcleos urbanos, promoção da saúde, educação e vida religiosa, além de outras benesses, compunham o rol de compromettimentos empresariais que objetivavam compor atrativos no que tange à aquisição de áreas para o cultivo. A função econômica da terra, planejamento territorial (urbano e rural), tradição e a credibilidade dessas Companhias em outros projetos colonizadores agregavam-se para dar a legitimidade necessária ao empreendimento modernizador.

Conforme visto, a Pinho e Terras adquiriu glebas descontínuas. Esse procedimento encareceu os trabalhos de infraestrutura necessários ao sucesso de seu investimento. A necessidade de retorno imediato de lucros levou, no entanto, a empresa a vender grandes áreas para madeireiras. A precariedade da documentação em diversas áreas de sua atuação tornou-se um empecilho para as contas entre



Experiências de colonização em regiões como São Miguel do Oeste e Concórdia, ambos no Estado de Santa Catarina, representaram ainda, pontos importantíssimos para o sucesso dos empreendimentos imobiliários, bem como para o desenvolvimento e para a ocupação das áreas colonizadas.



empresa e compradores. Muitas áreas foram objeto de ações judiciais entre Estado e antigas concessionárias; as demandas entre o estado do Paraná e o Governo Federal devido à faixa de fronteira concorreram para o envolvimento da referida colonizadora em litígios de terras que perduraram aproximadamente até a década de 1970. Nessas áreas, Myskiw (2002) evidencia conflitos entre compradores de terras, madeireiras, especuladores e sujeitos contratados por partes interessadas no expurgo de migrantes lá alocados. Em muitos casos, o autor destaca negócios escusos por parte do governo do estado do Paraná a exemplo de concessões de terras a grupos econômicos sem devidas documentações ou demarcações. Em tal conjuntura a falta de construções e benfeitorias na propriedade também poderia causar a perda dos direitos à posse. Ainda segundo constata o pesquisador, frequentemente, colonos e posseiros, moradores tradicionais da região, eram expulsos com de suas propriedades.

Apesar das questões envolvendo conflitos de terras na área colonizada pela Companhia Pinho e Terras Ltda., quesitos, tais como aqueles ressaltados no plano de ação da referida empresa, associados à organização de núcleos coloniais, denominados Patrimônios, - espaços traçados em forma de vila ou cidade, áreas destinadas a praças, passeios públicos, escolas, igrejas, dentre outros, transformaram, segundo o olhar da ocupação lá redicada, independente de sua origem étnica, a região em um lugar mundo ocupado, desenvolvido e integrado ao país.

Percebe-se, desses planos de colonização, que o discurso fundiário sistematizado pelas empresas em grande medida, partia do próprio ideário da comunidade envolvida no projeto colonizador, posto que, os agentes que participaram desse programa (migrantes sulistas) já estavam adaptados a uma estrutura fundiária cuja característica principal residia na preservação do lote colonial como unidade agrícola. Nesse ponto, o discurso

Os chamados Patrimônios consistiam, segundo Brecht (1961, p. 3), em pequenos “lotes com mais ou menos 25.000 mq.”

Acerca das representações de diferentes grupos culturais veja-se a pesquisa de Laverdi (2003).

que se constrói em torno da estrutura fundiária implantada ganha referências centradas em meios de difusão centrados em programas de rádio de cunho agrário. Discussões afeitas aos agentes selecionados para o povoamento do território.

Tal processo de constituição de uma identidade ao espaço regional a partir da caracterização discursiva formatada em torno da estrutura fundiária considera aspectos de ordem política, cultural e econômica apresentados de forma interligada, quer seja no plano discursivo, quer seja no prático. Por um lado, dirigentes das colonizadoras e administradores públicos e, por outro, grupos étnicos que se fixaram no espaço.

A partir da sistematização dos valores, das ideias e objetivos condensados nesses três universos: econômico, político e cultural, executivos compuseram as narrativas de seus empreendimentos, contribuindo, para a configuração de características geográficas e simbólicas para o espaço regional em questão.

A compreensão dos sentidos atribuídos ao regional, não deve perder de vista o local de origem dos habitantes e dirigentes das empresas radicados no extremo-oeste paranaense. Conforme já destacado, o grupo trouxe consigo um modo de ser e de trabalhar encontrando assim, um terreno fértil para desenvolvimento de suas ações e para a formação de uma cultura própria. Ademais, o modelo de colonização adotado pelas colonizadoras reproduzia a experiência histórica herdada dos imigrantes alemães e italianos. Para Kreutz (apud SCHALEMBERGER e COLLOGNESE):

[...] a definição da estrutura física e da demarcação dos lotes respeitava as condições básicas para a integração dos habitantes nas colônias, formando núcleos no sentido de facilitar a vida comunitária e o cultivo do espírito associativista, da tradição religiosa e sócio-cultural. Além do mais houve a



preocupação em criar condições físicas e sociais apropriadas que possibilitassem as interações econômicas, sociais e culturais capazes de estabelecer as bases de uma comunidade rural. (SCHALEMBERGER e COLLOGNESE, 1994, p. 22):

Percebe-se que o modelo de colonização centrado, sobretudo, num *ethos* cultural determinado se articulava a valores identitários comuns, eliminando possíveis conflitos internos a partir da preservação de seus códigos culturais. Desses, educação, religiosidade e o sentido de comunidade, tiveram grande atenção. Nos núcleos coloniais, construção de escolas, igrejas e salões comunitários pelas empresas ou a sua colaboração foram atitudes significativas para a manutenção da homogeneidade do grupo. Acrescenta-se a isso, a manutenção de vínculos com modelos fundiários já conhecidos pelos migrantes. Assim, atributos tais como, Celeiro do Paraná passam a definir o regional. Para as empresas envolvidas, estabelecer a (re)ocupação significava incorporar à nação um território reconhecido como vazio e ali estabelecer novas vivências. Para o governo do Paraná, significava, sobretudo, receber um solo ocupado, produtivo, mercantilizado, livre dos perigos representados pela presença maciça de estrangeiros na região.

A partir desse ponto de vista, a história regional emerge quando estas empresas colonizadoras assumem o território. Tudo o que, supostamente teria ocorrido antes seria considerado pré-histórico, arcaico e serviria, por contraste, apenas para atingir a pujança, a grandiosidade e o progresso da nova sociedade que da (re)ocupação se instaurava. Neste sentido, o território estabelecido antes de tal empreendimento colonial representava a antítese da civilização: notadamente estéril, precisava ser vencido pela marcha do progresso.

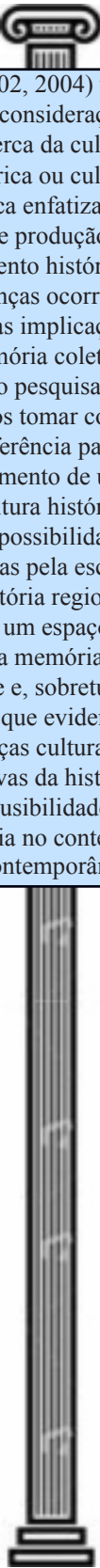
Para Serra (1997), nesse processo, “o Estado abre mão do lucro na venda da terra aos pequenos, médios e grandes compradores individuais, que fica com os empresários, mas em compensação recebe, sem ônus para os cofres públicos, o espaço organizado dotado de infraestrutura que vai viabilizar a meta maior.” (SERRA, 1997, p. 89)

A referida ideia, associada à noção de movimento serviu como fundamento da cultura histórica ou discurso histórico emergidos desse processo.

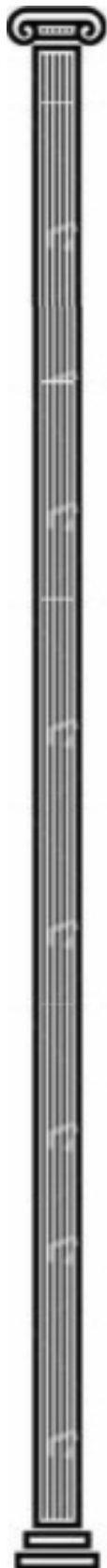
A escrita da história regional colocada em evidência no contexto da (re)ocupação do espaço permite destacar pontos centrais da cultura historiográfica lá edificada: a representação e a identidade nos limites impostos pelo seu lugar de produção. A ênfase recai sobre a relação entre história e memória, tendo por base uma narrativa como origem do discurso fundador, a narrativa como história e finalmente a narrativa como verdade institucionalizada.

Argumentos traduzidos em poemas do passado e esperança no amanhã. O progresso subsidiado por tal expectativa coloca em evidência sentimentos de crença no futuro: Seria lá, no futuro, que o oeste civilizado (colonizado) superaria o presente e o passado. A redenção esteve vinculada a um projeto de futuro e, por extensão concorreram para uma perspectiva do agir associando trabalho e produção. A colonização empresarial representaria nesse caso, a prosperidade àquele que se propôs ocupá-lo. Nesse processo, coube às empresas de colonização dirigir-se a tal passado e, através de seus métodos, redimir o território, ainda hoje inconcluso.

Garantir tal conquista pressupunha, porém, estabelecer os migrantes tão logo adquirissem as suas terras. A derrubada da mata estimulada pelas empresas realizava-se a partir de derrubadas da vegetação. A mão-de-obra de baixo custo de tal trabalho, compunha-se de trabalhadores do norte do país e paraguaios, antigos *mensus* trabalhadores das unidades *obrageras*, referendadas no capítulo anterior. O trabalho das serrarias era outro recurso utilizado para a extração das matas nativas da região. A madeira, por sua vez, era comercializada a preços irrisórios entre o proprietário das terras desmatadas e donos de serrarias. Esses fatores



Diehl (2002, 2004) tece importantes considerações acerca da cultura histórica ou cultura historiográfica enfatizando as formas de produção do conhecimento histórico, mudanças ocorridas e suas implicações na memória coletiva. Segundo o pesquisador, podemos tomar como referência para o conhecimento de uma dada cultura histórica, limites e possibilidades apresentadas pela escrita da história regional. Sendo essa, um espaço de dimensão da memória, da identidade e, sobretudo, espaço que evidencia mudanças culturais e objetivas da história e da plausibilidade da história no contexto contemporâneo.



proporcionavam não só lucros aos segundos como também garantiam ao projeto colonizador o sucesso almejado.

Cabe salientar ainda que as correlações culturais entre agentes colonizadores e os migrantes sulistas também garantiram sucesso ao empreendimento. Nesse sentido a construção do território em questão, para além da definição de seus marcos geográficos, conforme visto no primeiro capítulo, também passa pela valorização de seu espaço, pela origem etno-cultural e, pelas formas de pensamento que os empresários das colonizadoras, construíram na sua relação com o próprio espaço regional. Em sua maioria, também, descendiam de ítalos e teuto-brasileiros procedentes dos Estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, majoritariamente católicos ou protestantes. A caracterização da estrutura fundiária implantada na região, por sua vez, além de responder aos interesses específicos dos dois grupos, entrelaçava-se a uma conjuntura nacional e estadual com intentos de nacionalização e valorização do espaço.

Tais foram as condições para a inserção da área na economia nacional, como fornecedora de produtos extrativos (a erva-mate e a madeira) às demais regiões do país bem como para a construção de uma identidade para a região. Além disso, o recuo do capital e da mão-de-obra estrangeira, estabelecidos no extremo-oeste paranaense também determinou a dilatação e o avanço sobre aquela fronteira agrícola nacional. O conceito de comunidade, na acepção formulada a partir desse empreendimento empresarial, também foi essencial para delimitar territorialmente a região e o grupo que a constituía. Nessa acepção, a comunidade extremo-oeste paranaense, pensada, sobretudo, na sua relação com a terra, ao se deslocar para o novo território, paulatinamente adquire consciência de pertencimento ao grupo e a região.



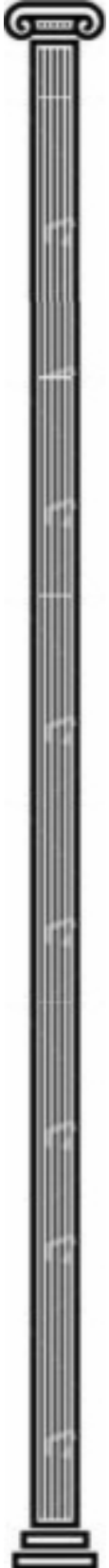
Finalmente, grande parte desses conceitos destacou peculiaridades de certo primado epistemológico conferindo um sentido distintivo ao extremo-oeste paranaense e, por extensão, ao Paraná. Em tais construções, quer sejam de teor político, quer não, a região fora construída a partir do território e do sentido de comunidade ou grupo social. No corpo dos textos, entretanto, essas noções nem sempre diferiam em essência da ideia de região enquanto configuração geoeconômica delimitada. Em meio a essas sedimentações, foi sendo gestado um senso comum a respeito deste espaço regional: uma mentalidade acerca de seus temas, tais como o sentido da colonização, o trabalho de seus pioneiros e a produção de seu espaço agrícola.

Na concepção de espaço instaurada dos arranjos evidenciados e de discursos sobre ele fizeram-se presentes valores culturais, universos da política e por que não, das ideologias geográficas para utilizar o conceito elaborado por Moraes (1996). De acordo com o autor, ideologias geográficas “[...] alimentam, tanto as concepções que regem tanto as políticas territoriais dos estados, quanto a autoconsciência que os diferentes grupos sociais constroem a respeito de seu espaço”. (MORAES, 1996, p. 44)

Tal entendimento, parte do princípio que as representações coletivas acerca dos lugares impulsionam suas transformação e delineiam suas identidades a partir da relação entre cultura e política. É, por isso que, aqui, as representações desse espaço foram vistas como um dos materiais constitutivos da esfera do discurso político.

Em suma, garantir o espaço regional extremo-oeste paranaense, colori-lo com brasilidade, tornando-o produtivo, foram, portanto, manifestações dos grupos envolvidos nessa construção. Acreditamos que a categoria elaborada por Moraes (1996): “horizonte espacial coletivo” expressa muito bem a construção coletiva destas verdades para o regional. Ou seja, a organização produtiva e as





verdades que dela emergem, constroem um “horizonte espacial coletivo” que edifica verdades junto à coletividade envolvida no processo a partir da disseminação de múltiplos contextos discursivos, quer seja, na imprensa, na literatura, quer seja, na pesquisa científica. Aliás, como veremos, terão grande difusão e circulação entre a população através de jornais, revistas, propagandas de terras, discursos e ações políticas.

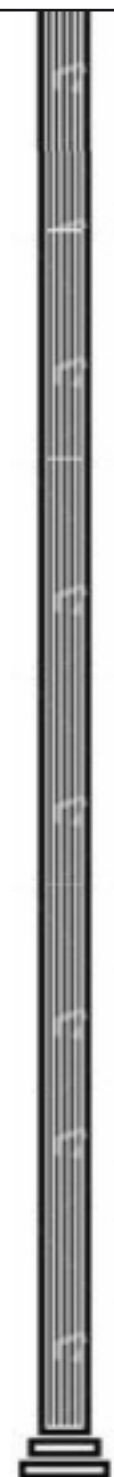


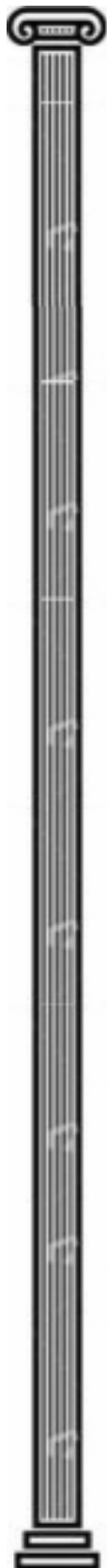
### **FABRICAÇÕES DA PAISAGEM TECENDO A HISTÓRIA**

Os dez anos que separaram a chegada das colonizadoras Maripá e Pinho e Terras no extremo-oeste paranaense, entre 1945 e 1954, e os seguintes, viram nascer interpretações historiográficas respaldados pelo discurso da frente pioneira como um modo de expansão do progresso e suas benesses para o território. A ênfase geral do discurso da frente de expansão pioneira coloca em relevo aspectos propriamente econômicos advindos do deslocamento das populações para aquele espaço regional. A ideia tecida pela historiografia paranaense em torno da presença de frentes de expansão humanas enfatiza um modo de viver e produzir a terra. Frente pioneira não aparece em tais estudos como propriamente um conceito, mas como designação através da qual a produção historiográfica reconhece que está diante de um modo pelo qual populações ditas civilizadas se expandem territorialmente. Ou seja, um princípio dinâmico intimamente ligado à busca pela terra, tal conforme entendido por Guilherme Velho (1967).

O discurso histórico sedimenta-se, não obstante, no progresso como dogma da modernidade, colocando em relevo a presença do acontecimento de expansão da sociedade em direção à área de fronteira, servindo como alicerce para a construção da territorialidade em questão.

Conforme já salientado no capítulo anterior, as décadas de 1950 e 1960 foram, produtivas ao incremento de discursos propagados no estado paranaense enfatizando o desenvolvimento regional. Na conjuntura dos governos Bento Munhoz da Rocha Neto e Moisés Lupion, respectivamente nos períodos 1950-55 e 1956-60, divulgava-se a prosperidade como um convite à ocupação





do espaço regional paranaense. A exposição de números censitários foi um recurso amplamente utilizado a fim de demonstrar avanços econômicos impostos pelas recorrentes frentes de expansão pioneiras. Entre as décadas 1940 e 1950, a população paranaense obteve um crescimento considerável, em torno de 70%, dados que delegaram ao Estado paranaense, naquela conjuntura *status* tais como: território de oportunidades presentes e futuras, grande receptor de correntes migratórias frentes pioneiras. O mapa confeccionado após o período de redemocratização do país destaca a divisão administrativa do estado do Paraná. (vide mapa 14 )

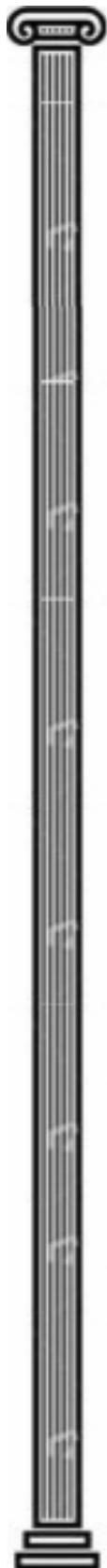
Se observada a tipologia estabelecida por Machado (1953) o mapa a seguir, enfatiza o chamado Paraná tradicional com sede na capital do estado e a região reconhecida pelo atributo Paraná moderno, projetada economicamente para a cultura do café. Observa-se ainda que a propalada frente de expansão pioneira sulista ainda não havia incorporado ao Estado de forma expressiva. Em destaque, há o trajeto da Ferrovia Central do Paraná, representando um marco integrador de territórios e culturas do Estado, preocupação de grande relevância para o período.



**MAPA 14** - Mapa do Estado do Paraná (1948)

**Fonte:** Coletânea de mapas históricos do Paraná (2006)

O relevo dado às regiões denominadas por Machado (1953) coloca em destaque a presença do movimento frente pioneira, termo esse, relacionado a deslocamentos de população regulada pelo mercado, como resultado das potencialidades econômicas do estado paranaense. O minucioso estudo de Kretzen (1951), relativo à agricultura paranaense, atividade econômica mais importante no período, enfatiza inúmeros benefícios obtidos com o progresso da agricultura do Estado. Segundo os dados destacados pelo pesquisador, em 1939 o território paranaense obteve expressivo crescimento de 185,72% em sua área cultivada. Passou-se de 473.972 hectares destinados à agricultura para 1.354.209. Aumento significativo, segundo o autor, se comparados aos 22,99% de crescimento ocorrido nas áreas de cultivo no país. Esses índices lançavam o Paraná à



quarta posição em importância junto à União, configurando ao lado de São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, os mais expressivos estados agrícolas do país. Conforme destacado por Brumaster (1985):

O surto cafeeiro leva a escutar [...] os passos dos brasileiros que convergem para o Paraná, através de todos os caminhos da Pátria Grande e a acreditar que o Brasil marcou encontro aqui ... Terra das oportunidades presentes e futuras [...]. (BRUMASTER, 1985, p. 146)

Nesse contexto, coube ao estado do Paraná assegurar a propalada prosperidade, haja vista que seus problemas de limites territoriais já haviam se resolvido. Formularam-se práticas de apoio e incentivo à migração, experiências essas que concorreram para apresentar o Estado como região marcada pelos benefícios da presença das reconhecidas frentes de expansão pioneiras.

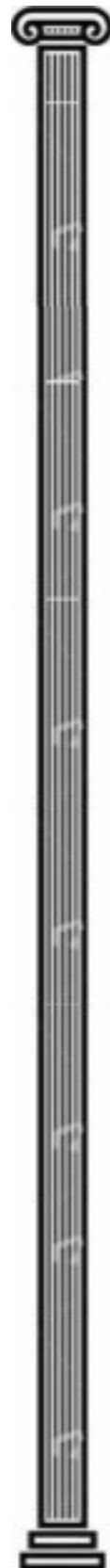
Áreas situadas a norte do estado do Paraná, destacam-se pelo comparecimento de populações advindas de estados tais como São Paulo e Minas Gerais. Por sua vez, áreas situadas a oeste do estado paranaense, receberam expressivas correntes populacionais advindas dos estados de Rio Grande do Sul e Santa Catarina, conforme já destacado. Nordestinos, por sua vez, não se restringiram a uma área específica do estado. Contudo, mesmo não sendo bem vindos na composição do projeto colonizador ocorrido no extremo-oeste do Estado, balizaram sua presença naquela área, bem como por todo o território paranaense, sem exceções. Portanto, no decorrer das décadas de 1950 e 1960, diante de significativos avanços econômicos para o Estado, a fronteira extremo-oeste paranaense oferecia espaço ao bem-sucedido projeto agro-imobiliário: projeto


interpretado como moderno, inovador e racional, dentre outros atributos.

A histórica crença que acompanhava a intelectualidade paranista desde as primeiras décadas do século XX em torno da carência de traços comunitários e, por sua vez, de sentimentos de pertencimento ao território advindos do caldeirão étnico que compunha o estado teve, nessa conjuntura de desenvolvimento, uma nova leitura. A situação econômica favorável associada à chegada de constantes fluxos migratórios e imigratórios no estado paranaense fez, da década de 1950, um momento propício à sedimentação de uma nova proposta paranista reconhecida por Souza (2002) pelo atributo “novo paranismo.”

A leitura paranista tecida em tal circunstância, entendia o referido projeto como único empreendimento com capacidade de amalgamar numa só identidade diversos grupos populacionais que passaram a compor a paisagem cultural do estado do Paraná. Intelectuais paranistas, a exemplo do citado anteriormente, propuseram porquanto congregar populações heterogêneas que passavam integrar o território paranaense ao anunciado sentimento de amor ao Paraná. Esse anseio acabaria, segundo os intentos desse grupo, com os riscos da ausência de sentimentos identitários.

De acordo com o discutido no capítulo anterior, diversos olhares, desde o início do século XX, procuravam tecer marcos para definir traços constitutivos da regionalidade paranaense. Nesse movimento, destacou-se sobremaneira a obra *Paraná Vivo*, a qual buscava, segundo as proposições de seu autor, compreender progresso econômico e cultural do Estado, processo que reconhece como ampla experiência social e econômica. *Paraná Vivo* consiste em uma obra de caráter literário, em cujo título Temístocles Linhares pretendeu destacar que o referido estado vive e se transforma pelas mãos de trabalhadores migrantes, empenhados no progresso e no desenvolvimento





para si e para o estado. O discurso comporta ainda um outro aspecto. O imigrante como polo da história, sujeito que inaugura a vida, e tece, juntamente com outros grupos sociais, importantes páginas da biografia paranaense. Configura-se numa vigorosa abordagem discutindo a produção econômica e o universo da cultura de diversos grupos étnicos que formavam o Paraná naquele período e cujos resultados tornaram patente à existência de um Estado infinitamente heterogêneo e o lugar que o discurso paranista lhes reservou.

Encomendado por ocasião das comemorações do centenário da emancipação política do Estado, este texto, muito embora caracterize-se por ser uma obra de caráter literário, é representativo da infinidade de escritos paranistas comprometidos com a definição dos traços identitários desde a emergência do movimento no início do século XX. Em uma perfeita sintonia com o tempo em que se propalava o desenvolvimento da economia regional, o texto pretende demonstrar soluções para a identificação paranaense diante dos distintos grupos culturais que habitavam o estado.

Como integrar a gama de experiências culturais sem perder a identidade original da região Paraná? Que grupo social estaria apto a conferir nuances identitárias para o estado?

A resposta para tal experiência foi explicitada pelo autor através de dois fios condutores. O primeiro passo seria compreender a natureza do processo histórico a partir do progresso como paradigma da modernidade que influenciou fortemente a prática política e a produção intelectual brasileira do século XIX até aproximadamente o final da década de 1940, o que permeará, no entanto, esse texto datado da década de 1950. Cabe destacar que o ideário da modernidade a que nos referimos possui uma especificidade própria. Ou seja, os modos de vida produzidos por tal experiência não propõem desvencilhar

Na ocasião, indaga Linhares (1953): “Será a diversidade do sul, do centro-oeste ou a diversidade do norte a mais capaz de emprestar tom e côr à nossa realidade integral?” (sic) (LINHARES, 1953, p. 126)

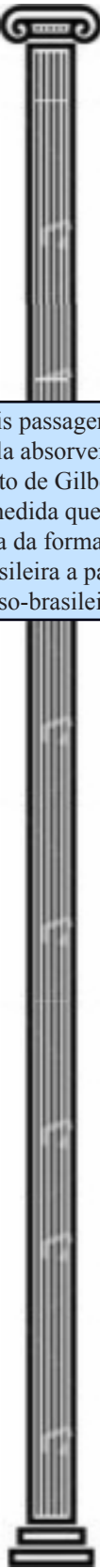


os sujeitos de seu tipo tradicional de vivência e produção. As transformações que envolvem o espaço procuram realçar laços sociais existentes de tal sorte a não alterar relações comunitárias, laços cotidianos e de religiosidade, segundo pressupostos destacados em Berman (1986) , Guidenns (1991) por exemplo.

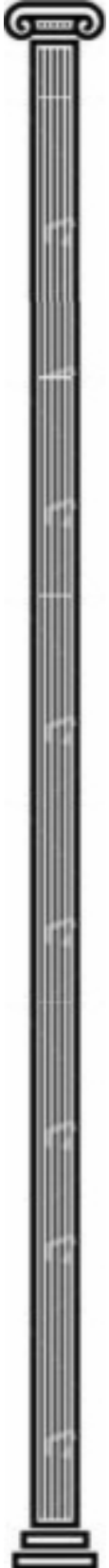
A proposta de Temístocles Linhares coloca em relevo a dupla contribuição de grupos migrantes, bem como imigrantes e descendentes, no que tange, segundo suas palavras, a reorientação da vida paranaense. Segundo seu entendimento, populações nacionais consistiam em células da cultura lusa brasileira. Desse modo, as raízes luso-brasileiras representavam a manutenção da região como legítima parte do país, e por extensão, pela sustentação da brasilidade: preocupação já expressada na literatura de viagem destacada no primeiro capítulo. Em outro polo, núcleos de imigrantes e descendentes incidiam em portadores de forças modernizadoras: “[...] formadores já de um Paraná característico, obediente a um destino [...] civilizador e de gravitação para uma melhor harmonia entre as diferenças regionais da Federação”. (LINHARES, 1953, p. 127)

Percebe-se que para o autor, intensos movimentos imigratórios ocorridos ao longo dos séculos XIX e início do XX não limitavam ou impediam o desenvolvimento da cultura paranaense. Ao contrário, conforme suas palavras teriam concorrido para o enriquecimento da alma paranaense. Nesse sentido, aos alemães, coube o reconhecimento de virtudes, tais como “constância, tenacidade e continência” (LINHARES, 1953, p. 131).

Adjetivos como os expostos pelo intelectual, concorriam, segundo seu entendimento, em proveito da cultura nacional. Caberia, no entanto, a atividades econômicas baseadas na exploração do solo, criação de gado e demais atividades agrícolas ao longo da história



Em tais passagens o autor revela absorver do pensamento de Gilberto Freire, à medida que faz uma leitura da formação cultural brasileira a partir das raízes luso-brasileiras.



do Brasil, a responsabilidade pela desordem cultural vivenciada no país. Ferrenho defensor da miscigenação, portanto, Linhares (1953) destaca na passagem que segue e nas seguintes:

Toda linhagem provem de dois seres. A casta da alma paranaense provirá [...] dessas duas vias: a do Norte e a do Sul ou do centro. A do Norte corresponde o impacto viril, o gesto agressivo que fecunda a alma paranaense, o novo ser paranaense do futuro. Mas há ainda outro aspecto a abordar mais profundamente. O que diz respeito à cultura luso-brasileira. O Norte se antepondo ao sul como centro de resistência e conservação dessa cultura.[...] Quem a conserva e resguarda ali? Os Nordestinos provenientes dos Estados do Norte? Cearenses, pernambucanos, baiano? Não resta dúvida que sejam eles os seus mais legítimos detentores. O denominador comum do mestiço brasileiro, originário da miscigenação das três raças formadoras, por certo que a explica. (LINHARES, 1953, p.131)

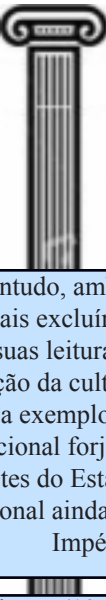
Representações em torno do paranaense e sua raiz luso-brasileira materializam-se portanto, na existência de um povo limpo, ordeiro, trabalhador, construído da união entre os povos. A originalidade ou distinção paranaense em relação às demais regiões brasileiras, consistia nessa união. Homogeneizações étnicas, por sua vez, consistiam em atitudes inconcebíveis para o autor do ponto de vista da cultura nacional. Com base nas qualidades evidenciadas na citação, o paranaense surge, contudo, como original, como sujeito pacífico, dotado de capacidade de viver tanto em uma sociedade de valores extraídos da terra, como também de traços urbanos. O intelectual assim definia o homem

paranaense: mistura, sem deixar de ser brasileiro. Com essa postura, nega a tese de Wilson Martins, também expoente da proposta paranista naquela conjuntura, ao qual delega ao português papel fundamental para o desenvolvimento histórico econômico do Estado. Tal constatação genérica reforça também a tese proposta por Souza (2002), que destaca o paranismo como um projeto identitário não homogêneo.

Argumentando em favor das diversidades, portanto, Temístocles Linhares vê com positividade a conjunção de diferentes culturas para o processo de construção do Paraná e de seus traços de regionalidade. Para ele, valores universais, nacionais e locais expressam a singularidade ou variedade regional.

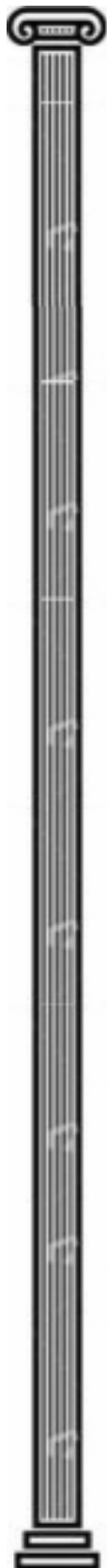
Tais falas autorizadas colocaram em evidência singularidades locais, numa década em que o discurso do progresso não foi só local. Assim, nos anos 1950 e seguintes, nos quais houve mudanças significativas nas feições territoriais do extremo-oeste paranaense, definições psicológicas e sociológicas em torno do propalado homem paranaense buscavam cunhar um sentido para a identidade paranaense comparando épocas, evocando a expansão, desenvolvimento e o caráter civilizador de suas gentes.

Contrariando as bases do movimento paranista do período, que propunha integrar grupos migrantes e imigrantes no desenvolvimento do Estado a historiografia que se origina da (re)ocupação do extremo-oeste do Estado retira do processo sujeitos sociais reconhecidos pelo estereótipo sem origem. Centra-se em um tipo humano advindo do caldeamento étnico que afirma uma dada tradição etno-cultural ítalo e teuto-brasileiras, a exemplo da gama de dispositivos de propaganda utilizados pelas colonizadoras conforme visto no capítulo anterior. Segundo a linha de raciocínio estabelecida pelo paranismo estabelecido na década de 1950, através de seu expoente Linhares (1953):



Contudo, ambos intelectuais excluíram de suas leituras a contribuição da cultura africana a exemplo da história nacional forjada nos limites do Estado Nacional ainda no Império.

Para Linhares (1953), práticas de seleção étnico: “colorações teuto-brasileiras,” “tons ítalo-brasileiro,” “polonesa”, ou “sírio-brasileira”, dentre outras, representavam uma forma de imperialismo cultural. Esse tipo de dominação concorria, segundo o autor, para o silenciamento das diferenças no interior do próprio grupo. Haja vista que em suas práticas cotidianas da vida familiar, do lazer, das práticas religiosas, as populações migrantes manifestam determinadas particularidades. Segundo as palavras de Linhares (1953, p. 23): “A formação do Paraná, possuía, assim, um “sentido criador” que não se fundava “somente” no pitoresco da côl local”, mas desenvolvia-se e avigorava-se em conjunto, ainda que sob forma experimental.” (LINHARES, 1953, p. 23)



Os paranistas, [...] convidam todas as etnias para assumir o destino do Paraná, esforçando-se em não privilegiar certos valores étnicos, tal como acontecia nos demais Estados brasileiros, mas agregando a todos, com suas peculiaridades religiosas, linguísticas e de costumes, forjando uma noção de regionalismo totalmente diferente das demais existentes pelo Brasil. (LINHARES, 1953, p. 23)

Assim, ignorando o esforço de aproximação entre todos aqueles que deveriam compor a sociedade paranaense, o oeste paranaense vivencia a emergência de um esforço em determinar uma cultura originalmente local, forte o bastante para significar a região.

Enquanto parcela da intelectualidade paranaense, entre as últimas décadas do século XX e as primeiras do século XXI, a exemplo de Temístocles Linhares, que sonhava com a criação de uma identidade similar à bandeirante, agentes envolvidos no processo de construção da historiografia regional extremo-oeste paranaense também recorrem a tal expediente. Na busca pelos legítimos filhos da brasilidade, ambos os projetos compartilharam, ainda de um fio condutor comum: o ideário da modernidade como uma narrativa legitimadora para o progresso do Estado. Como prática e como um modelo de pensar, esse último fundamentará, nesses dois casos, os princípios da conduta da vida e das experiências dos sujeitos envolvidos nesses processos.

Associado ao imaginário construído em torno do território extremo-oeste paranaense, cria-se um imaginário em torno da categoria colonizador, termo que no contexto de (re)ocupação, associa capacidade criadora de empresários e expressiva mão-de-obra agrícola sulista. Ainda que nem todos lá radicados obedecessem ao modelo

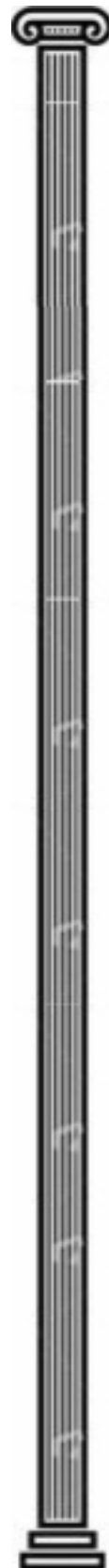
ideal das empresas de colonização, o trabalho aparece como categoria redentora e unificadora do território. Esse sujeito surge como um herói que constrói uma nova sociedade oposta ao estrangeirismo lá imposto no século XIX e início do século XX. Na direção de tais raciocínios, pretende-se agora salientar linhas interpretativas que têm norteado algumas reflexões em torno do tema da ocupação regional. O intuito do texto será o de estabelecer alguns parâmetros e enlaces que evidenciam a intertextualidade de elementos que sustentam visões do regional.

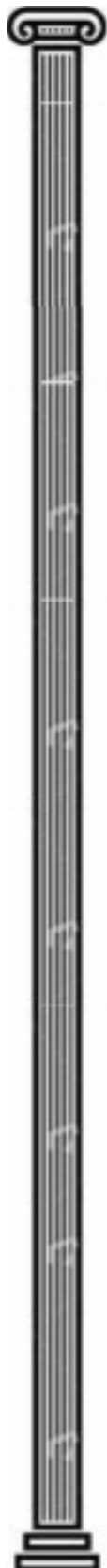
É necessário ressaltar novamente que a região extremo-oeste paranaense foi palco de atuação de empresas estrangeiras que, no século XIX, utilizavam portos de navegação construídos às margens do rio Paraná. Até esse período, o espaço geográfico da região fora de domínio espanhol iniciado ainda no século XVII. Por meio da província do *Guairá* e da atuação jesuíta, a coroa espanhola expande domínios construindo nesse espaço mais de uma dezena de reduções.

O referido *Guairá* missioneiro, nas palavras de Shallenberger (1997) consistia em um espaço “[...] densamente habitado por parcialidades indígenas, com predominância absoluta dos Guarani [...] configurou-se numa área de confluência de dois colonialismos internos: a expansão do núcleo de povoamento espanhol de Assunção e a projeção paulista”.(SHALLENBERGER,1997, p. 18)

Tal ocupação regional fundada em bases econômicas em cima da exploração da mão-de-obra indígena teria feito do *Guairá* um espaço de fricção interétnica permeado por conflitos sócio-econômicos. Conforme destacado por Shallenberger (1997)

Os colonos foram progressivamente se abandonando, através do regime da encomenda, das terras dos índios e dos próprios índios, explorando-os





no serviço pessoal. Por outro lado os paulistas projetaram sobre o Guairá os seus interesses econômicos em função da abundância da mão-de-obra disponível, que começaram a recrutar e vender para a agroindústria do litoral brasileiro. [...] Por causa da resistência dos índios, os colonos e paulistas foram obrigados a enfrentá-los para salvaguardar os seus interesses econômicos. (ibidem, p.20)

Ao governo paranaense coube, entretanto, a prerrogativa de conceder terras, cuja produção era exportada para o Paraguai Argentina e Uruguai. Saatkamp (1984), a exemplo de outros pesquisadores que se debruçaram sobre o tema, destaca que a faixa de terra à margem esquerda do rio Paraná foi, paulatinamente, ocupada por empresas estrangeiras que exportavam erva-mate e madeiras nativas da região. As formas de ocupação apresentadas pela historiografia sobre o momento da que antecede a colonização priorizaram uma abordagem comum no que se refere ao processo produtivo extrativista *obragero*. Conforme observado por Saatkamp (1984),

[...] a região oeste paranaense, mais especificamente as terras hoje rondonenses, localizadas à esquerda do rio Paraná, eram ocupadas por companhias estrangeiras que exploravam de forma legal ou ilegal a erva-mate e a madeira. (SAATKAMP, 1984, p. 13)

A partir desta abordagem, constrói-se uma divisão da história daquela fronteira em fases. A primeira delas compreende, com mínimas variações, os anos entre 1900 e 1946. Conforme Silva (1988), essa primeira etapa, “pré-colonizatória”, compreenderia o “tempo do sertão inóspito”, área cobiçada pelos “invasores” estrangeiros.

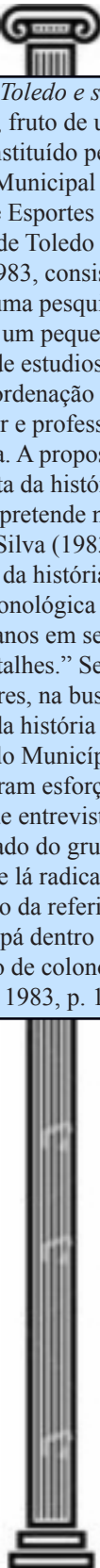
Nesse período: “subindo e descendo rios e arroios, homens brancos de outros países estabeleceram no sertão inóspito do oeste *obrages* e pousos de caráter transitório, como se tratasse de acampamentos ciganos.

Nessa fase pré-colonizatória o autor exalta a natureza e suas extensões. Segundo o entendimento de Silva (1988),

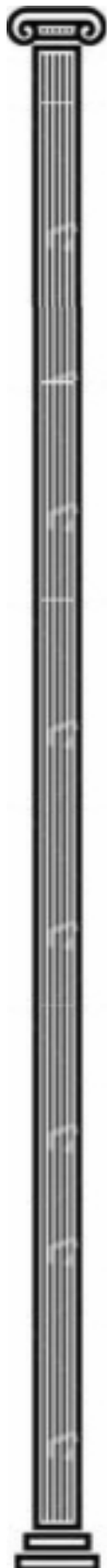
[...] o bonito horizonte dos cálices de araucárias e demais coníferas, vai sucedendo sombrio de uma floresta semelhante à da Mata Atlântica repleta de enormes ipês, (também chamados lapachos) altas perobas, cedros, canafistulas, paus-marfim, e outra espécimes, alguns com troncos de três, quatro e mais metros de circunferência. (SILVA, 1988, p. 19)

Essa visão indica que, até a década de 1940, os paranaenses não haviam tentado nenhuma penetração no oeste paranaense, concorrendo para o completo isolamento do restante do país. Como nota Reginato (1979), “[...] explorado depredatoriamente pelas companhias que extraíam erva-mate e madeiras, o Oeste paranense permanecia até então praticamente desconhecido e despovoado”. (REGINATO, 1979, p. 35)

Conforme a leitura acima, essa etapa caracterizava-se pelo extrativismo. Processo esse que se teria iniciado com a instalação da *Companhia de Madeiras Del Alto Paraná*. Tratava-se de uma empresa inglesa sediada na cidade de Buenos Aires, a qual adquiriu a área de terras denominada Fazenda Britânia que atualmente compreende municípios tais como Marechal Cândido Rondon, Toledo, Quatro Pontes, Nova Santa Rosa, bem como área significativa do Município de Palotina. Estudos de Saatkamp, (1985) Silva (1988), e Colodel (1988), enfatizam, nessa fase que antecede a colonização, os processos de exploração de



A obra *Toledo e sua História*, fruto de um projeto instituído pela Secretaria Municipal de Cultura e Esportes do Município de Toledo no ano de 1983, consiste em uma pesquisa envolvendo um pequeno grupo de estudiosos sob a coordenação do escritor e professor Oscar Silva. A proposta dessa escrita da história regional pretende nas palavras de Silva (1983): “trazer à luz da história a verdade cronológica de fatos toledanos em seus mínimos detalhes.” Seus idealizadores, na busca pelo retrato da história da colonização do Município não pouparam esforços na coleta de entrevistas sobre o passado do grupo migrante lá radicado pelo trabalho da referida empresa Maripá dentro do próprio grupo de colonos. (SILVA, 1983, p. 12)



mão-de-obra estrangeira, os proprietários dessas empresas, os portos, a violência sofrida pelos *mensus*, trabalhadores paraguaios apresentados sempre na condição de vítimas da lógica de trabalho predominante. Esse encaminhamento sugere que a redenção do território ocorre à medida em que se extinguem as *obrages*. Essas, teriam feito da região, durante muito tempo, uma “terra de paraguaios,” um território “desintegrado”. Nessa ótica, é preeminente o discurso de Venilda Saatkamp ao dar ênfase a existência de “verdadeiros impérios” estrangeiros na região.

Silva (1988), por sua vez, expressou com propriedade sensações de descoberta.

Vamos a Santa Catarina, vamos ao Paraná, vamos ao Oeste.  
Lá existe terra sobrando.  
Lá existem matas ainda virgens à nossa disposição.  
Lá existe tudo para recomeçar a vida.  
(SILVA, 1988, p. 52-53)

O discurso sugere que o evento teria cumprido seu desígnio marcando os limites entre o passado e o futuro da região. Há de se destacar ainda, que perspectivas como essas valorizavam a atuação das empresas de colonização, delegando a elas o estatuto de protagonistas da descoberta da região. Conforme aponta Colodel (1988):

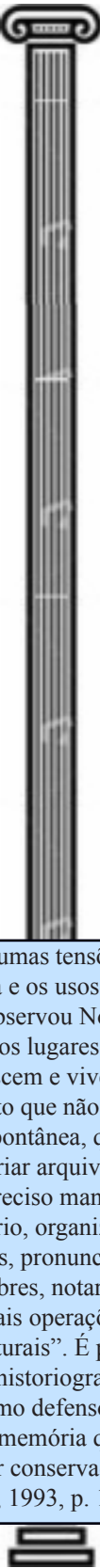
O mundo oficial que o havia ignorado começou a sentir a existência do oeste e o Governo do Paraná mandou para cá o Tenente MP Gregório Rezende, com o objetivo de “nacionalizar” a região de Guaira, ao mesmo tempo em que nomeava o prefeito de Foz do Iguaçu [...] Esses dois representantes do governo estadual, [...] passaram a distribuir jornais de Curitiba entre todas as repartições públicas e entidades civis, buscando iniciar e manter contato da população oestina



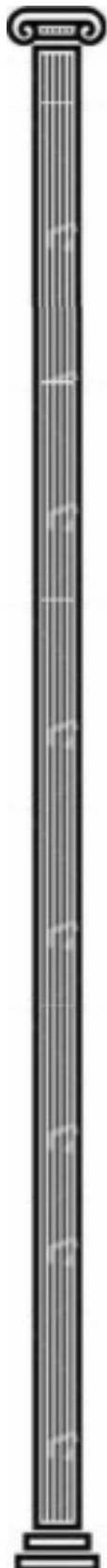
com os civilizados da capital do Estado. (COLODEL, 1988, p. 52)

Percebe-se que tais abordagens estiveram claramente preocupadas em explicar e construir o sentido da história da colonização do oeste paranaense. Em linhas gerais, na busca por esse sentido, criaram uma ordem cronológica para explicar o processo de (re)ocupação da região que pode ser resumido da seguinte maneira: a partir da década de 1940 até os anos 1960, a mão-de-obra que ali vivia, cede lugar aos colonizadores. Esse processo teria ocorrido, a partir da fundação de pequenas cidades, a saber: Toledo, no ano de 1951, Palotina, na data de 1953 e posteriormente, Marechal Cândido Rondon, em 1961. O território, conforme essa visão de história regional foi ocupado, por pioneiros de origem (italo-germânica) dedicados à agricultura. Os caboclos e paraguaios, por sua vez, não tiveram espaço nessa historiografia.

De muitas maneiras a historiografia regional vê nessa fase colonizadora a superação do vazio e do estrangeirismo a que a região estava relegada desde o período imperial. As dimensões da história da ocupação do período anterior à década de 1970, sobretudo, sublinham um campo complexo, ainda pouco estudado sob o ponto de vista da multiplicidade dos sujeitos e das suas práticas que lhe são constituintes. Essas versões historiográficas possuem ainda, uma grande preocupação com questões em torno da constituição do perfil da população e com as diversas camadas da memória que concomitantemente somaram-se em torno. E, por mais que seja difícil classificar tais empreendimentos, o discurso historiográfico tece um forte apelo social na difusão de história regional, persistindo uma luta pela classificação de uma memória oficial na e para a região de rica experiência, mas que suprime ou silencia outras memórias esparsas.



Acerca de algumas tensões entre história e os usos da memória observou Nora (1993): “os lugares da memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversário, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas porque tais operações não são naturais”. É por isso que essa historiografia se coloca como defensora de uma memória que precisa ser conservada. (NORA, 1993, p. 13)



Estas contribuições estão amparadas na noção de que “[...] há locais de memória porque não há mais meios de memória”. Em outras palavras também observou que “[...] fala-se tanto da memória porque ela não existe mais.” (NORA, 1993, p.7). Os lugares da memória compreendidos pelo autor baseiam-se, por sua vez, em uma noção de memória perdida, recuada por certo movimento, certa aceleração da história. Nesses termos, podemos dizer que a historiografia rememorativa do processo colonizador será divulgada em um esforço de preservação das memórias específicas dos colonizadores sulistas. Para além dos lugares da memória enfocados por Meneses (1992):

[...] casas de memória, centros, arquivos, bibliotecas, museus, [...] publicações especializadas (até mesmo periódicos), cada obra será multiplicada como um dos lugares da memória local e contará com força política e como reconhecimento do público. (MENESES, 1992, p. 9)

Para Le Goff (1996), tal construção da história,

[...] que fermenta a partir do estudo dos lugares da memória coletiva. Lugares topográficos, como os arquivos, as bibliotecas, e os museus; lugares monumentais como os cemitérios ou as arquiteturas; lugares simbólicos como as comemorações, as peregrinações, os aniversários ou os emblemas; lugares funcionais como os manuais, as autobiografias [...] têm sua história. Mas não podemos esquecer os verdadeiros lugares da história, aqueles onde se deve procurar [...] os criadores. (LE GOFF, 1996, p. 473)

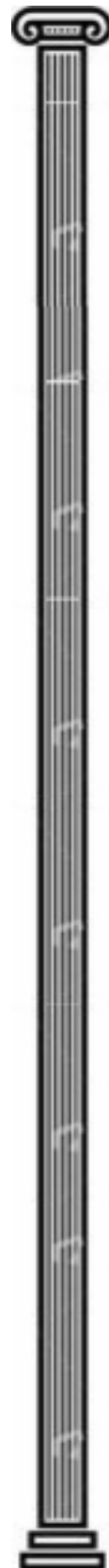
No estudo do regional em questão, os artifícios de preservação de determinadas memórias, não só silenciam

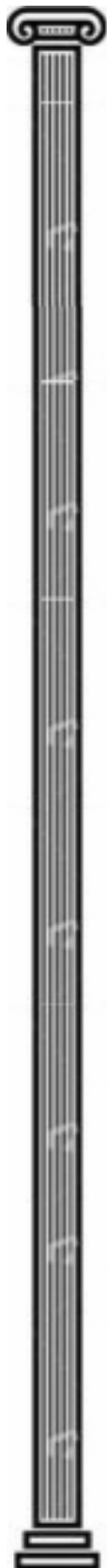
como também demarcam a existência de um universo de memórias produzidas no tecido social silenciadas pela memória oficial em torno da colonização. Não obstante, outra abordagem recorrente nessa produção historiográfica destaca o conceito colonização. A colonização seria, segundo as proposições de seus intérpretes, um movimento autoconstituído no interior do projeto nacional ancorado no domínio do minifúndio familiar.

Tal perspectiva aborda a defesa de uma realidade dada pelas empresas colonizadoras como um modelo. Geralmente pontua-se o espaço projetado como um grande empreendimento colonizador, vendo nele a via possível ao progresso regional. Ou ainda enfatiza-se a pequena propriedade agrícola, característica das novas cidades nascidas do projeto colonizador empresarial. Acrescenta-se a isso o heroísmo de desbravadores, conforme corroborado por Saatkamp (1985). Segundo palavras da autora:

A história de Marechal Cândido Rondon está ligada ao Projeto de colonização da Firma MARIPÁ. [...] Willy Barth recebia os novos colonos, mostrava-lhes as terras, acompanhava-os durante dia e noite, cantava com eles para expulsar o cansaço, a tristeza e a saudade. Foi administrador muito seguro e como colonizador deu exemplo de colonização e modelo de Reforma Agrária. (SAATKAMP, 1985, p. 14)

Ressaltamos a não discordância entre os enfoques de Venilda Saatkamp, Augusto Colodel (1988) e Oscar Silva (1988) quanto à ocupação da região e à importância dada às empresas Maripá e Pinho e Terras Ltda. Em toda essa produção, a colonização era assim definida, com mínimas variações. Tratava-se de uma colonização planejada a partir de padrões e condições econômicas racionais, as quais,





depois de decidida a estrutura fundiária, tanto no campo quanto nos núcleos populacionais, passavam a cogitar o sistema de cultura agrícola mais aconselhável. Segundo Silva (1988), para isso adotaram-se os seguintes princípios.

- a) objetivar principalmente a estabilidade agrícola da região, de sorte que o Oeste se transformasse no celeiro do Paraná;
- b) seguir a lição do Rio Grande do Sul na prevenção contra as calamidades climáticas, [...]
- c) com esse objetivo, e essa prevenção, o certo seria adotar o sistema da policultura. A Maripá não tinha dúvidas, tinha certeza de que só a policultura faria do oeste o celeiro do Paraná. e isso naquela época era pura verdade. (SILVA, 1988, p. 87)

As análises enfocadas pelos autores supracitados, encontram semelhanças quanto à imagem construída em torno de empresários que levaram adiante o empreendimento de (re)ocupação. Entretanto, em muitos casos as empresas colonizadoras são apresentadas como entidades responsáveis pelo desenvolvimento daquela história regional e os proprietários, por sua vez, são reconhecidos como sujeitos do processo de transformação daquele espaço-região. Por sua vez, Pawelk (1970) considera tais proprietários, “verdadeiros” detentores da paternidade do local:

A Firma Maripá. O mais conhecido representante é o Senhor Willy Barth. Desde a fundação da Firma foi realizado o plano [...] trazer imigrantes colonizando assim as terras, que são as melhores terras para a agricultura do Brasil. O papai dessa colonização então ficou o Sr. Barth, que lutou desde o início contra a mata virgem, sofreu o isolamento dos pioneiros com a civilização e combateu as

picadas das m<sup>o</sup>scas, principalmente do “borrachudo” a ardência do carrapato, a falta de alimentação adequada. (PAWELK, 1970, p. 24)

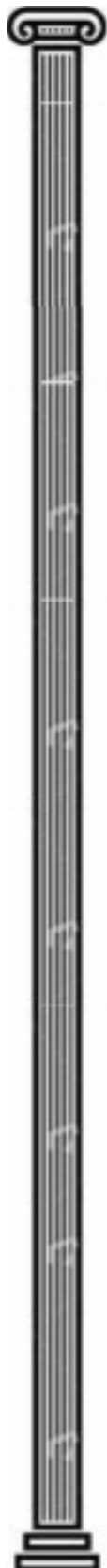
Pedro Reginato, por seu expediente, assegura para a empresa Pinho e Terras Ltda o estatuto de mentor da ocupação regional e, conseqüentemente, a seus dirigentes, a representação de sujeitos da história extremo-oeste paranaense. Conforme apontado por Reginato (1979):

Nessa área de 25.310 alqueires, foi projetada a cidade de Palotina então longe de Toledo 66 Km, e hoje distante apenas 54, dividida em lotes urbanos, vastos logradouros públicos e praças, ruas complementares arborizadas, igreja, hospital energia elétrica e até água encanada. As terras rurais foram divididas em lotes de 10 alqueires paulistas e assim, transformou-se um latifúndio improdutivo em pequenas e florescentes propriedades rurais. (REGINATO, 1979, p. 40)

O autor recoloca a posição da Colonizadora como fundamento para superação de dificuldades materiais de levas migratórias advindas do sul do país, sobretudo porque lhes teria oportunizado um chão mais promissor

O texto de Reginato (1979), comemorativo aos 25 anos de fundação do Município de Palotina, teve apoio do governo municipal da localidade. Amplamente distribuído junto às escolas, ainda hoje, a exemplo da obra citada anteriormente, serve como eixo explicativo da história da colonização da região e, portanto, da cidade, junto aos bancos escolares. Seu autor, pertencente aos quadros da Congregação Palotina, grupo religioso que esteve à frente do empreendimento imobiliário colonizador da companhia Pinho e Terras Ltda, na mesma direção do texto anterior, também lança mão de fontes eclesiais, orais, e documentos municipais a fim de dar substrato de verdade aos acontecimentos narrados da história da municipalidade. Em *História de Palotina* destaca-se espírito de pertencimento e noção de comunidade religiosa católica do grupo colonizado. Em acontecimentos locais abordados a partir de um corpo temático e cronológico dividido em dez capítulos, o referido texto representa a tentativa de apreender a historicidade do espaço-região Palotina em uma leitura de longa duração.





para que nele produzissem, enriquecessem e fizessem pulsar a nação. O sentido delegado por esse intérprete regional sugere uma marcha patriótica e humanitária pela construção da nação naquele espaço. Para esse religioso da Congregação Palotina, a colonização teria ainda, um sentido profundamente místico. Foi qualificado como um movimento levado a cabo por uma comunidade cristã. Seguindo esse entendimento, o grupo estaria em busca de melhores condições sócio-econômicas. Contudo, possuíam uma fé clara, e definida. Para Reginato, (1979), atributos como esses, tiveram grande efeito atrativo junto a grupos de “[...] amigos, parentes, vizinhos que comungavam da mesma fé”. (REGINATO, 1979, p. 106)

A presença de um discurso conciliador entre o planejamento colonizador e as intencionalidades do grupo de colonos, associado ao privilégio dado às fontes empresariais, deixaram as referidas interpretações cativas de intenções planejadas das empresas. Ademais, tais perspectivas articulam velho e novo. Ou seja, percorrem histórias de cidades, enfocando origens, fundação e atitudes heroicas de desbravadores.

Por sua vez, as discussões contidas nos trabalhos de Venilda Saatkamp, Augusto Colodel e Oscar Silva não assinalam para ações intervencionistas na vida colonial. Por sua vez, a formação do regional sugere um curso natural de um futuro promissor que parecia estar reservado ao espaço. O recurso da fonte oral, por seu turno trata de destacar motivações da migração, necessidades, espaços de lazer e sociabilidade, o tempo do trabalho e do ócio, dentre outras. Contudo, determinadas lembranças do passado capturadas pela historiografia em relevo, invocam das memórias do grupo relações com a terra, o trabalho e sentidos de comunhão do grupo. Nessa trilha de discussão, os textos procuram recompor a imagem de um passado mítico, como um modelo, ou protótipo da realidade vivenciada pelos

sujeitos nas primeiras décadas da colonização vivenciada no extremo-oeste paranaense. Conforme a entrevista destacada por Reginato (1979):

Nós, depois de uns anos, continuamos a derrubar mato, para fazer pastagem. Porque cinco alqueires de roça a braço, já é quase demais para uma família. Eu derrubava o mato, queimava na cinza plantava ou semeava capim colonião, ou junto do milho. Quando ia colher o milho carregando os balaíos nas costas, no meio da galharada, já o capim tinha dois metros de altura. Aí podia engordar o gado. Fui criando porco e gado [...] e com a mecanização fui acabando com o gado. [...] Naquele tempo foi muito bom. (REGINATO, 1979, p, 70)

Veja-se a entrevista transcrita na obra História de Palotina de autoria do pároco Pedro Reginato, reconhecido como sujeito que escreveu a história da localidade de Palotina.

Diante da utilização de lembranças, por parte dos textos destacados no capítulo, é importante ainda atentar que cada recordador, ao tecer suas lembranças vividas, também trabalhou no processo de construção regional, pois como explica Chauí (1987): “ [...] lembrar não é reviver, mas re-fazer, é a reflexão, compreensão do agora a partir do outrora; é sentimento, reaparição do feito e do ido, não sua mera repetição.”(CHAUI, 1987, p. XX) Tal processo de elaboração identitária, ocorre por sua vez, de modo individual e também social. Conforme expôs a autora, o trabalho de lembrar é social e individual, o grupo transmite, retém e reforça as lembranças, mas o recordador, ao trabalhá-la vai paulatinamente individualizando a memória comunitária e, no que lembra e como lembra, faz com que permaneça aquilo que tem significado para o sujeito.

Durante a década de 1950, período de promessas de uma economia forte, surgem muitos estudos sintetizando esse otimismo. Para Bernardes (1950), o extremo-oeste paranaense expressa o progresso: “a oeste, no sertão do rio



Paraná; até há bem pouco tempo desabitada a não ser nas margens do grande rio e ao longo das vias de penetração.” (BERNARDES, 1950, p. 57)

Westhpalen, Machado e Balhana (1968) sintetizaram tal percepção com acréscimos:

De modo geral, permaneceu o Oeste paranaense [...] até a década de 1940, quando novo impulso foi dado à colonização, praticamente em estado de abandono [...] Não havia mercado, nem transporte, não havia, pois razão de maior interêsse ou procura da terra, muito menos pela disputa do domínio pleno. (WESTHPALEN et all, 1968, p. 14)

Explicações desse gênero são recorrentes e foram evidenciadas em capítulos anteriores. De qualquer modo, levaram Mota (1993, 1994) a destacar que geógrafos da década de 1950, produziram amplos mapas repletos de espaços vazios. Concordando com Mota (1993) nessa perspectiva,

[...] alimenta um conceito de natureza externa à sociedade, à espera de ser possuída. Assim, o norte e o oeste paranaense, da metade do século XIX em diante, com suas florestas, campos, rios, rochas, terras roxas, climas amenos, aguardariam a sua internalização no processo de produção da sociedade industrial moderna. (MOTA, 1993, p. 2)

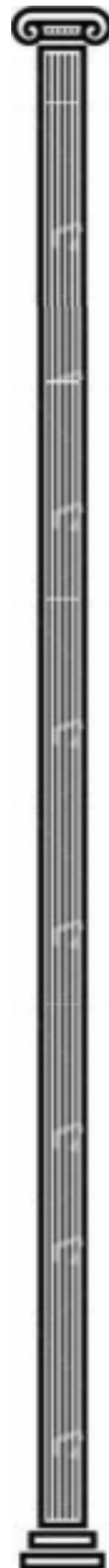
É preciso, contudo, perceber que na historicidade construída pela produção historiográfica, coloca-se em pauta a busca por traços distintivos do regional. A construção histórica, centrada nas ações territorializadoras do Estado e na posterior captura mercantil por empresários

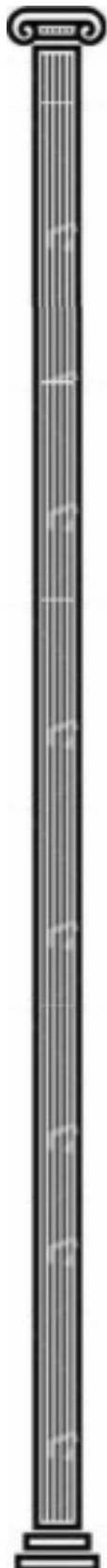


colonizadores, tal como evidenciada, expandiu-se pela historiografia oeste paranaense já desde os anos 1970. Nos anos 80, ela surge apoiada já em metodologias mais apuradas conforme os moldes propostos em Saatkamp (1989):

Roteiro de abrangência cronológica, enfoca a situação histórica situada a partir de 1900, início das primeiras Companhias Exploradoras e Portos de Embalse, o surgimento da Industrial Madeireira Colonizadora Rio Paraná S/A ( Maripá) responsável pela ocupação e colonização do município e o nascimento de agrupamentos e vilas. O direcionamento da pesquisa segue [...] uma linha evolutiva no que concerne à época inicial das companhias exploradoras, da colonização empreendida pela Maripá e a constatação do contexto histórico cultural e social em que se insere o município nos dias atuais. Levantamento das fontes seguindo o método de coleta, organização e análise e interpretação dos dados. Técnica da história oral respeitando o falar e o sentir dos pioneiros. (SAATKAMP, 1989, p. 11)

Tal metodologia guarda sutis relações com a produção de painéis de um passado que traz a marca de vezes nitidamente regionalistas. Apoiados em conclusões do historiador paranaense Wachowicz (1987) historiadores do oeste a exemplo de Saatkamp (1985), Colodel (1988) e Silva (1988), fabricaram um conjunto de obras que colocam em relevo a região do Paraná como uma causa, e até mesmo, para alguns, como objeto de reverência. As publicações foram, portanto, escritas sob uma perspectiva muito precisa: a existência de colonizadoras privadas. Entenderam a presença de frentes de expansão pioneiras





como um processo sócio-espacial forjado naturalmente, ignorando ações do poder público, por exemplo. Não há como negar a vitalidade da imagem do bandeirante na condensação narrativa da história do povoamento ocidental do Brasil. Nesse caso, quando se recoloca a figura do pioneiro como bandeirante moderno, representação construída por Cassiano Ricardo durante o Estado Novo como prolongamento de um intenso trabalho de construção da figura do herói colonial, a maior parte do tempo, o que se faz é realimentar o mito da conquista para esse oeste do país.

Os autores que durante as décadas de 1970 e 1980 publicaram os primeiros trabalhos sobre a região expressaram com notável clareza essa perspectiva, tanto em seus conteúdos genéricos como nos seus aspectos propriamente relacionados com as representações do bandeirante. Reginato (1997) tece bom exemplo dessa imagem:

Desejo atestar que estes irmãos fizeram deste chão inóspito e selvagem, um campo ininterrupto de trabalho honrado, [...] Estes patrícios, empenhados em melhorar a produção agrícola, reforçaram-se em corrigir velhos erros, herdados de uma agricultura empírica, e nutrem esperanças de legar as seus descendentes uma terra sempre fértil e dadivosa. (REGINATO, 1997, p. 8)


O trabalho historiográfico cria ausentes, faz, de sinais dispersos na memória local, vestígios de realidade histórica. Escritas por médicos, padres, jornalistas, e professores, em sua maioria, as leituras do regional analisadas obtiveram apoio institucional. Lançadas como obras comemorativas referentes a aniversários de emancipação política de municípios comumente são utilizadas como textos de

referências para pesquisas escolares que têm como foco a história regional extremo-oeste paranaense. Essa historiografia ao se propor resgatar a história local, faz de pequenas cidades germes da história regional que cada autor em particular queria construir.

Com tais digressões abrimos o foco de análise para a produção historiográfica realizada por brasileiros radicados no extremo-oeste paranaense a fim de compreendermos como os diferentes processos discursivos históricos ressaltados nos capítulos anteriores se relacionam-se ao discurso historiográfico que analisaremos nesse item de capítulo. Nesse sentido, restringir-se-ão a padrões de caracterização da história local a partir da historiografia das cidades. A reflexão se debruçará em profundidade nas obras de autoria de Pawelk (1970) Reginato (1979), Saatkamp (1985) e Silva (1988), autores esses que viam a si mesmos como integrantes desse processo de construção regional.


*Desafios lutas e conquistas: a história de Marechal Cândido Rondon*, estudo monográfico, fruto do Projeto Memória, desenvolvido em municípios situados no extremo-oeste paranaense, integra um esforço mais amplo no entendimento da história regional extremo-oeste paranaense. Destacam-se nessa e nas demais interpretações, depoimentos e fotografias da cidade, cujo nome está estampado no título da obra. Valorizam-se ainda os primeiros anos da fundação daquele espaço-cidade, o trabalho de migrantes na terra, transformações no traçado urbano, festas, espírito de comunidade e religiosidade do grupo. Enfim, saudosismo do passado mítico como um dos sentidos do regional.

O coletivo dos autores referendados configura uma elite cultural, segmento esse que tem como uma de suas marcas características um vínculo pessoal ao espaço região extremo-oeste paranaense. Pawelk (1970) Reginato (1979), Saatkamp (1985) e Silva (1988), destacam-se por



Cabe ressaltarmos as condições sociais em que tal discurso historiográfico foi produzido e quem foram esses intérpretes do regional. *Ficando Rico no Oeste do Paraná*, encerra, no título, a imagem de uma terra que guarda a possibilidade de enriquecimento para aqueles que ali se propunham a trabalhar com afinco. Nela, Jochen Pawelk, pároco da Comunidade Evangélica Luterana Martin Luther, situada no Município de Marechal Cândido Rondon, compilou uma série de informações históricas sobre a cidade, mas, sobretudo, sobre a comunidade religiosa pela qual era responsável, na nítida busca de salvaguardar a memória do grupo religioso e reafirmar suas origens a partir da inserção na história da cidade.

Essa obra foi desenvolvida pelo Projeto Especial Multinacional de Educação - Brasil - Paraguai - Uruguai - MEC/OEA, por intermédio da ASSOESTE, Associação Educacional do Oeste do Paraná. Obteve ainda, a colaboração técnica da Fundação de Integração, Desenvolvimento e Educação do Nordeste do Estado - FIDENE - Ijuí/RS. A proposta do projeto destacava a necessidade do resgate da memória regional a partir do enfoque de histórias municipais.



ocuparem posições de prestígio e, são conhecidos e (re) conhecidos, senão pelo conjunto da sociedade, por outras elites, seja pela sua descendência, seja pelas funções que exercem e ou filiação institucional. Em particular, o fato de produzirem obras enquadrando a memória da coletividade, e, sobretudo, a memória individual de cada autor, concorreu tornar o grupo distinto da população e dos demais grupos de elite circunscritos na sociedade. Cabe ressaltar, entretanto, que a definição de cada grupo-elite depende dos valores que representam ou poderes que exercem. Em cada livro forjaram-se símbolos que estabelecem relações com o mundo social, posto que, impõem imagens e criam legitimidade originada da experiência histórica do grupo de migrantes radicados dos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Contudo, a elite cultural apresenta o arranjo de seu capital cultural simbólico na ordem assim expressa: reconhecidos socialmente pelos seus feitos ou pelos feitos do grupo ou instituição a que pertencem (religião) assim como pela descendência (alemã e italiana). Não obstante, Saatkamp (1989) e Silva (1988), apresentam a composição de seu capital cultural fundamentados em um saber especializado, diferenciando-os dos demais autores que acrescentam ao seu capital cultural o capital simbólico religioso.

A especificidade cultural e pública do coletivo dos autores assenta-se, em diversos escritos e na prática docente exercida nas localidades que serviram de palco para suas narrativas. Tais colocações, acrescidas da análise de atributos estabelecidas pelos autores, narradores de prefácios, apresentações, e introduções presentes em cada obra, conferem aos primeiros, o conceito historiador diletante. Conforme conceitua Diehl (1988), “o historiador diletante é aquele que constitui o passado tornando-o história, sem formação específica. Mesmo sem essa formação acadêmica,

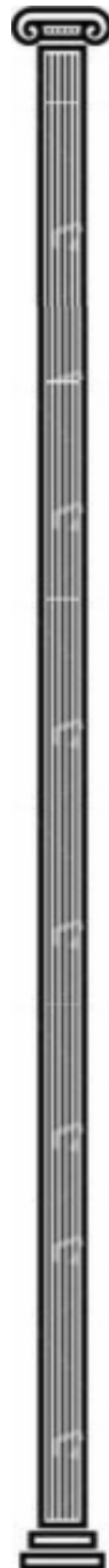
Oscar Silva atribui a si predicados tais como escritor, professor e pesquisador. Cf. texto introdutório e legenda destacada na foto do autor na última página do livro.

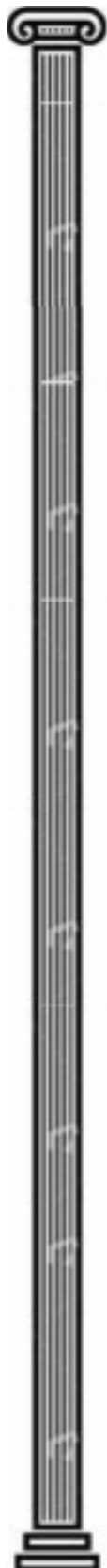
seu papel é fundamental na medida em que trabalha com vocação política”. (DIEHL, 1988, p. 15)

Historiadores diletantes caracterizam-se, portanto, no engajamento na defesa de uma história regional como uma causa, e, em especial, os autores arrolados possuem tal característica posto que apelam ao passado para esquadrihar sua própria legitimação. Outra característica de tal produção reside no fato de que o grupo não possui formação específica em história, contudo, teceu suas interpretações com apego político ao lugar, a descendência familiar, aos propósitos das instituições a que estava filiado no esforço de compreender a trajetória de sua própria identidade. A opção pelo conceito forjado por Diehl (1988), encontra ainda, respaldo no caráter coletivo dos livros traçados no contexto de (re)ocupação regional.

As obras referendadas enquanto construções de natureza coletiva nos remetem ainda a Bourdieu (1989) acerca do poder da narrativa: “o autor [...] ao dizer as coisas e oficialmente, ele subtrai-as ao arbítrio, sanciona-as, santifica-as, consagra-as, fazendo-as existir como conforme a natureza das coisas naturais” (BORDIEU, 1989, p. 114). Na mesma direção Baczo (1986) motiva-nos a refletir a respeito da relação existente entre produção historiográfica e imaginário social, como componente importante do exercício de autoridade, quando destaca: “através dos seus imaginários sociais uma coletividade designa a sua identidade, elabora uma certa representação de si estabelece a disposição de papéis e das posições sociais, exprime e impõe crenças comuns, constrói uma espécie de código de bom comportamento, [...]” (BACZCO, 1986, p. 311).

A partir do pressuposto acima estamos diante de textos que resultam do confronto de concepções que sujeito e sociedade fazem de si no momento em que cada obra foi produzida. Articuladas a um vasto campo de relações políticas e sociais, refletem, por um lado, posições ocupadas





por seus autores no campo da produção, por outro, o mercado para o qual foram produzidas. Apoiadas financeiramente por órgãos municipais, funcionaram em seu contexto de produção como porta-vozes das ideias do grupo com o qual estavam comprometidos. Explica-se, portanto, o destaque a personalidades políticas locais, regionais e acontecimentos que marcam ícones do progresso. Outro recurso utilizado pelos autores na fundamentação dos textos, conforme veremos, foi o uso de suas experiências individuais como integrantes do grupo etno-cultural sulista radicado naquele espaço regional. Essas constatações revelam sujeitos buscando explicações para as origens de uma cultura local, como uma forma de buscar a si mesmos e parte de suas trajetórias de vida. Esses textos, assim construídos funcionam como um recurso de autorrememoração, uma forma de cada autor ver a si mesmo, como ator do processo de construção regional. A esses intérpretes, padres, pastores, professores, coube o papel de apreender o movimento linear e cronológico da trajetória histórica da formação das cidades nas quais residiam na época em que os textos vieram a público e seus sentidos, para torná-las conhecidas e reconhecidas não só às gerações futuras, como também diante das demais cidades paranaenses.

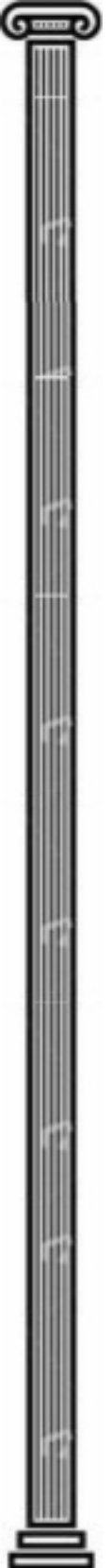
Seguindo as palavras de Reis (2001), cada obra é uma interpretação: “[...] é uma atribuição de sentido ao vivido, se assenta sobre um mirante temporal, um ponto de vista, em um presente – vê-se a partir de um lugar social e tempo específicos” (REIS, 2001, p. 9) Nesse aspecto, são significativas as palavras iniciais de Albino Corazza Neto, então prefeito do município de Toledo, quando da publicação da obra Toledo e sua História.

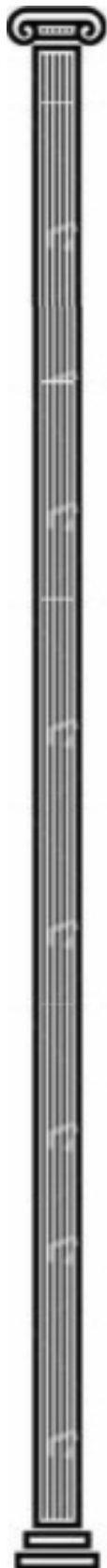
**A história desse Município [...] está escrita nesse livro.** Aqui registramos um passado generoso e profícuo de lutas e conquistas, daqueles que nos

precederam na constituição da história de Toledo, [...] **O resultado** está aqui e **servirá para que nossos filhos e netos** tenham em suas mãos a nossa história, **a história dos pioneiros**. [...] É a grande arrancada no resgate da memória de Toledo. É a dignificação do homem e da cultura do povo da nossa terra. **(destaque nosso)** (*apud* SILVA, op. cit., p. 9 )

A narrativa expressa a articulação entre a memória e a história regional em processo de construção. Recuperar a memória da fundação de cidades representa, segundo tal compreensão, possibilidade de recuperação da historicidade dos sujeitos a elas vinculados através do projeto colonizador privado. Tais imperativos concorrem para a realização da tripla tarefa de reconquista de identidade, afirmação da cultura e edificação de uma memória autorizada. Vale considerar, ainda, que a memória, assim como a história aí construída, constitui-se a partir de um processo de seleção de fatos, elementos e sujeitos. Portanto, o campo da memória construída através da historiografia em questão no texto parte da elaboração de uma verdade histórica, ao mesmo tempo, duradoura e legítima.

A partir desse entendimento, o processo de apropriação do discurso histórico nessas cidades teria ocorrido da seguinte forma: primeiramente a (re)ocupação construiu um terreno propício para a instauração da memória, contemplando os sujeitos e os elementos que seriam perpetuados. Concomitante, a historiografia recorre e incorpora os referenciais de regionalidade que foram elaborados pela sociedade, passando operar alguns silêncios em favor de uma memória que se quer perpetuar. Esse procedimento constrói uma memória que possibilita aos seus leitores re-criarem e re-incorporarem situações





históricas e narrativas de modo que acabam por legitimar o discurso regionalista já instaurado.

No processo de instalação do regional a referida produção historiográfica, ao ser estudada em bancos escolares, realimenta a memória individual e coletiva como uma espécie de procedimento de reafirmação identitária. Nesses estudos, ambas, memória individual e coletiva, aparecem então de forma articulada, ainda que muitas vezes uma se sobressaia em relação a outra. Logo, contribuirão para a construção de um campo da memória pela via da criteriosa seleção de fatos e de elementos do processo histórico, articulando-os num mesmo esquema explicativo. Tem-se nesses estudos sobre as cidades o discurso que se sustenta por uma memória histórica proposta a sintetizar experiências individuais, estabelecendo elementos unificadores que aglutinam a diversidade das experiências pessoais, propondo a aceitação de elementos comuns a todos, ainda que não correspondam à realidade dos sujeitos. Enquanto memórias individuais, tais narrativas historiográficas são detentoras de experiências sociais. Por sua vez, o discurso concebido através das páginas de cada texto, retém poder de organizar socialmente essas experiências, estabelecendo verdades e forjando identidades sociais, lugares, papéis e hierarquias na história regional extremo-oeste paranaense. Diante disso, as obras aqui destacadas funcionam como guardiãs da memória local, a despeito do palco de disputa, que envolve a sociedade em todas as suas dimensões. Essa disputa por identidades implica na eleição de valores a serem seguidos ou negados, mas, sobretudo, em projetos que triunfarão ou que serão derrotados. Muito embora a história territorial extremo-oeste paranaense venha sendo construída através de práticas políticas anteriores à tal historiografia, bem como por atributos tais como sertão, terras vazias, despovoadas, esquecidas, o termo oeste paranaense será cunhado em meados da década de 1930,

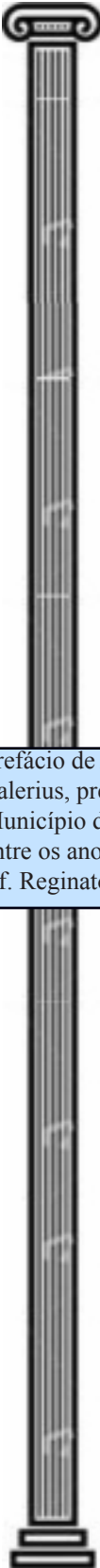


quando da publicação da exploração militar chefiada pelo Tenente Coronel José de Lima Figueiredo, em 1936. No levantamento realizado nos arquivos do Instituto Histórico Geográfico Etnográfico Paranaense, bem como no balanço dos relatos de viagem à região, incluindo, um número significativo de textos não utilizados no livro, não foi encontrado o termo oeste paranaense, salvo em publicações posteriores à narrativa de viagem de Lima Figueiredo.

Contudo, o conceito oeste paranaense prossegue sendo construído. Já foi visto que, desde meados da década de 1940, muitas matérias jornalísticas divulgaram saberes quanto ao espaço-região. Em sua maioria, atributos relativos à natureza foram amplamente difundidos como marcas de identidade local. Por sua vez, o discurso historiográfico em questão, centra-se em um conceito de região que parte da interação entre atributos pioneiros e natureza.

Com efeito, desde o início do século XX, o território representava um espaço cartográfico vasto que estendia-se da margem brasileira do rio Paraná, entre Guaíra e Foz do Iguaçu, avançando a territórios centrais do Estado Paranaense. As áreas nos cursos médios dos Rios Ivaí e Piquiri incluíam-se na abrangência do extremo-oeste. Entretanto, a partir de meados da década de 1940, como resultado da abertura do processo colonizador privado, ocorreu o que se pode chamar de deslocamento semântico do termo. A partir dessa conjuntura, a expressão oeste do Paraná vincula-se aos domínios do projeto colonizador privado estabelecido naquele espaço e às características da população lá radicada: trabalhadores agrícolas reconhecidos pelo substantivo colonos. Por certo que a estrutura de organização social e de trabalho montada na região fez dela polo permanente de atração de populações para as quais a pressão demográfica e a rigidez da estrutura fundiária de origem favoreceram o deslocamento. Supostamente possuidores de um atávico gosto pelo progresso, esses sujeitos, reconhecidos

Refiro-me aos artigos de Visconde de Mont' Alegre: *A Confluência do Ygoassú' no Rio Paraná*, Monteiro Tourinho: *A Nova Guayra*, André Rebouças: *O Parque Nacional do Guayra*. Cabe ressaltar que são publicações do Boletim do Instituto Histórico, e Geographico Paranaense.



representantes de tradições sulistas e quiçá europeias, pois quase livres de influências negativas, teriam conservado qualidades de seus antepassados europeus, tais como apreço à terra, bons costumes e tradições. Distinguidos como farol da civilização pelas reportagens citadas no início do capítulo, assim permanecem referendados no interior da produção historiográfica regional.

Essa escrita de história representa, nesses termos, uma manifestação preocupada em delimitar diferenças – formação histórica particular diante de outras regiões, municípios ou grupos sociais – ou a reafirmação de laços enraizados na elite cultural criadora das obras em análise, sugerindo indivíduos e um grupo em si, em essência, autêntico e desbravador.

Estabelecer detalhes da existência histórica de PALOTINA, para brindar as gerações futuras, uma obra que retrata com fidelidade as suas origens, sua forma de migrações, caracterizando colonizador brasileiro, bem como seu pioneirismo e sua fé. (REGINATO,

1979)

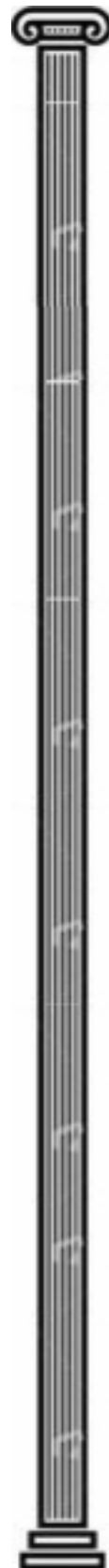
A proclamação destaca superioridade, garra, cristandade e apego ao trabalho. Discursos tais como o exemplificado acima e, através dos quais a escrita da história regional representa a historicidade do grupo migrante em relevo, tiveram, contudo, a capacidade de revelar o diferente, mudanças, historicidade do grupo e de cada autor. Fizemos essa colocação para reiterar a dinâmica da identidade. Manifestação que se constrói na relação com o diferente, pois necessita de algo exterior, ou seja, da alteridade, ou ainda, de outras identidades para levar adiante sua edificação. Nesse processo, desatacam-se jogos de poderes e exclusões envoltos em lutas históricas e

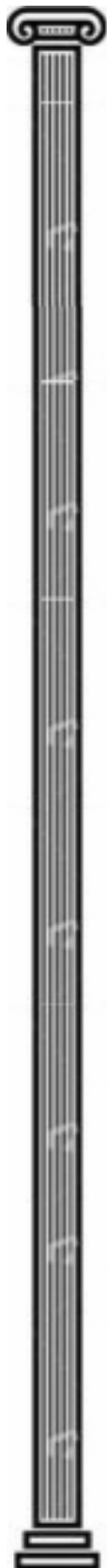
Prefácio de Aloísio Valerius, prefeito do Município de Palotina entre os anos 1977 a 1981. Cf. Reginato (1979).

simbólicas em torno da definição de seus mitos de origem e também celebrações de reconhecimento.

A concepção de história presente no conjunto dos textos, por sua vez, parte do princípio de um saber que tem o compromisso com o estudo objetivo do passado, de encontrar explicações para a condução do progresso e dessa forma, ganha o estatuto de verdade de caráter pragmático. Destaca-se ainda, nessa construção epistemológica, premissas do desenvolvimento da sociedade como trabalho de indivíduos e grupos heroicos, empresas providencialistas, protetoras e ordenadoras de grupos sociais que constroem e ao mesmo tempo reforçam e estimulam um significado de identidade que se mostrou, e ainda se mostra, eficiente, pois correspondeu às preocupações de seu tempo. Tal leitura do regional esteve presente na tendência para a pesquisa histórica durante as décadas posteriores, contudo, vem sofrendo reatualizações a despeito de projetos de perpetuação de suas imagens. Ressaltaram-se maravilhas da flora e da fauna em suposto abandono. Lugar de natureza pródiga e exuberante, marcado pelo vazio demográfico e, por extensão, ausente de nacionalidade, jazia, portanto, impedido de se desenvolver.

Para reverter esse quadro de atraso e impulsionar o progresso da região e, ao mesmo tempo, o desenvolvimento do Estado, empresas privadas difundiram conforme já enfocado, uma série de discursos com teor de propaganda, em jornais e revistas de alcance nacional. Através delas, o extremo-oeste paranaense revelou-se moderno e habitado por um povo inteligente e laborioso, capaz de elevar a exuberância e a riqueza da natureza que o acolhera de braços abertos. A prática do enquadramento racional do território, a divisão do espaço em áreas destinadas à agricultura, edificação de cidades com traçados urbanos geométricos em formato tabuleiro de xadrez, por sua vez,





concorreu para (re)investir de significados os contornos da regionalidade.

No início do século XX, conforme visto, alguns viajantes já lançaram mão da fotografia para captar imagens da natureza e ilustrar seus relatos. Da mesma forma a historiografia local também utilizaria esse moderno meio de representar o espaço a fim de fixar as imagens da natureza a partir de sua inserção no processo colonizador empresarial ali instaurado, como uma etapa necessária ao domínio do território pelo homem do oeste: o pioneiro.

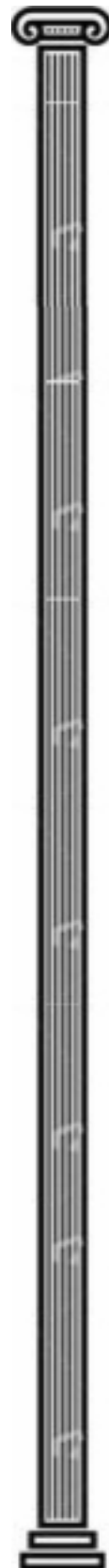
O trabalho de construção e difusão da região imaginada no contexto empresarial demonstrou, por sua vez, a transformação da realidade. A natureza havia se transformado: a natureza não jazia solitária e perdida nas imensidões do vazio demográfico. As matas, por consequência, haviam sido derrubadas a fim de produzir a energia necessária para o progresso regional. Nesse momento de construção identitária quando se revela o território transformado, a historiografia que narra nascimento de cidades como fruto da nova etapa do desenvolvimento histórico da região utiliza-se do recurso fotográfico também num intenso trabalho de revelação do regional. Tal expediente iria se constituir como suporte para lembranças do grupo sulista. Esse recurso materializou, contudo, experiências em imagens de trajetórias de vida que serviram, por sua vez, como alimento para a identidade. A fotografia como forma de registro da memória social tem o poder de cristalizar referenciais de pertencimento. Como informação subjetiva sobre o passado da região será instrumento de sensibilização e, consecutivamente, de produção de saberes históricos.

A historiografia regional de cunho comemorativo apreende, através de suas páginas, a natureza em transformação como via necessária para o desenvolvimento do progresso, passando a ser representada pela produtividade,

sem, contudo, perder sua beleza. Isso se explica em parte porque a (re)ocupação é entendida como o momento necessário para modificação da natureza em imagem-mercadoria. Essa imagem, muitas vezes, estampada nas páginas e nas capas dos livros, ao mesmo tempo em que ressalta a modernização do território, contribui para que circule com rapidez a imagem de uma natureza que se volta para o sistema econômico produtivo ali instaurado pela (re) ocupação. E, portanto, para Arruda (2001),

[...] indica claramente um compromisso de elaboração de uma moderna imagem do país, contemporânea à sociedade capitalista. A natureza assume diferentes funções ligadas aos novos quadros da sociedade: a produção capitalista e a urbanização [...] na imagem da produção a natureza só tem importância quando inserida no processo produtivo. Os temas escolhidos pela fotografia percorrem o circuito produtivo. (ARRUDA, 2001, p. 81)

Essa constatação sugere que esse recurso de registro/ representação implica mudanças nas noções da natureza. A fotografia tem a importante tarefa de captar essas novas noções ou esse novo símbolo: natureza produtiva/natureza-produção. O retrato, à medida que percorre o circuito da (re) ocupação, indica que a natureza, lugar onde urravam feras, foi domada pela sociedade. Imagens de derrubadas, caçadas, abertura de estradas, inaugurações servem como prova documental da prosperidade da região e do que ela poderia oferecer. Estratégia discursiva de nomeação do espaço regional, em seus mecanismos de representação da realidade criam efeito de verdade imediata sobre o observador. Tal implicação conforme ressalva Barthes (1980) “[...] como um trabalho de adesão imediata do referente à realidade



fotografada) à representação (o registro fotográfico em si).”

Destaque do autor.

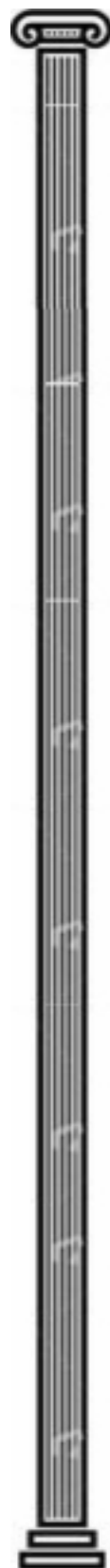
(*Apud*, BORGES, 2006, p. 236)

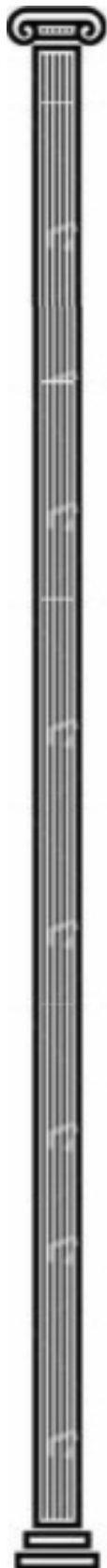
O efeito visual colocado em destaque nas histórias das cidades em apreço potencializa o efeito de realidade imediata, pois a busca dos eventos do passado do grupo radicado pelas empresas de colonização fornece o ponto de tal criação.

## CONCLUSÕES

A perspectiva desse trabalho demonstrou que o espaço regional extremo-oeste paranaense, além de produto de práticas ou atividades sociais, foi construído a partir de uma diversidade de valorações e atributos tanto funcionais quanto afetivos. Em diferentes momentos, projetou-se o seu fazer-se como região. Como uma incógnita do interior na margem brasileira do Rio Paraná em sua larga extensão, transcorreram sobre ele, ao longo dos séculos XIX e início do século XX, diversos processos de conquista através da combinação de políticas de prospecção, nacionalização e uso racional do solo. A combinação de tais atitudes ocorreu dentro de uma lógica de apropriação do espaço, que em última instância vinculava-se à organização das fronteiras paranaenses e, por extensão, à incorporação desse espaço regional à nação brasileira. Espaço de populações nacionais adstritas ao Brasil-nação na fronteira litigiosa com a Argentina, teve ressaltada sua importância como um pólo estratégico para promoção da ocupação por nacionais no final do século XIX.

A presença do conceito de frente de expansão pioneira na historiografia e em pesquisas e laudos de geógrafos que trataram da ocupação dos territórios situados a oeste do Estado do Paraná, concorreu para produzir versões dessa conquista regional. Versões do espaço tecidas nas páginas de uma historiografia local recuperou mitos fundantes que diziam respeito a uma terra sem Brasil ou brasilidade. Conforme visto, discursos político-governamentais, intelectuais e a literatura de viagem constituíram-se em operações que colocavam em relevo o vazio demográfico dessas áreas e propuseram uma ocupação harmônica da terra por nacionais a fim de expurgar o vazio que compunha o espaço. À medida que teceram tais considerações, silenciaram conflitos e sujeitos presentes no lugar.





A historiografia regional e as memórias forjadas no século XX reconstruíram, por sua vez, um imaginário acerca desse espaço em dois momentos. O primeiro deles, em uma trama épica, propalava a depuração de uma região incerta e desconhecida, ainda inconclusa em sua brasilidade, evocando imagens de um lugar desconhecido e longínquo da civilização, esparsamente povoado, onde a condição natural, apesar da beleza extasiante, compactuava com a presença de estrangeiros. O segundo, em um painel colorido, colocava em primeiro plano o pioneiro, seguido pela organização de empreendimentos colonizadores privados. Período de civilização e progresso foi apresentado como um processo natural que representou o limite que separou o sertão da civilização. Sustentado nessa era, ou etapa da natureza, o discurso fundador para o regional obteve consagração na era da colonização advinda da expansão da frente pioneira originária das antigas regiões coloniais dos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

O conceito de colonização, muito embora já revisto pelo uso da categoria (re)ocupação ainda carece, por sua vez, de reflexões mais aprofundadas. A adoção do conceito colonização e, por extensão, colonizadores resultou na edificação de representações hierarquizadas acerca da fundação da região, enfeixando uma categoria de valores que concorreram para a construção do discurso regional extremo-oeste paranaense.

Discursos genéricos ou pormenorizados, conforme vistos, evocaram também imagens de um passado de ausências e abundâncias. Nesses dois casos, os cenários da natureza e do social revestiram-se de componentes portadores de sentidos para o território, expondo com isso, certa essência do regional. À medida que o espaço-natureza se transformava em espaço social, ia se tornando carregado de simbologias vinculadas ao progresso. Essas, ao serem recuperadas, possibilitaram captar uma multiplicidade de

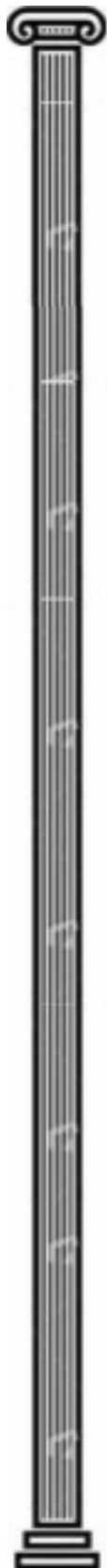


valores que deram sentido ao regional e, por extensão, aos lugares de vida do grupo.

Posto isso, compreendemos a identidade regional extremo-oeste paranaense como uma forma específica de identidade social, tornando possível uma leitura do regional em múltiplos enquadramentos. O primeiro deles, destacou uma visão elaborada da trajetória de demarcação dos limites políticos dessa fronteira internacional. Tivemos a preocupação de ressaltar a ocupação da *hinterlândia* paranaense como alvo dos interesses da coroa portuguesa ainda no século XVIII, como parte do processo civilizatório para esse espaço. Região desconhecida, a qual possuía um discurso selvagem sobre as populações que povoavam esse espaço. Com esse recurso, colocamos pela primeira vez, em relevo a gênese do discurso extremo-oeste paranaense, destacando com isso que esse espaço esteve vinculado às representações de uma terra distante. As representações cartográficas, no entanto, também concorreram para a fundação de tal designação. Aparentando neutralidade, os traçados e os recursos utilizados para descrever os espaços regionais paranaenses desde o século XVIII construíram também imagens.

Os mapas denunciaram espaços vazios e evidenciavam fardos da presença dos sertões. Desse modo, as imagens do território em estudo pareceram clamar pela colonização como a saída possível para a civilização. O traçado cartográfico, associado aos discursos de superação do vazio e do isolamento, forneceu, por sua vez, no contexto da (re)ocupação regional do extremo-oeste paranaense durante as primeiras décadas do século XX, substratos para definições regionais do Estado do Paraná. Destacamos com isso que os traçados territoriais paranaenses, não foram, portanto, procedimentos fortuitos. Ao contrário, foram centrais na conceituação e na afirmação de uma unidade





para o território, matéria-prima para os discursos que propunham tecer sua identidade regional.

Os discursos erigidos em relatos militares, viagens de trabalho ou lazer, que pesem algumas generalizações, também retiveram com propriedade expressões do regional. Essa documentação agregou um rol de representações sociais acerca do espaço estudado e, enquanto sistemas de interpretação, contribuíram para reger as ideias, novas interpretações em torno do sertão-oeste paranaense. Das advertências em torno do estrangeirismo desdobraram-se redes de interesses econômicos e políticos que propuseram argumentos em prol do país. Afastar fantasmas do atraso foi imprescindível a esse processo. Cada uma das observações entendeu a falta de brasilidade como um entrave a esses intentos.

Narrativas de viagem elaboradas no século XX, refletiram preocupações do século XIX em torno da identidade nacional. Essas narrativas fizeram valer a impressão de que o sertão extremo-oeste paranaense era, sobretudo, um lugar que se estendia na relação estreita entre natureza e sociedade. Os relatos de viajantes brasileiros, mesmo recorrendo a certa retórica da alteridade, apoiaram-se em comparações, analogias, metáforas onde se cruzavam cuidado descritivo e a tentação ficcional. Apresentou-se assim, uma natureza, ora a partir de atributos paradisíacos, ora infernais. Assim realizada essa tarefa, reafirmaram o sertão enquanto um lugar carregado de negatividade: lugar de dificuldades, do inóspito, do vazio. Suas leituras da realidade não fugiram ao real, ao contrário, foram constituídas do real, da materialidade dos lugares e de uma memória cultural.

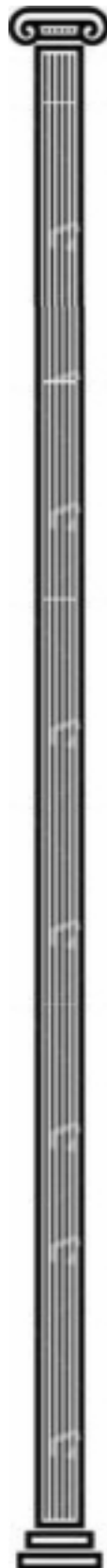
Dentre os diferentes meios que sedimentaram os novos significados para a região, a publicidade foi de grande relevância. Esse recurso tratou de divulgar as primeiras imagens das transformações impostas pela (re)

ocupação. Nesse processo matas, pinheirais, e tantos outros atributos da paisagem ainda possuíam lugar de destaque. Imagens positivas de uma natureza (bela, porém vazia) em plena transformação serão amplamente utilizadas e acrescidas como um novo critério para a identidade regional paranaense.

O terceiro quadro colocou em relevo uma historiografia alusiva ao processo colonizador como um esforço de preservação das memórias específicas. Nesse momento, acrescenta-se ao processo de construção das representações do regional o recurso da fonte oral. Intensamente utilizado por certa escrita da história regional, procurava colocar em relevo as motivações da migração, suas necessidades, os espaços de lazer e sociabilidade, o tempo do trabalho e do ócio do grupo. No entanto, nas páginas dessa escrita da história, permanece em silêncio como essas práticas foram sentidas pelos colonos. Destacam-se, no entanto, a existência de uma solidariedade recíproca entre o grupo e poderes públicos e privados. Isso é compreensível, pois o recurso da entrevista temática restringiu as lembranças das experiências pessoais em torno do empreendimento das colonizadoras. A difusão dessas falas permeadas de nostalgia se encarregou de impregnar a região de novos significados.

O recurso da representação historiográfica permitiu de tal modo, estabelecer a ligação de uma memória e uma história à produção social e simbólica de seus habitantes. O conceito de representação permitiu, por sua vez, a articulação de três importantes aspectos referentes a tal construção do regional. Conforme enfocado por Chartier (1990) destacam-se,

[...] em primeiro lugar, o trabalho de classificação e de delimitação que produz as configurações [...] múltiplas, através das quais a realidade





é contraditoriamente construída pelos diferentes grupos; seguidamente, as práticas que visam fazer conhecer uma identidade social; [...] por fim, as formas institucionalizadas e objectivas graças às quais uns “representantes” (instâncias coletivas ou pessoas singulares) marcam de forma visível e perpetuada a existência do grupo, da classe ou da comunidade. (CHARTIER, 1990, p. 23)

Essa amálgama de operações enfocadas pelo autor, (classificação e delimitação, práticas, e por fim, formas institucionalizadas) atuou como um processo de distinção. Entretanto, a amplitude dos lugares de produção discursiva, dificulta o estabelecimento de critérios que nos permitam inserir em qual das operações essa gama discursiva deve ser enquadrada. Por um lado, podemos enquadrar o discurso das empresas de colonização na terceira forma, instituições ou instâncias coletivas, posto que é discurso instituído oficialmente. Por outro, a produção vinculada ao empreendimento privado, tais como propagandas, reportagens, laudos técnicos-antropológicos, reportagens destacadas em periódicos, dentre outros, são expressões de sujeitos individuais. Tais indivíduos, no entanto, articulam seus discursos a partir de um determinado lugar social, expressando assim as interpretações de um grupo.

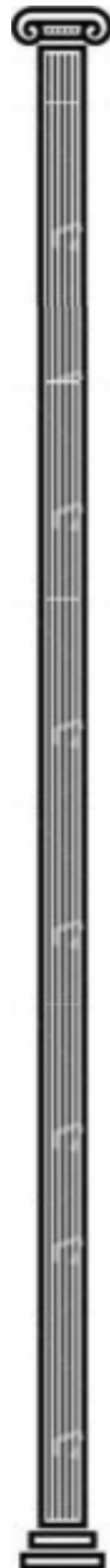
As dificuldades para estabelecer uma leitura indicando as fronteiras entre tais operações não é um impedimento, ao contrário, vem reafirmar a riqueza contida no universo das representações. Esse enfoque interpretativo ressalta a existência de um espaço-materialidade, investido e revestido de valores afetivos, éticos e, portanto, simbólicos.

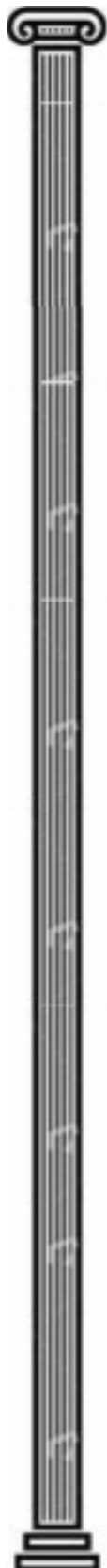
As representações, por sua vez, criaram sentidos ao regional. Frutos da imbricada relação entre narrações e práticas, mapeamentos, viajantes, oficiais do Exército,

políticos, empresários, historiadores e colonizadores sulistas, definiram-se como meio e sentimentos de pertencimento correspondentes às práticas e aspirações dos grupos envolvidos no processo. Essa identidade regional, como tantas outras, é como um campo atravessado de valores ligados às maneiras como os sujeitos apreendem o seu lugar de vivência e trabalho e se edificam em relação a ele. As representações compuseram as tessituras das imagens que nos permitiram uma interpretação simbólico-cultural desse regional.

Assim ressaltamos as identidades como construções dinâmicas em uma invenção constante e, portanto não rígidas e imutáveis. As identidades, como um devir, forjam-se, portanto, a partir de uma comunidade de sentido estabelecida em códigos comuns por intermédio de representações simbólicas tecidas pelo tempo e pela história.

Reconstituir ou recuperar todos os atributos referentes ao conceito extremo-oeste paranaense, é um trabalho impossível. Contudo, ao longo do encaminhamento, desvelamos ou problematizamos importantes e diferentes processos identitários ou de identificações e agentes mediadores de tais trabalhos: formação da territorialidade, discursos sobre a natureza, transformação das paisagens, ocupação do espaço, dentre outros. Com efeito, extremo - oeste paranaense, consiste em um conceito, materializado em paisagem, mediado por narrativas e práticas, forjado ao longo do tempo. Esse, (re)significou-se pelo trabalho de criação de diferentes agentes mediadores de tal processo: sejam eles, viajantes, intelectuais, políticos ou historiadores diletantes. Esse encaminhamento sugere o extremo-oeste paranaense, como lugar e atributo de lugar construído por um conjunto de valores socialmente partilhados, que lhe confere identidade própria. Segundo essa vertente interpretativa o espaço regional em questão se identifica, portanto, pela sua





carga de historicidade, pelas leituras de sua territorialidade, ou seja, suas representações e seus símbolos. Nesse sentido, convém recorrermos a Goffman (1988). Segundo o autor, a noção identidade contém duas dimensões: a individual e a social ou coletiva. Ambas estão interligadas como extensão de um mesmo fenômeno situado em diferentes níveis de realização. O reconhecimento das diversas condições de produção do regional, deu-nos a oportunidade de tecer uma leitura da noção identidade regional extremo-oeste paranaense como um caso particular de identidade social. Tal identidade social foi assim, forjada por diversos olhares que se destacaram pela riqueza de valores que deram sentidos ao regional e, muitas vezes, foram ambíguos ou até mesmo dúbios, mas por certo, permanecerão sempre incompletos, inacabados, intrigantes.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMADO, Janaína. Construindo mitos: a conquista do oeste no Brasil e nos EUA. In. **Passando dos limites**. Goiânia: Associação Brasileira das Editoras Associadas, 1995.

AMADO, Janaina. Região, sertão, nação. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro: FGV, v.8 n.15, p.145-151, 1995.

ARRUDA, Gilmar. **Cidades e Sertões**. Bauru: Edusc, 2000.

BACZKO, Bromislaw. Imaginação social. In. ENCICLOPÉDIA EINAUDI. Lisboa: Imprensa Nacional / Casa da Moeda, 1985, (Antrophos/Homem).

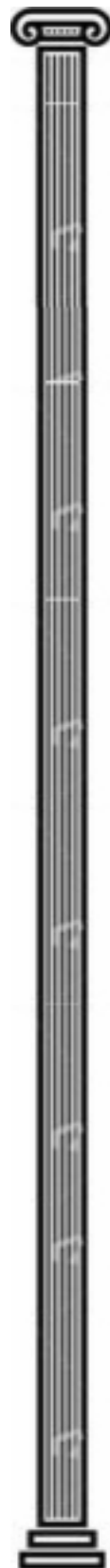
BALHANA, Altiva Pilatti, Política imigratória no Paraná. **Revista Paranaense de desenvolvimento**. Curitiba, n. 87, jan./ abr., 1996.

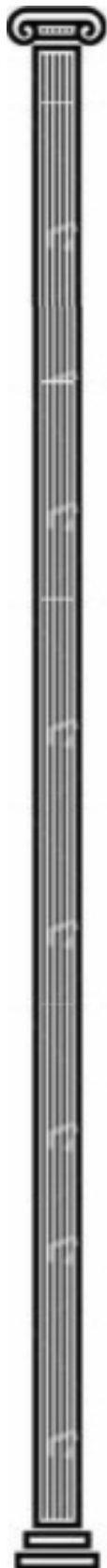
\_\_\_\_\_. **História do Paraná**. Curitiba: Ed. Grafipar, 1969.

BANN, Stephen. **As invenções da história**. São Paulo: Ed. UNESP, 1994.

BARBIERTI, Elisabete, DENIPOTI, Cláudio. **Relatos de viagem de Guaíra a Foz do Iguaçu (1870-1920)**. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1999.

BAUMAN, Zigmunt. **Identidade**: entrevista a Benedetto Vecchi. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.





BELOTO, Divonsir. **A criação da província do Paraná:** a emancipação conservadora, 1990. Dissertação (Mestrado em Economia). Departamento de Economia, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1990.

BERGUER, Peter. **A construção social da realidade.** Petrópolis: Vozes, 1985 (a).

BERGUER. Peter. **O dossel sagrado:** elementos para uma teoria sociológica da religião. São Paulo: Ed.Unicamp, 1985 (b).

BERNARDES, Lygia Maria Cavalcanti. Os problemas das Frentes Pioneiras no Estado do Paraná. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, ano 15, n. 3, p. 3-15, jul. / set. 1953.

\_\_\_\_\_. Distribuição da População no Estado do Paraná em 1940. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, ano 13, n. 4, p. 57-75, out. / dez. 1950.

\_\_\_\_\_. O Problema das “Frentes Pioneiras no Estado do Paraná”. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, ano 15, n. 3, p. 3-45, jul. / set., 1953.

BERNARDES, Nilo. Paraná Oeste. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, ano 6, [?], p. 85-90, out. / dez. 1944.

BOSI, Alfredo. **Dialética da colonização.** São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

BOURDIEU. Pierre. **Razões práticas:** sobre a teoria da ação. São Paulo: Papirus, 1996.



\_\_\_\_\_. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1989.

\_\_\_\_\_. **Economia das trocas lingüísticas**. São Paulo: Ed.USP, 1988.

Diretório Nacional de Geografia, n. 1, [195 - ]

BRUMASTER, Ana Maria. et al. **República em migalhas**. Curitiba: Marco Zero, 1985.

CARDOSO, Jaime Antonio, WESTPHALEN, Cecília Maria. **Atlas Histórico do Paraná**. Curitiba: Livraria do Chaim, 1986.

CERTEAU, Michael. **A escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

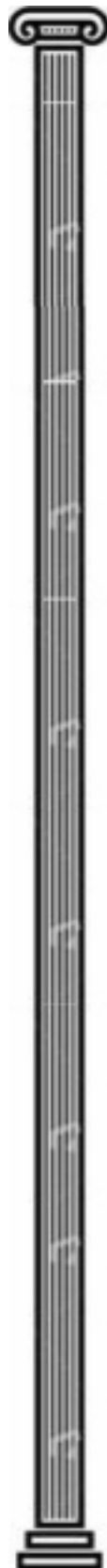
CEZAR, Temístocles. Como deveria ser escrita a história do Brasil no século XIX. Ensaio de uma história intelectual. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy (Org.) **História Cultural: experiências de pesquisa**. Porto Alegre: UFRGS, 2003.

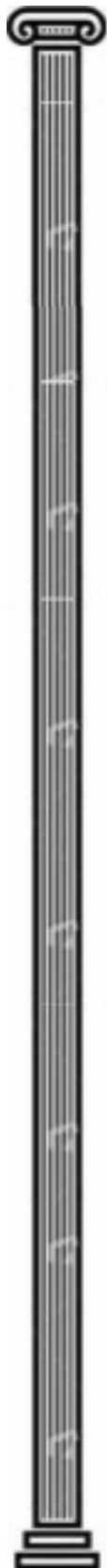
CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 1990.

COLODEL, José Augusto. **Obrages e companhias colonizadoras**. Santa Helena: Prefeitura Municipal, 1988.

COSTA e MORAES, **A Valorização do espaço**. São Paulo: Hucitec, 1987.

CUNHA, Manuela Carneiro da. **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Cia. das Letras, 1992.





DIEHL, Astor Antonio. **Cultura historiográfica**. São Paulo: Edusc, 2002.

DIEHL, Astor. **Cultura historiográfica**: memória, identidade e representação. São Paulo: Edusc, 2002.

DIEHL, Astor. **A cultura historiográfica brasileira nos anos 1980** experiências e horizontes. Passo Fundo: Ed.UPF, 2004.

DIEHL, Astor. **Passo fundo**: uma história várias questões. Passo Fundo: Ed.UPF, 1998.

DUARTE, Regina Horta. Olhares estrangeiros: viajantes no vale do Rio Mucuri. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 22, n. 44, p. 267-288, 2002.

ELIAS, Norbert. **Os Estabelecidos e os outsiders**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

FERNANDES, Ricardo Cid. **Autoridade política Kaingang**: um estudo sobre a construção da legitimidade política entre os Kaingang de Palmas/Paraná. 1998, Dissertação (Mestrado em Antropologia Social ) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1988.

FRANCO, Arthur Martins. **Terra e gente do Paraná**. Curitiba, Diretoria Regional de Geografia, 1944.

FRANCO, Arthur Martins. **Diogo Pinto e a conquista de Guarapuava**. Curitiba: Tipografia João Haupt & Cia. 1943.

FREITAG, Liliane da Costa. **Fronteiras perigosas** migração e brasilidade no extremo-oeste paranaense. Cascavel: Edunioeste, 2001.

FREYRE, Gilberto. **Casa grande & senzala**: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal. Rio de Janeiro: Maia & Schmidt, 1933.

GIRARDET, Raoul. **Mitos e mitologias políticas**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

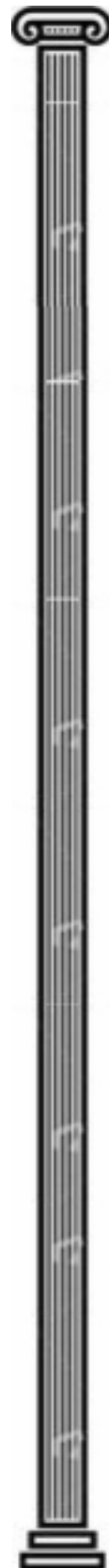
GOFFMAN, Erving. **Estigma** notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: Guanabara, 1988.

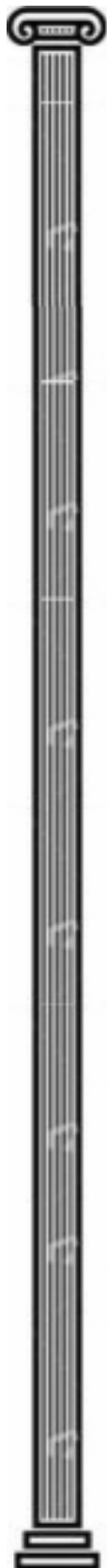
GREGORY, Valdir. **Os euro-brasileiros** e o espaço colonial: a dinâmica da colonização do oeste do Paraná nas décadas de 1940-1970. Cascavel: Edunioeste, 2001.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Nação e Civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma História Nacional. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 1, p. 5-27, 1988.

GUIMARÃES, Manuel Luiz Salgado. A cultura histórica oitocentista: a constituição de uma memória disciplinar. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy (Org.) **História Cultural**: experiências de pesquisa. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2003.

GUTIÉRREZ, Horácio, et al. (orgs). **Fronteiras**, paisagens personagens, identidades. Franca: Ed.Unesp, São Paulo: Olho d'água, 2003.





HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização** do “fim dos territórios” à multiculturalidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

IVANO, Rogério. **Crônicas de fronteira** imagem e imaginário de uma terra conquistada. 2000, Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Filosofia Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista. Assis, 2000.

KEINERT, Rubem César. **Regionalismo e anti-regionalismo no Paraná**. 1978, Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1978.

KRETZEN, Jean. **As grandes potências econômicas no Estado do Paraná**. Curitiba, [s.n.], 1951.

LAS CASAS. Frei Bartolomé de. **Brevíssima relação da destruição das Índias**. Porto Alegre: LP&M, 1985.

LAVERDI, Robson. **Tempos diversos, vidas entrelaçadas:** trajetória itinerantes na paisagem social do extremo oeste paranaense (1970-2000). 2003, Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Federal Fluminense / Universidade Estadual do Oeste Paranaense, 2003.

LE GOFF e NORA. **História: novos problemas**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979.

LENHARO, Alcir. **Sacralização da política**. Campinas: Papirus, 1986.

LÉVI STRAUS, Claude. **Tristes trópicos**. São Paulo: Companhia das letras, 1964.

LINHARES. Temisticles. **Paraná vivo**: um retrato sem retoques. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1953.

LOPES, Luis Fernando. **Paranismo**: o Paraná inventado; cultura e imaginário no Paraná da I República. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1998.

LOPES, Maria Aparecida. Frederick Jackson Turner e o lugar da fronteira na América. In. GUTIÉRREZ, Horácio, et.al. (Org.). **Fronteiras**, paisagens personagens, identidades. Franca: Ed. Unesp, São Paulo: Olho d'água , 2003.

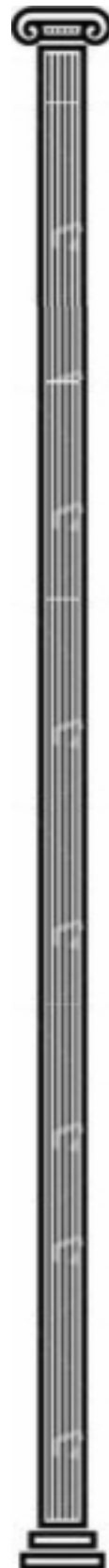
MACEDO, Francisco Ribeiro. **A conquista pacífica de Guarapuava**. Curitiba: Fundação Cultural, 1995.

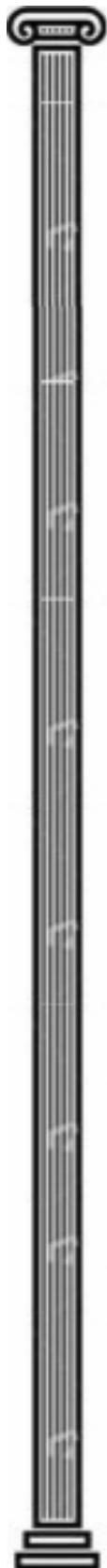
MACHADO, Brasil Pinheiro. O estudo da história regional (uma nota prévia). **História**: questões e debates. APAH, Curitiba, ano 2, n. 3, p. 103 – 108, dez., 1981.

MACHADO, Brasil Pinheiro. Sinopse de História Regional. Separata de: BOLETIM DO INSTITUTO HISTÓRICO GEOGRÁFICO ETNOGRÁFICO PARANAENSE, Curitiba: [s.n.], p. 3-24, 1953.

MACHADO. Brasil Pinheiro. Formação da estrutura agrária. Curitiba: **Boletim da Universidade Federal do Paraná**. Departamento de História, [s.n.], n. 3, p. 1 - 27, 1963.

MACHADO. Brasil Pinheiro. Instantâneos Paranaenses. **A Ordem**. Rio de Janeiro: [s.n.] Revista do Centro Vital. ano 10, n. 5, fev. 1930.





MALERBA, Jurandir. (Org.). **A velha história, teoria, método e historiografia**. Campinas: Ed. Papyrus, 1996.

MARIN, Jerri. **“Ora et Labora”**: O projeto de restauração católica na ex-colônia Silveira Martins. Porto Alegre. 1993. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1993.

MARTINS, Romário. **Origens de Curitiba**. Curitiba: [s.n], Boletim da Prefeitura Municipal de Curitiba, 1944.

MARTINS, Romário. **Argumentos e subsídios sobre a questão de limites entre Paraná e Santa Catarina**. Curitiba: Impressora Paranaense, 1902.

MARTINS, Romário. **Quantos somos e quem somos** (dados para a história e a estatística do povoamento do Paraná), Curitiba: Gráfica Paranaense, 1941.

MARTINS, Romário. **Questão de Limites**: entre a Província do Paraná e Santa Catarina. Curitiba: [s.n.], 1900.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira**: a degradação do outro nos confins do humano. São Paulo: Hucitec, 1997.

MARTINS, Wilson. **Um Brasil diferente**: ensaio sobre fenômenos de aculturação no Paraná. São Paulo: Anhembi, 1955.

MENESES, Ulpiano. A história cativa da memória? **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**. São Paulo: IEB, n.34, 1992, p. 09.

MEZZOMO, Frank Antônio. **Religião, nomos e utopia**, o catolicismo na colonização de Toledo (Paraná 1940-1970), 2000. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2000.

MONTOYA, Antonio Ruiz de. **Conquista espiritual feita pelos religiosos da companhia de Jesus nas províncias do Paraguai, Paraná, Uruguai e Tape**. Trad. Vernácla: Arnaldo Bruxel. Rev. Arthur Rabuske. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1985.

MORAES, Antonio. **Ideologias geográficas: espaço, política e cultura no Brasil**. São Paulo: HUCITEC, 1996.

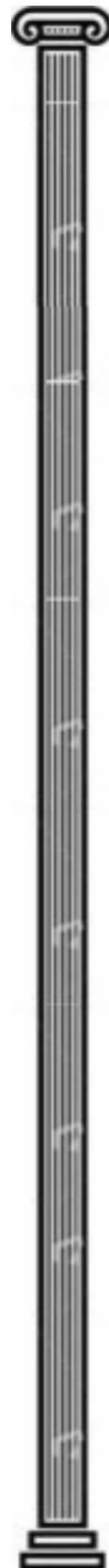
\_\_\_\_\_ **A guerra dos índios kaingàng: a história épica dos índios kaingàng no Paraná (1769-1924)**. Maringá: Ed. UEM, 1994.

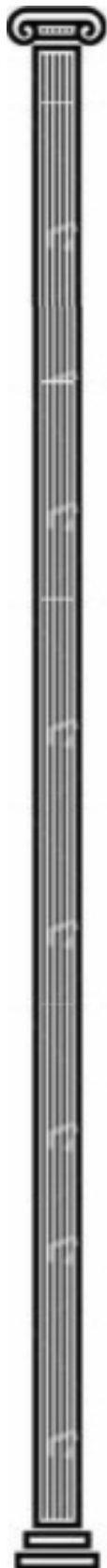
MYSKIW Antonio Marcos. **Colonos, posseiros e grilheiros: conflitos de terra no Oeste Paranaense (1961-1966)**. Niterói, 2002. Dissertação, (Mestrado em História Social) - Universidade Federal Fluminense / Universidade Estadual do Oeste Paranaense, 2002.

NORA, Pierre. **Entre memória e a história: a problemática dos lugares**. São Paulo, PUC/SP, n.10, p. 7 – 28, dez. 1993.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **Identidade etnia e estrutura social**. São Paulo: Pioneira, 1976.

ORLANDI, Eni. (Org.). **O discurso fundador a formação do país e a construção da identidade nacional**. São Paulo: Pontes, 1993.





PADIS Pedro Calil. **Formação de uma economia periférica**: o caso do Paraná. São Paulo: Hucitec, Curitiba: Secretaria da Cultura e do Esporte do Governo do Paraná, 1981.

PEREIRA, Luis Fernando Lopes. **Paranismo**: o Paraná inventado; cultura e imaginário no Paraná da I República. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1998.

PINSKI, Carla Bassaneri. **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2006.

RAMINELLI, Ronaldo. História Urbana. In. Cardoso, Ciro Flamarion, VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da História**, ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

REIS. José Carlos. **As identidades do Brasil**. De Varnhagen a FHC. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001.

RIBEIRO, Darcy. **Os índios e a civilização** (A Integração das Populações Indígenas no Brasil Moderno). Petrópolis: Vozes, 1977.

RICARDO, Cassiano. **Marcha para Oeste**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1942, v.2

RICOUER, Paul. **Tempo e narrativa**. Campinas: Papyrus, 1991.

ROCHA NETO, Bento Munhoz da. **O Paraná**: ensaios. Curitiba: Farol do Saber, 1995.



RODRIGUES, Antonio Edmilson. **Tempos modernos**: ensaios de história cultural. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**, técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1999.

SANTOS, Milton. **Por uma nova geografia**. São Paulo: Hucitec, 1980.

SANTOS, Sérgio Boaventura. **Pela mão de Alice**. São Paulo: Cortez, 1997.

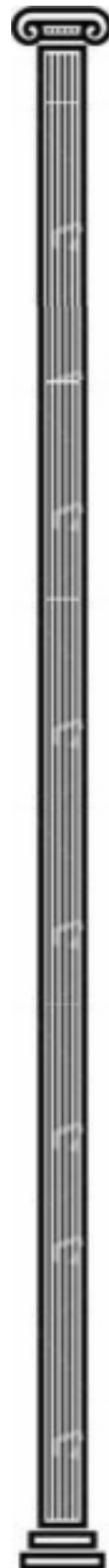
SCHALLENBERGER, Erneldo. **Integração do Prata ao sistema colonial**. Toledo: Ed. Toledo, 1997.

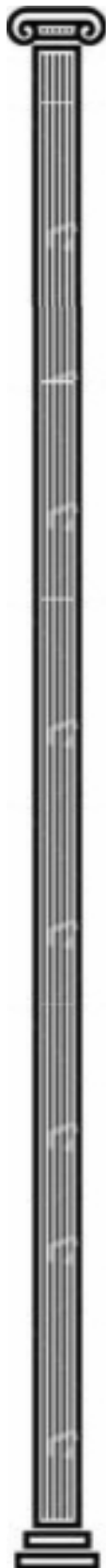
SCHIMIDT, Róbi. **Cenas da construção de um mito político**. memórias de Willy Barth. Cascavel, Edunioeste, 2001.

SCHENEIDER, Claécio Ivan. **Os senhores da terra**: produção de consensos na fronteira (oeste do Paraná, 1946 – 1960). Curitiba, 2001. Dissertação (Mestrado em História )- Universidade Federal do Paraná, 2001.

SCHLLEMBERGER, Erneldo; COLLOGNESE, Silvio. **Migrações e comunidades cristãs**: o modo-de-ser evangélico luterano no Oeste do Paraná. Toledo: Ed.Toledo, 1994.

SERRA, Elpídio. **A ocupação do Paraná e a luta pela terra**. Maringá, 1992. Tese ( Doutorado em Geografia )- Universidade Estadual de Maringá, 1992.





SILVA, Henrique. Fronteira e identidade nacional na historiografia americana. In. MALERBA (Org.). **A velha história**, teoria, método e historiografia. Campinas: Papyrus, 1996, p. 37-49.

SILVA, Marcos (Coord). **República em migalhas**: história regional e local. São Paulo: ANPUH, Marco Zero, 1990.

SILVEIRA, Rosa Maria. **Regionalismo nordestino**: Existência e consciência da desigualdade regional. São Paulo: Moderna, 1984.

SOJA, Edward. **Geografias pós-modernas** a reafirmação do espaço na teoria social crítica. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

SOUZA, Fabrício Leal. **Nação e herói**: a trajetória dos intelectuais paranistas. Dissertação. (Mestrado em História) - Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2002.

STEIN, Marcos Nestor. **A construção do discurso da germanidade em Marechal Cândido Rondon** (1946-1996). 2000. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Santa Catarina, 2000.

SWARZA, Décio. **O forjador**: ruínas de um mito. 1993. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Paraná, 1993.

SZESZ, Cristiane Marques. **A Invenção do Paraná** o discurso regional e a definição das fronteiras cartográficas (1889-1920) 1997. Dissertação ( Mestrado em História ) - Universidade Federal do Paraná, 1997.

TEMBIL, Márcia. **Em busca da cidade moderna:** Guarapuava recompondo histórias, tecendo memórias. Guarapuava: Ed. UNICENTRO, 2007.

TOMAZI, Nelson. **“Norte do Paraná”** histórias e fantasmagorias. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2000.

VARGAS, Getúlio. **A nova política do Brasil.** Rio de Janeiro: José Olympio, 1940. v. 5.

VELHO, Octávio Guilherme. Análise preliminar de uma frente de expansão da sociedade brasileira. **Revista do Instituto de Ciências sociais.** Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 37- 49, 1967.

VIDAL E SOUZA, Cândice. **A pátria geográfica:** serão e o litoral no pensamento social brasileiro. Goiânia: Editora da UFMG, 1997.

VITOR, Nestor. **A terra do futuro:** impressões do Paraná. Curitiba: Prefeitura Municipal de Curitiba, 1996.

WACHOWICZ, Rui Cristovam. **Obrageros mensus e colonos:** história do oeste paranaense. Curitiba: Vicentina, 1987.

WACHOWICZ, Rui Cristovam. **Paraná sudoeste:** ocupação e colonização. Curitiba: Litero Técnica, 1985.

WESTPHALEN, Cecília; CARDOSO, Jaime. **Atlas histórico do Paraná.** Curitiba: Chaim Editora, 1986.

WESTPHALEN, Cecília. **História documental do Paraná:** primórdios da ocupação moderna da região de Itaipu. Curitiba: SBPH – Pr, 1987.





WESTPHALEN, Cecilia et al. Nota Prévia ao Estudo da Ocupação da Terra no Paraná Moderno. Curitiba, [s.n] **Boletim da Universidade Federal do Paraná**, Departamento de História, n. 7, set., p. 1968.

WESTPHALEN, Cecilia . Paraná – zona de trânsito. **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Paraná**. Curitiba, Livraria Mundial, v. 7, p. 1957.

## MAPAS

ABREU, Candido Ferreira de. **Planta dos lotes concedidos por compra a Domingos Barthe**. 1905. 1200.000. 44X26, DAMI, Pr. 05-31 648. In. WESTPHALEN (1987), Prancha XIX.

ABREU, Candido Ferreira de. **SCHEMA da viação do estado do Paraná**. 1901. 1:2.500.000. 3530. ITC, Pr. Caixa 5, n. 108. In. WESTPHALEN (1987), Prancha: X.

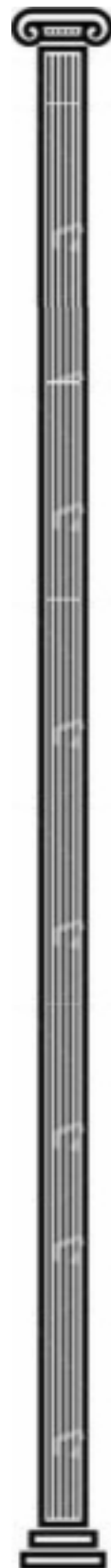
BELTRÃO Francisco (?). **Mapa do município de Foz do Iguaçu**. s/d. 1: 1. 000.000 . 22X28. ITC, Pr. Caixa 15 n. 374. In. WESTPHALEN (1987), Prancha LXXXII.

BOTELHO, Afonso. **Carta chorografica da expedição de Afonso Botelho [1772] identificando os rios Iguazu [Rio Grande] e Tibagy. 1772**. In. FRANCO, Arthur Martins. Diogo Pinto e a Conquista de Guarapuava. Curitiba, Tipografia João Haupt & Cia. 1943.

ELLIOT, João Henrique. **Mapa Corographico da Província do Paraná de 1855 (?)** (1 mapa colorido), 33,5 X 43,5 s/e. Mapoteca do Itamarati, Rio de Janeiro, 778.2. In. WESTPHALEN (1987), Prancha II.

INSTITUTO DE TERRAS E CARTOGRAFIAS DO ESTADO DO PARANÁ. **Coletânea de mapas históricos do Paraná**. Curitiba: ITCF, 2006.

MACHADO, Brasil Pinheiro. **Caminhos de tropas do século XVIII e XIX**. In. Contribuição ao Estudo da História Agrária do Paraná. Curitiba, [ca.1975]





MARTINS, Romário. **Mapa do Paraná de 1900**. In. Limites a Sueste. Curitiba, Editora do Paraná, 1901.

MULLER, Daniel Pedro. **Mapa corográfico da Província de São Paulo. 1837**. (cópia) 95 X 65 s/e. Biblioteca Publica do Paraná. Pr. 911. 8103 M 947. In. WESTPHALEN (1987), Prancha II.

NASCIMENTO, Domingos. **Esboço do Vale do Rio Paraná**. In. WESTPHALEN (1987), Prancha XV.

RENOT. L. **Croquis das Estradas de rodagens de Guarapuava ao Rio Paraná**. 1921 (redução de uma planta) 1: 400.000. 3.218. ITC, Pr. Caixa 15 n. 390. In. WESTPHALEN (1987), Prancha LV.

SCHALLEMBERGER (1997). **Fundações Jesuíticas indígena do Guairá**. In. Integração do Prata no sistema colonial. Toledo: Ed., Toledo, 1997.

## FONTES

A VOZ DO OESTE. Mensagem ao Colono. Toledo, ano I, n. 12, p. 3, 25 jul., 1968.

BOLETIM DO INSTITUTO HISTÓRICO. Atas de fundação. Curitiba: Livraria Mundial, ano I, v. I, 1917-1918.

BOLETIM DO INSTITUTO HISTÓRICO. Notícia Histórica. Curitiba: Livraria Mundial, ano I, v. I, 1917-1918.

BRASIL. Carta Régia de 1º de abril de 1809. Dispõe dos limites geográficos da Comarca de Curitiba. **Registro Geral das Leis e Ordens da Ouvidoria de Paranaguá**, 1809.

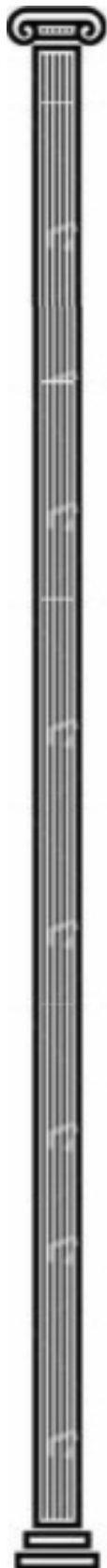
BRASIL. Curitiba, Decreto Lei n. 4 de 25 de Outubro de 1947. Decreto lei que gerencia o fluxo migratório interno do Estado do Paraná. **Fundação Paranaense de Migração e Colonização**, 1947.

BRECH, Lotário. **Relatório do plano de colonização empregado pela Pinho e Terras Ltda.**, Toledo, 1961.

BRITO. José Maria de. Descoberta de Foz do Iguassú e fundação da Colônia Militar. (texto de 1938). **Boletim do Instituto Histórico Geográfico e Etnográfico Paranaense**. Curitiba: [s.n.], v. 32, p. 48 – 79, 1977.

CARVALHO, João Baptista da Costa. **Relatório apresentado ao Ex. Sr. Francisco Xavier da Silva pelo Secretário de obras Públicas e colonização**. Curitiba: Imprensa Paranaense, 25 out. 1895.





CLEVE, Luiz. **Jornal dos debates do congresso legislativo do Estado do Paraná**. Acta 39. Curitiba: Imprensa do Estado, mar. 1910.

COELHO JUNIOR, Carlos. **Pelas selvas e rios do Paraná**. Curitiba: Editora Guaíra, 1946.

CORREIA, Afonso. **Conferência Paranista**. Curitiba, [s.n.], 1928.

FIGUEIREDO, José de Lima. **Oeste paranaense**. Rio de Janeiro: Editora Nacional, 1937. (Coleção Brasileira)

JORNAL A VOZ DO OESTE. Ingênuo e esquecido. Toledo, 25 jul. 1968.

LOBO, Bellarmino Augusto de Mendonça. **Memoria apresentada a Sua Excelencia o Senhor Conselheiro Thomaz José Coelho de Almeida, Ministro e Secretario d'Estado e dos Negócios da Guerra**, sobre a fundação da Colonia Militar do Iguassú e Estrada para a provincia de Matto-Grosso no mez de Abril de 1888 pelo Capitão de engenheiros Bellarmino Augusto de Mendonça Lobo. Foz do Iguassú, abr. 1888. (manuscrito)

LOURES, Pedro Alves da Rocha. **Oficio do delegado de Polícia de Guarapuava ao Presidente da Província do Paraná**. Guarapuava, jun. 1882. (manuscrito)

MARTINEZ, Cezar Pietro. **Sertões do Iguassú**. São Paulo: Cia Graphico-Editora Monteiro Lobato, 1925.



MARTINS, Romário. Paraná versus Santa Catarina o que eu faria se fosse advogado. **Boletim do Instituto Histórico e Geográfico Paranaense**. Curitiba: Tipografia João Haupt, v. 23, 1974.

MARTINS, Romário. Paranística. **Boletim do Instituto Histórico e Geográfico**

MURICY José Cândido da Silva. **Á foz do Iguassú**. ligeira descrição de uma viagem feita de Guarapuava á Colôna da Foz do Iguassú em novembro de 1892. Curityba, Impressora paranaense: Jesuíno Lopes & Cia., 1896.

NIEDERAUER, Helio. **Plano de colonização da Industrial Madeireira Colonizadora Rio Paraná S/A**. Toledo, 1955.

NOGUEIRA, Julio. **Do Rio ao Iguassú e ao Guairá**. Rio de Janeiro: Typ. Editora Carioca, 1920.

OBBERG, Kalervo e Jabine, Thomas. **Toledo**: um município na fronteira oeste do Paraná. Rio de Janeiro, [s.n.], 1960.

OLIVEIRA, Dátero Alves de. **Discurso**. Toledo, 1951. (texto mimeo.)

PARANÁ, Sebastião. **A Província do Paraná**. Curitiba, [s.n.], 1888.

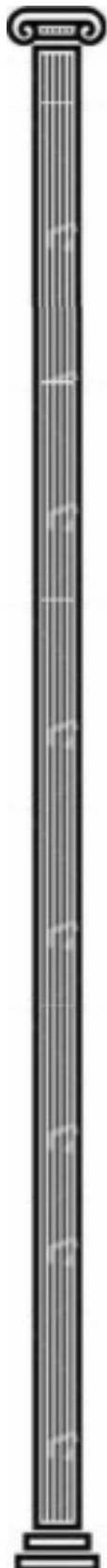
PARÓQUIA, **Livro Tombo I**, Palotina, 1954-1970.

PAWELK, Jocher. **Ficando rico no oeste do Paraná**. Marechal Candido Rondon, [s.n.], 1970.

PROPAGANDA DE TERRAS, Toledo, 1949.

PROPAGANDA DE TERRAS, Toledo, 1952.





RANDAZZO Roberto. Os precursores do progresso. **O Oeste**. Toledo, ano 1, n.15, p. 3, 10 jan. 1954.

REBOUÇAS, André. **O Parque Nacional do Guayra**. Boletim do Instituto Histórico, e Geographico Paranaense, Curitiba: Empreza Graphica Paranaense Placido e Silva & Cia LTDA., v. 1, n.1, 1917, fasc. 2, 1918.

REGINATO, Pedro. **História de Palotina 1954-1979**. Santa Maria: Palloti, 1979.

Revista Municipalista. **O Município de Toledo**, Toledo, [s.n.],1957.

Revista Princesinha. **Toledo é um Município revelação**. Curitiba, [s.n.], ano, 25 out./ nov.

REVISTA REALIZAÇÕES BRASILEIRAS. Edição Especial. O que é a Industrial Madeireira Rio Paraná S.A., Londrina: [s.n], ano 7, 1957.

RICARDO, Cassiano. **Marcha para Oeste**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1942. v. 2.

SAATKAMP, Venilda. **Desafios lutas e conquistas**,... Cascavel: ASSOESTE, 1983.

SABINO, Fernando. **Sala de espera**. Rio de Janeiro: Revista Cruzeiro, 12 fev. 1955, s/p.

SILVA, Francisco Xavier da. **Mensagem ao Congresso Estadual**. Curitiba: [s.n.], 1894.

SILVA, Oscar. **Toledo e sua História**. Toledo: Prefeitura Municipal de Toledo, 1988.

\_\_\_\_\_. **Mais trabalho, menos demagogia**. Toledo. A voz do Oeste, 14 dez., 1968.

\_\_\_\_\_. **Município do futuro**. Curitiba: Gazeta do Povo. Edição especial, 1975.

SILVEIRA NETTO, Manoel de Azevedo da. **Do Guairá aos Saltos do Iguassú**. São Paulo/Rio de Janeiro/Recife/Porto Alegre: Companhia Editora Nacional, 1939.

TOURINHO, Monteiro. A Nova Guayra - **Boletim do Instituto Histórico, e Geographico Paranaense**, Curitiba: Livraria Mundial, v. 2, 1918, fasc. 6, p. 60 - 66, 1919.

